

Paulo Borges Mathias Costa

**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA EM ARTICULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio
de Janeiro – Campus Niterói

Niterói
2024

PAULO BORGES MATHIAS COSTA

**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EM ARTICULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *Campus Niterói*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), como requisito para à obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais.

Orientador: Dsc. Gustavo Simas Pereira

Niterói
2024

C838i Costa, Paulo Borges Mathias.
Implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública em
Articulação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso
no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro:
Campus Niterói / Paulo Borges Mathias Costa. – Niterói, RJ, 2024.
154 p. : il.

Orientação: Gustavo Simas Pereira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos
Ambientais) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de
Janeiro, 2024.

1. Gestão ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Políticas públicas. 4. Instituição de
ensino. 5. Responsabilidade Socioambiental. I. Pereira, Gustavo Simas. II. Título

IFRJ/Cnit/Biblioteca

CDU 502.1

PAULO BORGES MATHIAS COSTA

**IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EM ARTICULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *Campus Niterói*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Projetos Ambientais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), como requisito para à obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Ambientais

Aprovado em: __/__/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dsc. Gustavo Simas Pereira (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Prof. Dsc. Pedro Henrique de Almeida Silva (membro interno)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Profa. Dsc. Biancca Scarpeline de Castro (membro externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

DEDICATÓRIA

Aos meus professores e colegas, cujo conhecimento e amizade foram essenciais para a minha formação acadêmica e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Estado Brasileiro pelos investimentos, ainda que insuficientes, na educação básica e superior que me proporcionaram estudar, em nível de especialização, algo que considero interessante a nível pessoal, profissional, acadêmico e social.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, pelas diversas experiências complementares de discente, pesquisador, monitor, extensionista e representante estudantil enquanto fui estudante do ensino técnico em nível médio e do ensino superior em nível de especialização.

Ao meu orientador que aceitou me orientar e aprimorou meu trabalho.

À minha família, especialmente minha mãe e meu irmão, que sempre subsidiou meus estudos e minhas pesquisas, inclusive nos tempos mais difíceis.

Aos meus amigos, por compreenderem a minha ausência em diversos momentos por conta da conciliação entre estudo, pesquisa e trabalho.

Aos meus animais, por me confortarem em diversos momentos.

A mim, por não desistir de estudar e pesquisar em meio a fatores desafiadores.

ÉPIGRAFE

O ser humano vive da natureza. Isto significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza.

Karl Marx

COSTA, P. B. M. **Implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública em Articulação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**: Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *Campus Niterói*, 2024, 149 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização *Lato Sensu* em Gestão de Projetos Ambientais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, *Campus Niterói*, Niterói, RJ, 2024.

RESUMO

A pesquisa em foco busca contribuir com a adequação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – *Campus Niterói* a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Central para este estudo é a necessidade de estabelecer um ecossistema acadêmico alinhado com a sustentabilidade, conforme destacado pela A3P e pelos ODS. A pesquisa se desdobra em duas fases metodológicas qualitativas, centradas na análise documental e bibliográfica, para explorar as sinergias entre a A3P e os ODS no contexto específico do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – campus Niterói. O primeiro segmento da análise visa identificar as interseções entre a A3P e os ODS, delineando um quadro teórico que abrange tanto a evolução global e nacional dos esforços de sustentabilidade quanto a integração destes esforços nas políticas governamentais brasileiras. Este exame temático bifurcado oferece uma compreensão aprofundada das dinâmicas entre desenvolvimento sustentável e governança ambiental no Brasil, ilustrando como a A3P se alinha e potencializa os objetivos sustentáveis no âmbito público. A pesquisa avança para diagnosticar a atual aderência do campus à A3P, incorporando uma análise comparativa de práticas ambientais em instituições de ensino nacional e internacionalmente. Este diagnóstico é enriquecido por um checklist revisado, estruturado em torno de 65 questões cuidadosamente selecionadas para avaliar a conformidade com a A3P. Os resultados desta avaliação revelam um cumprimento superior a 65% aos critérios estabelecidos, destacando, no entanto, discrepâncias na aderência a diferentes eixos temáticos da agenda ambiental. O estudo enfatiza a importância de uma abordagem adaptativa e inclusiva na implementação da A3P, sublinhando a necessidade de um diálogo contínuo e colaborativo entre os diversos stakeholders envolvidos. Esta perspectiva se faz crucial não apenas para superar desafios operacionais e culturais, mas também para fomentar uma consciência ambiental coletiva, essencial para uma transformação institucional sustentável e significativa. Concluindo, a pesquisa propõe contribuições direcionadas para a melhoria e expansão da agenda ambiental do campus, sugerindo a adoção de práticas sustentáveis que considerem as particularidades locais e o potencial impacto ambiental positivo. Tais iniciativas são cuidadosamente selecionadas para abranger os seis eixos temáticos estabelecidos pela A3P, marcando um passo crucial na direção de uma integração mais efetiva dos princípios de sustentabilidade nas operações cotidianas e na cultura organizacional do IFRJ – Campus Niterói. Este trabalho, portanto, não apenas contribui com diagnósticos relevantes e estratégias de implementação, mas também estabelece uma base sólida para futuras pesquisas e ações estratégicas voltadas à promoção de uma educação e gestão ambientalmente responsáveis.

Palavras-chave: GESTÃO AMBIENTAL. SUSTENTABILIDADE. POLÍTICAS PÚBLICAS. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

ABSTRACT

The research in question seeks to contribute to the adaptation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ) - Niterói Campus to the Environmental Agenda for Public Administration (A3P), in line with the Sustainable Development Goals (SDGs). Central to this study is the need to establish an academic ecosystem aligned with sustainability, as highlighted by the A3P and the SDGs. The research unfolds in two qualitative methodological phases, centered on documentary and bibliographic analysis, to explore the synergies between the A3P and the SDGs in the specific context of the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ) - Niterói campus. The first segment of the analysis aims to identify the intersections between the A3P and the SDGs, outlining a theoretical framework that covers both the global and national evolution of sustainability efforts and the integration of these efforts into Brazilian government policies. This bifurcated thematic examination offers an in-depth understanding of the dynamics between sustainable development and environmental governance in Brazil, illustrating how the A3P aligns with and enhances sustainable objectives at the public level. The research moves on to diagnose the campus' current adherence to the A3P, incorporating a comparative analysis of environmental practices in educational institutions nationally and internationally. This diagnosis is enriched by a revised checklist, structured around 65 questions carefully selected to assess compliance with the A3P. The results of this assessment reveal compliance with the established criteria of more than 65%, while highlighting discrepancies in adherence to the different thematic axes of the environmental agenda. The study emphasizes the importance of an adaptive and inclusive approach to implementing the A3P, underlining the need for a continuous and collaborative dialogue between the various stakeholders involved. This perspective is crucial not only for overcoming operational and cultural challenges, but also for fostering a collective environmental awareness, which is essential for a sustainable and meaningful institutional transformation. In conclusion, the research proposes contributions aimed at improving and expanding the campus environmental agenda, suggesting the adoption of sustainable practices that take into account local particularities and the potential positive environmental impact. These initiatives are carefully selected to cover the six thematic axes established by A3P, marking a crucial step towards more effective integration of sustainability principles into the day-to-day operations and organizational culture of IFRJ - Campus Niterói. This work, therefore, not only contributes relevant diagnostics and implementation strategies, but also lays a solid foundation for future research and strategic actions aimed at promoting environmentally responsible education and management.

Keywords: ENVIRONMENTAL MANAGEMENT. SUSTAINABILITY. PUBLIC POLICIES. EDUCATIONAL INSTITUTION. SOCIO-ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY.

RESUMEN

La investigación en cuestión busca contribuir a la adaptación del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Río de Janeiro (IFRJ) - *Campus Niterói* a la Agenda Ambiental para la Administración Pública (A3P), en consonancia con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Un aspecto central de este estudio es la necesidad de establecer un ecosistema académico alineado con la sostenibilidad, como se destaca en la A3P y los ODS. La investigación se desarrolla en dos fases metodológicas cualitativas, centradas en el análisis documental y bibliográfico, para explorar las sinergias entre el A3P y los ODS en el contexto específico del Instituto Federal de Río de Janeiro (IFRJ) - campus de Niterói. El primer segmento del análisis tiene como objetivo identificar las intersecciones entre el A3P y los ODS, esbozando un marco teórico que abarca tanto la evolución mundial y nacional de los esfuerzos de sostenibilidad y la integración de estos esfuerzos en las políticas del gobierno brasileño. Este examen temático bifurcado ofrece una comprensión en profundidad de la dinámica entre el desarrollo sostenible y la gobernanza medioambiental en Brasil, ilustrando cómo la A3P se alinea con los objetivos sostenibles y los mejora a nivel público. La investigación pasa a diagnosticar la adhesión actual del campus al A3P, incorporando un análisis comparativo de las prácticas ambientales en instituciones educativas a escala nacional e internacional. Este diagnóstico se enriquece con una lista de comprobación revisada, estructurada en torno a 65 preguntas cuidadosamente seleccionadas para evaluar el cumplimiento del A3P. Los resultados de esta evaluación revelan un cumplimiento de los criterios establecidos superior al 65%, al tiempo que ponen de manifiesto discrepancias en la adhesión a los distintos ejes temáticos de la agenda medioambiental. El estudio subraya la importancia de un enfoque adaptativo e integrador en la aplicación del A3P, haciendo hincapié en la necesidad de un diálogo continuo y colaborativo entre las distintas partes interesadas. Esta perspectiva es crucial no sólo para superar los retos operativos y culturales, sino también para fomentar una conciencia medioambiental colectiva, esencial para una transformación institucional sostenible y significativa. En conclusión, la investigación propone contribuciones destinadas a mejorar y ampliar la agenda medioambiental de los campus, sugiriendo la adopción de prácticas sostenibles que tengan en cuenta las particularidades locales y el potencial impacto medioambiental positivo. Estas iniciativas son cuidadosamente seleccionadas para cubrir los seis ejes temáticos establecidos por A3P, marcando un paso crucial hacia una integración más efectiva de los principios de sostenibilidad en las operaciones diarias y en la cultura organizacional de la IFRJ - Campus Niterói. Este trabajo, por lo tanto, no sólo aporta diagnósticos y estrategias de implementación relevantes, sino que también sienta bases sólidas para futuras investigaciones y acciones estratégicas destinadas a promover una educación y gestión ambientalmente responsables.

Palabras clave: GESTIÓN AMBIENTAL. SOSTENIBILIDAD. POLÍTICAS PÚBLICAS. INSTITUCIÓN EDUCATIVA. RESPONSABILIDAD SOCIOAMBIENTAL.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GRI - *Global Reporting Initiative*

ESG - *Environmental, social and Governance*

IE – Instituições de Ensino

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiental

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública

IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

ONU – Organização das Nações Unidas

DOU – Diário Oficial da União

DDT – Diclorodifeniltricloroetano

APA – Agência de Proteção Ambiental

EUA – Estados Unidos da América

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WWF – *World Wide Fund for Nature*

IUCN – *International Union for Conservation of Nature*

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável

MMA – Ministério do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

PND – Política Nacional de Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

ONU – Organização das Nações Unidas

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RESSOA – Sistema de Responsabilidade Socioambiental

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

AEIA - Área de Especial Interesse Ambiental

PPP – Projeto Político Pedagógico

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

IFPI – Instituto Federal do Piauí

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo-Geral	16
2.2	Objetivos Específicos	16
3	METODOLOGIA	17
3.1.	Proposta de Checklist para Diagnóstico Socioambiental	20
4	CONTEXTO TEÓRICO E CONCEITUAL	30
4.1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	30
4.1.1	CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	30
4.1.2	AGENDAS AMBIENTAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34
4.2	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	50
4.2.1	BREVE ANTECEDENTES DA GOVERNANÇA AMBIENTAL BRASILEIRA	50
4.2.2	A3P E OS ODS	54
5.	CONTEXTUALIZAÇÃO	66
5.1	Implementação da A3P no Brasil e a Gestão Ambiental em Instituições de Ensino	66
5.1.1	MAPA DA A3P NO BRASIL	66
5.1.2	AGENDA AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO	74
5.2	IFRJ – <i>Campus</i> Niterói	83
6.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
6.1	Implementação da A3P no IFRJ – <i>Campus</i> Niterói	87
6.1.1	HISTÓRICO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO <i>CAMPUS</i> . 87	
6.1.2	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL ATUAL	91
6.1.3	CONTRIBUIÇÕES A AGENDA AMBIENTAL DO <i>CAMPUS</i>	103
7.	CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO A – Avaliação sobre os Resultados da Agenda 21 Brasileira	127
	APÊNCIDE A – Instituições com Termo de Adesão à A3P Vigente (2023)	140

1 INTRODUÇÃO

À medida que a preocupação ambiental se acentua nas discussões políticas e socioeconômicas, tanto no cenário nacional quanto no internacional, emerge a necessidade de adaptar as práticas administrativas e gerenciais das organizações à realidade das consequências socioambientais que elas podem gerar ou estão gerando. Diversos instrumentos de gestão ambiental, tanto no âmbito público quanto no privado, têm sido implementados para atender a essas exigências. Exemplos incluem auditorias ambientais, certificações ambientais, relatórios de sustentabilidade orientados pela Global Reporting Initiative (GRI), e a adoção de práticas focadas em Environmental, Social, and Governance (ESG) (EL KHAWAS et al., 2022).

Essa tendência se manifesta com especial intensidade nas instituições de ensino, que, por sua natureza educativa, desempenham um papel crucial na formação cívica e profissional dos cidadãos em diferentes níveis de ensino. A importância das universidades e outras instituições educacionais como agentes de conscientização e catalisadores de mudança comportamental é bem documentada. Estudos de Yuan e Zuo (2012) e Kraemer (2000) ressaltam a influência destas instituições no fomento às discussões internas e na promoção do alinhamento com princípios de sustentabilidade. Essas atividades reforçam o papel das instituições educacionais em promover a tríade ensino-pesquisa-extensão, consolidando-as como entidades essenciais na articulação de práticas sustentáveis (BRASIL, 2018).

No contexto mais amplo, o Estado desempenha um papel fundamental na promoção de mudanças estruturais e culturais que beneficiem tanto a geração atual quanto as futuras. A promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981 e a criação do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em 1999 são testemunhos do compromisso do Estado brasileiro com a integração das preocupações ambientais nas práticas administrativas. Esses esforços são complementados pela implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), parte da Agenda 2030, que busca harmonizar as aspirações sociais com a participação civil (SORRENTINO et al., 2005).

O desenvolvimento sustentável requer uma reavaliação contínua dos modelos econômicos e uma maior integração entre os diversos setores da sociedade. A trajetória da governança ambiental brasileira, marcada por desafios e evoluções, reflete a complexa interação entre as demandas sociais, econômicas e ecológicas ao

longo do tempo. A eficácia da A3P e sua capacidade de se integrar a outras políticas de desenvolvimento sustentável é crucial, pois oferece uma abordagem holística que abrange desde a sensibilização dos gestores públicos até a implementação de práticas de licitação sustentáveis, alinhadas às necessidades presentes e futuras.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo-Geral

O objetivo-geral deste trabalho é contribuir com a adequação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – *Campus Niterói* na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), em alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2.2 Objetivos Específicos

- a. Identificar a relação entre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- b. Diagnosticar a atual conformidade do *campus com as metas e procedimentos estabelecidos pela A3P*;
- c. Propor a adequação do *campus* para o atendimento dos itens relacionados a A3P.

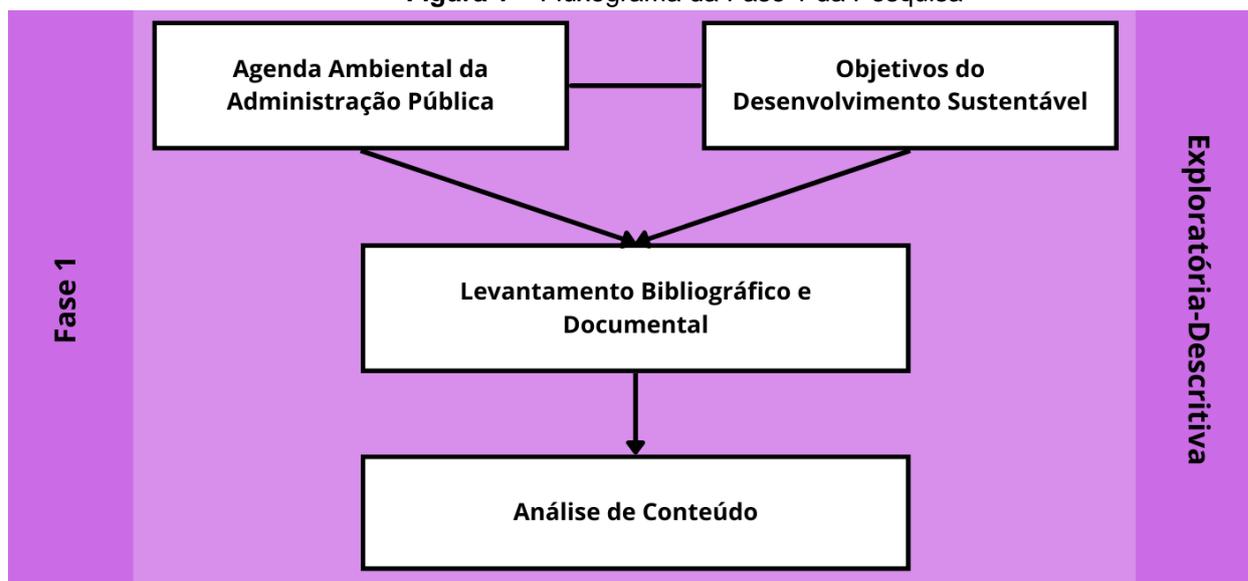
3 METODOLOGIA

O presente estudo pode ser dividido em duas partes complementares, sendo elas: (Fase 1) Investigação, correlação e esquematização dos pilares teóricos (ODS e A3P); e, (Fase 2) Diagnóstico de adequação da Agenda Ambiental da Administração Pública pelo IFRJ – *Campus Niterói* com a proposição de adequação do campus para atendimento a A3P. O detalhamento metodológico tem como base as tipologias propostas por Vergara (1998) em *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, visto que essa preconiza a análise, interpretação e elucidação de fenômenos, em um espectro antagônico à abordagem quantitativa, onde a quantificação e a utilização de ferramentas estatísticas são preponderantes (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; RICHARDSON, 1999). De acordo com Gil (2002), os objetivos específicos são uma redefinição do objetivo-geral, de modo a delimitá-lo para a concreta investigação do objeto de pesquisa. Esta operacionalização ocorre através dos métodos e instrumentos propostos e, portanto, estes devem ser adequados e condizentes aos objetivos do estudo.

A primeira fase da pesquisa tem finalidade exploratória-descritiva. Descritiva, pois há produção acadêmica consolidada e extensa a respeito das ODS e a A3P, o que possibilita identificação das características e delimitação das variáveis a serem discutidas. No entanto, compreende-se também como exploratória pois, apesar de existir produção sólida sobre essas duas políticas, busca sistematizar e relacionar temáticas pouco estudadas em conjunto; além disso, o referencial teórico da aplicabilidade da A3P em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) é relativamente escasso. A relação entre os elementos que constituem a Fase 1 é mais bem visualizada na figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da Fase 1 da Pesquisa



Fonte: Autoria própria.

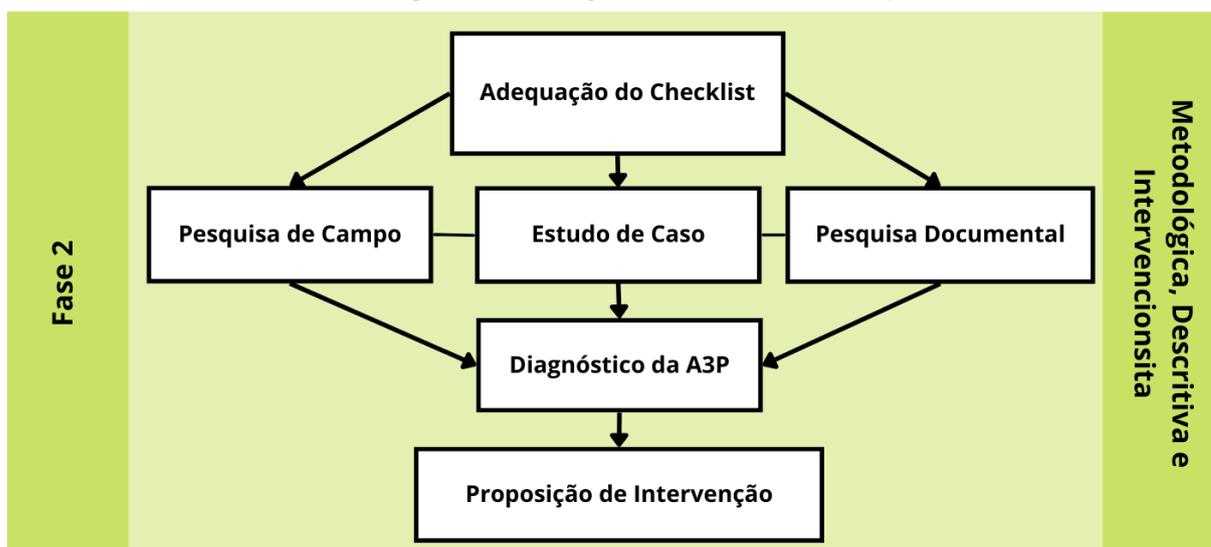
Para tanto os meios de investigação empregados foram levantamento bibliográfico e documental a respeito das ODS e A3P através de uma perspectiva histórica. Desta forma, foram investigados materiais, tais como: artigos, livros, publicações, periódicos, trabalhos de conclusão de curso (seja graduação, especialização, mestrado ou doutorado), legislações, notícias institucionais, normas e relatórios relacionados de forma direta e transversal com os temas de interesse, cujo foco sejam tema da presente pesquisa. As principais fontes de busca foram: Redalyc, Periódicos Capes, SciELO, OASISBR, SPELL, sites da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus órgãos, Diário Oficial da União (DOU), Painel de Legislação do Ministério do Meio Ambiente e o Portal do IFRJ, onde foram focalizados os trabalhos sobre: agenda ambiental da administração pública; e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Em alguns casos, documentos foram solicitados diretamente aos servidores do IFRJ, com base na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Em seguida, buscou-se descrever a atual situação da A3P no *campus Niterói* do IFRJ, configurando esta etapa como um estudo de caso, pois busca compreender um caso particular dentro de seu contexto (YIN, 2001). No entanto, esta descrição depende da adequação¹ e aplicação do método *checklist* proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), acrescentando um teor metodológico à pesquisa. Para esta

¹ A adequação se faz necessária, pois houve mudanças no Programa da Agenda Ambiental da Administração Pública desde a sua proposta, sendo mais substancial o aumento de 5 para 6 eixos temáticos, a ser mais bem detalhado a seguir.

aplicação, torna-se essencial utilizar os meios de investigação: pesquisa de campo para “reunir um conjunto de informações a serem documentadas” (GONSALVES, 2001, p. 67) e pesquisa documental com os materiais fornecidos pelas Instituição ou disponíveis em sites governamentais. Portanto, trata-se de uma etapa descritiva e metodológica. Desta forma, os meios de investigação utilizados para esta etapa foram: estudo de caso, pesquisa de campo e pesquisa documental. A relação entre os elementos que constituem a Fase 2 é mais bem visualizada na figura 2.

Figura 2 – Fluxograma da Fase 2 da Pesquisa



Fonte: Autoria própria.

A coleta dos dados relativa à aplicação do checklist e a sua respectiva sumarização iniciou-se em novembro de 2023, encerrando-se em janeiro de 2024. As formas de coleta de dados, através da pesquisa de campo, ocorreram de 3 formas complementares: observação da infraestrutura do *campus*, diálogo com os gestores e busca de documentação no site da instituição.

Tanto na Fase 1 quanto na Fase 2, no período seguinte à obtenção de dados, procedeu-se à meticulosa seleção e organização do corpus, ancorando-se na análise de conteúdo conforme preconizado por BARDIN (2006). Especificamente, tal análise desdobrou-se em três fases subsequentes e sinérgicas: inicialmente, a seleção e arquitetura do material; posteriormente, a dissecação do conteúdo e, por fim, a abordagem dos resultados, efetuando inferências e decodificações (SILVA *et al.*, 2017). A fase inaugural engloba uma pré-análise pautada no propósito de orquestrar o conteúdo pertinente, requisitando-se, para tal, uma leitura de caráter exploratório, culminando na seleção judiciosa dos documentos. Esta se prossegue pela articulação de hipóteses e metas, culminando na construção de indicadores (SILVA *et al.*, 2017).

A subsequente fase, de caráter descritivo-analítico, busca codificar, estratificar e categorizar os conteúdos, pavimentando o caminho para futuras elucidações e inferências (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Em seu desfecho, esta trajetória investigativa exige que o acadêmico concentre e destile as informações, almejando uma avaliação criteriosa e ponderada do material, conforme delineado por BARDIN (2006).

Compreende-se como uma fragilidade da pesquisa o fato de não considerar a percepção dos implicados (servidores, discentes, terceirizados e comunidade externa) na análise da cultura organizacional, seja através de formulários e/ou questionários. Essa escolha se deu em virtude da necessidade de aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa para aplicação desses métodos, o que aumentaria o tempo do cronograma da pesquisa.

3.1. Proposta de Checklist para Diagnóstico Socioambiental

As perguntas serão apresentadas, separadamente, por eixo e com indicação se pertencem ao grupo de: (1) retiradas diretamente do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações; (2) retiradas diretamente do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais; e (3) Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011). Ao todo, são 65 perguntas, sendo 30 pertencentes ao grupo 1, 5 ao grupo 2 e 30 ao grupo 3; as possibilidades de respostas são as dicotômicas "Adere" ou "Não Adere", sendo indicada a adição de observações durante a aplicação *checklist* para maior detalhamento do grau de aderência (ou ausência desta), assim como a disposição de evidências comprobatórias.

O Quadro 1 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 1 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens públicos, tendo seu objetivo definido na Portaria como: “Utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo”. Ao todo, são 12 perguntas, sendo 5 pertencentes ao grupo 1 de perguntas e 7 referentes ao grupo 3.

Quadro 1 – Questões sobre o Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens públicos

A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
---	---

A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de plásticos?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
Existe diagnóstico sobre a pegada de carbono da IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A maioria dos equipamentos da IE, em funcionamento, tem como base o Selo PROCELL A ou B?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há programa institucional de redução dos gases do efeitos estufa (GEE)?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A maioria dos equipamentos da IE tem baixo consumo hídrico para funcionamento?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há programa institucional de controle de poluição da água?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Há programa de uso de energia renovável em funcionamento na IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
---	--

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 2 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 2 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, tendo seu objetivo definido na Portaria como: “Adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos”. Ao todo, são 9 perguntas, sendo 3 pertencentes ao grupo 1 de perguntas, 2 ao grupo 2 e 4 referentes ao grupo 3.

Quadro 2 – Questões sobre Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

A IE desenvolve e incentiva a política dos 5R's?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A coleta seletiva na IE atende a resolução CONAMA no 275, de 25 de abril de 2001?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE realiza Coleta Seletiva Cidadã nos termos do Decreto Presidencial nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais.
A IE possui Comissão de Coleta Seletiva Cidadã, nos termos do Decreto Presidencial nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais.
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A IE realiza tratamento de resíduos inorgânicos?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

A IE realiza tratamento de resíduos orgânicos?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há programa de reciclagem da água na IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 3 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 3 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional, tendo seu objetivo definido na Portaria como: “Criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida”. Ao todo, são 11 perguntas, sendo 6 pertencentes ao grupo 1 de perguntas, 3 ao grupo 2 e 2 referentes ao grupo 3.

Quadro 3 – Questões sobre Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional

A IE atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE possui controle da jornada de trabalho?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE possui programa de saúde ocupacional?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE possui programa de orientação nutricional?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.

A IE oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores, bolsistas e discentes?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais.
A IE possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores, bolsistas e discentes?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais.
A IE ambientes do IF, especialmente os de trabalho e aula, são salubres?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), com alterações substanciais.
A IE projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
O IE destinou espaço físico para cuidados da saúde e maternos?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 4 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 4 - Sensibilização e Capacitação dos Servidores, tendo seu objetivo definido na Portaria como: “criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida”. Em vista da mudança das definições de cada eixo, algumas perguntas do checklist Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) foram realocadas do Eixo 3 para o 4. Além disso, por ser tratar de uma IE, foram adicionados critérios referentes aos discentes. Ao todo, são 18 perguntas, sendo 14 pertencentes ao grupo 1 de perguntas e 4 referentes ao grupo 3.

Quadro 4 – Questões sobre Sensibilização e Capacitação dos Servidores

A IE desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.

A IE desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.

A IE incentiva e respeita a liberdade de expressão?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e respeita a privacidade pessoal?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE incentiva e respeita o tratamento impessoal?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
A IE desenvolve ações de sensibilização com os terceirizados?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há incentivo institucional para envolvimento das organizações estudantis com a temática da sustentabilidade?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A IE possui programa, atividade ou ações que incentivem a conservação da biota local?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 5 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 5 - Contratações Públicas Sustentáveis, tendo seu objetivo definido na Portaria como: “Adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício nos médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço”. Por ser um eixo que foi subdividido em outros 2 eixos, realizou-se uma divisão temática das perguntas que foram retiradas diretamente do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), visando uma melhor adequação eixo/pergunta. Desta forma, há questões do Eixo 5 e 6 da nova portaria que, anteriormente, estavam somente no Eixo 5. Ao todo, são 6 perguntas, sendo 1 pertencente ao grupo 1 de perguntas e 5 referentes ao grupo 3.

Quadro 5 – Questões sobre Contratações Públicas Sustentáveis

A IE incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações
A eficiência energética dos equipamentos (INMETRO) é um critério nas compras públicas da IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A eficiência do uso da água pelos equipamentos é um critério nas compras públicas?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A aquisição de automóveis institucionais considerou a baixa ou nenhuma emissão de GEE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A relação entre o consumo de combustível e o percurso foi considerado na aquisição de automóveis institucionais?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Fonte: Autoria própria (2024).

O Quadro 6 de perguntas abaixo é referente ao Eixo 6 - Construções Sustentáveis, tendo seu objetivo definido na Portaria como:

Construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ao todo, são 9 perguntas, sendo 1 pertencente ao grupo 1 de perguntas e 8 referentes ao grupo 3.

Quadro 6 – Questões sobre Construções Sustentáveis

A IE incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	Pergunta retirada diretamente do <i>checklist</i> de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), sem alterações.
---	---

A IE se preocupou com a construção de espaços abertos para convivência?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A IE tem mais de 10% vegetação associada às suas instalações?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há construção de áreas e/ou estruturas destinadas a absorção de água na IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há rampas ou elevador para acesso a todos os estabelecimentos da IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há instalação do piso tátil por toda a IE?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
A infraestrutura de segurança e o Sistema de Proteção da IE se preocupa com acidentes, crimes, incêndios, desastres naturais ou incidentes por intervenção humana?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).
Há espaço para estacionamento de veículos com emissão zero, tais como bicicletas, skates etc.?	Pergunta inédita, sem qualquer influência do checklist de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Fonte: Autoria própria (2024).

Com base nos quadros acima, evidencia-se que a pesquisa avança para uma proposta inovadora de *checklist* destinada ao diagnóstico socioambiental em Instituições de Ensino (IE). Esta proposta é fundamentada na necessidade de atualizar e otimizar ferramentas existentes, considerando as mudanças recentes e as especificidades das IE no contexto da sustentabilidade. Este novo checklist não apenas preserva determinados itens do checklist anterior, mas também introduz

inovações e reconfigurações substanciais. Estas modificações são fundamentadas na análise de conteúdo realizada, garantindo que o checklist seja relevante e aplicável às demandas contemporâneas das IE. Através desta ferramenta, as instituições podem avaliar e aprimorar suas práticas, alinhando-se com os padrões de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

4 CONTEXTO TEÓRICO E CONCEITUAL

4.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

4.1.1 CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

A trajetória da humanidade em busca de um desenvolvimento equilibrado, que concilie progresso econômico e preservação ambiental, tem sido marcada por desafios, debates e evoluções conceituais. Desde os primórdios da industrialização até os dilemas contemporâneos da globalização, a questão da sustentabilidade tem se apresentado como um imperativo ético, social e econômico (BROWN *et al.*, 1987; EIZENBERG; JABAREEN, 2017; ANAND; SEN, 2000). A emergência da consciência ambiental no século XX, sinalizou uma mudança paradigmática na relação da sociedade com o meio ambiente. Este marco, juntamente com contribuições subsequentes de ecologistas, acadêmicos e organizações internacionais, pavimentou o caminho para uma reavaliação profunda dos modelos de desenvolvimento adotados globalmente. A intervenção da Organização das Nações Unidas, através de conferências e publicações, solidificou a importância do debate sobre sustentabilidade no cenário global (BLÜHDORN; WELSH, 2007).

A degradação do meio ambiente não é um tema de discussão exclusivo dos tempos atuais, sendo um dos seus marcos a nível internacional em 1962, a publicação de 'Primavera Silenciosa' da ecologista Rachel Carson. No livro, em síntese, a cientista critica a agricultura da época pelo uso inconsequente de pesticidas agrícolas para aumento da produção, gerando efeitos deletérios a cadeia alimentar no acúmulo do DDT (diclorodifeniltricloroetano) pelas espécies, incluindo o homem. Dentre as consequências diretas da publicação, cabe citar o banimento do DDT, a criação da Agência de Proteção Ambiental (APA) dos Estados Unidos da América (EUA), a regulamentação econômica sob critérios ambientais e ampliação do debate na sociedade (BARROS, 2008).

Os ensaios do ecologista Garret Hardin também contribuíram com a temática. Dentre eles, cabe citar 'A Tragédia dos Comuns' (HARDIN, 1968) que traz reflexões sobre incompatibilidade dos interesses coletivos e individuais no tocante a utilização de recursos finitos, pois o livre acesso destes permite a exploração desenfreada na ausência de regulação das atividades econômicas, culminando em consequências à toda sociedade. Outro texto importante do autor é 'Explorando a Nova Ética para a

Sobrevivência' (tradução própria) que traz implicações concretas da realidade através de uma história fantasiosa, abordando a crise ecológica como consequência do crescimento populacional, da poluição descontrolada, das reformas agrícolas e dos privilégios econômico-financeiros (HARDIN, 1972).

Richard Falk, jurista e economista, é outro autor pioneiro na área com as publicações 'Este Planeta Ameaçado' (1971, tradução própria) e "Projeto para a Sobrevivência" (1972, tradução própria). No primeiro, cabe citar a declaração profética do autor ao chamar atenção para a crise ambiental: "Os anos 70 são caracterizados por uma política de desalento; os 80 por uma política de desespero; os 90 por uma política de catástrofe e o Século XXI, como a Era do Aniquilamento" (FALK, 1971, tradução própria). No segundo, junto com outros autores, indica a necessidade de mudanças extremas no seio da sociedade para evitar a concretização da profecia, pois o modo de consumo da sociedade – atrelado ao aumento exponencial da população – acarreta o esgotamento dos recursos, refletindo em perturbações ecossistêmicos e impossibilitando a sobrevivência humana.

Em 1972, um grupo de cientistas e empresários preocupados com a proteção ambiental, autointitulados de Clube de Roma, lançaram o relatório 'Os Limites do Crescimento' (MEADOWS *et al.*, 1972), colocando de vez o tema ambiental no topo das discussões internacionais (OLIVEIRA, 2006). Como sugere o nome, os autores problematizam a pressão do crescimento populacional sobre o meio ambiente, principalmente sob o modelo econômico-industrial. A principal ideia é que, além da cadeia de alimentos estar em seu limite produtivo, as tentativas de aumento de produção são maléficas ao meio ambiente – vide o livro Primavera Silenciosa – e que a multiplicação de indivíduos resulta, também, no esgotamento de outros recursos.

A primeira movimentação da Organização das Nações Unidas na promoção de uma discussão mundial sobre a temática ambiental foi por intermédio da agência especializada para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através da realização de uma Conferência sobre uso racional de recursos da biosfera. Este evento foi fundamental para o reconhecimento da finitude dos recursos e a decorrente necessidade de ação por parte dos Estados-membros.

Essas inquietações culminaram, em 1972, na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como a Conferência de Estocolmo. Na época, segundo Corrêa (2006), a principal preocupação exposta pelos países, sejam estes desenvolvidos ou em

desenvolvimento, era a finitude dos recursos e, portanto, da implicação na possibilidade de explorá-los para fins econômicos, estabelecendo um limite para o seu uso. Conforme constata Corrêa (2006), “a preocupação ambiental passou a constituir fonte de questionamento dos modelos tradicionais de desenvolvimento” e, portanto, era fundamental a cooperação dos Estados para a criação das novas regras do jogo à nível mundial, isto é, do Direito Ambiental Internacional (LANFREDI, 2006).

Atualmente, o termo ‘sustentabilidade’ é amplamente utilizado, mas a empregabilidade desta expressão data-se das discussões ambientais da década de 80 (BATISTA *et al*, 2019). Antes disso, era uma palavra comum somente aos ecólogos ou biólogos ambientais para se referir à “capacidade de um ambiente suportar certo número de indivíduos, que é limitada pela disponibilidade de algum recurso ambiental” (PIRES; SANTOS, 1995, *apud* MACHADO, 1999). De forma complementar, outros autores, como Filet (1995, *apud* MACHADO, 1999) adicionaram o fator humanidade no conceito, dizendo que “a capacidade ou habilidade dos ambientes em acomodar, assimilar e incorporar um conjunto de atividades antrópicas sem que suas funções naturais sejam fundamentalmente alteradas em termos de produtividade primária”.

O ano de 1979 marca a primeira utilização do termo a nível mundial em discussões socioambientais, como detalha Santos (2014, p. 35) em seu trabalho. De acordo com o autor, os defensores da causa ambiental eram categorizados como contrários ao desenvolvimento socioeconômico, mas que, durante a discussão em um Fórum da ONU, um dos cientistas proclamou que “Não somos contra o desenvolvimento; apenas queremos que ele seja sustentável”.

Deste modo, em 1980, a expressão é consagrada textualmente através do documento ‘Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza’ em publicação conjunta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do *World Wide Fund for Nature* (WWF) e da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). Originalmente em inglês, o texto apresenta a ideia de sustentabilidade da seguinte forma, “A utilização sustentável é uma ideia simples: devemos utilizar espécies e ecossistemas em níveis e de maneiras que permitam que eles continuem se renovando para todos os propósitos práticos indefinidamente” (Tradução própria) (IUCN/PNUMA/WWF, 1980).

Anos após, o Relatório Brundtland (1987) é publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, sendo conhecido pelo seu título

‘Nosso Futuro Comum’ e responsável pela popularização do termo ‘desenvolvimento sustentável’. Ao defini-lo, o documento diz:

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (BRUNDTLAND, 1987, p. 12; Tradução própria).

Não obstante, o relatório propõe, pela primeira vez, a implantação de um programa com essa finalidade sob articulação da ONU. No Brasil, o documento ganhou a primeira tradução para português em 1991. Logo em seguida, o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra), em 1992, a qual elencou o “desenvolvimento sustentável” como o desafio do século (NAÇÕES UNIDAS, 1992a).

A Eco-92, além de consolidar o desenvolvimento sustentável como o desafio do século XX, resultou na declaração: da Carta da Terra (fundamentos éticos para uma sociedade global mais justa), de Princípios sobre Florestas (Gestão e Conservação) e do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (princípios básicos para o desenvolvimento sustentável); na criação de três convenções ambientais (Diversidade Biológica, Desertificação e Mudanças Climáticas); e, por fim, na promulgação da Agenda 21 (NAÇÕES UNIDAS, 1992a).

Neste cenário, deve ser analisada a relação entre o Relatório de Brundtland, responsável pela popularização do termo ‘desenvolvimento sustentável’, e os postulados do Clube de Roma, agente motor da internacionalização da causa ambiental. Apesar de ambos apontarem para uma mesma problemática, a crise ecológica e ambiental gerada pela utilização descontrolada dos recursos finitos em prol do desenvolvimento econômico, há divergências essenciais ao tocante das soluções.

Enquanto o último defendia o congelamento do desenvolvimento econômico com base no pressuposto de que as questões ambientais são incompatíveis com o modelo econômico tal como está configurado e, portanto, a única alternativa é o radical crescimento 0^2 , o primeiro realiza uma tentativa de aproximação das questões

² Como observa Celso Furtado (1988), não há “qualquer preocupação com o respeito à crescente dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países”. Sendo assim, além do radicalismo, a proposta de Roma é extremamente desigual quanto às responsabilidades pela crise, pois, ao propor o congelamento, condena os países subdesenvolvidos a

ambientais com os interesses econômicos, uma adaptação do conceito de “sustentabilidade” à economia neoclássica. Essa divergência de soluções apresentadas faz total sentido na perspectiva político-econômica, pois é natural que o modelo hegemônico reconheça a importância de determinadas pautas para que o *establishment* (ordem ideológica, em tradução própria) seja efetivamente mantido; afinal, é necessária a existência de um planeta e de pessoas que nele habitam para que o poder seja exercido e, para tanto, torna-se necessária a adoção de uma perspectiva desenvolvimentista menos deletéria ao meio ambiente no curto prazo (BRAND, 2010). Oliveira (2012) faz uma síntese pertinente a despeito da comparação dos 2 documentos:

O Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), quando comparado com o documento Relatório Meadows (“Limites do Crescimento”), apresenta um artifício de convencimento: apesar de apresentar-se com observações vagas e difusas, é um texto fluente, com o estatuto de promover uma verdadeira bula para um “futuro comum” melhor e ambientalmente saudável. (OLIVEIRA, p. 16, 2012)

Isto posto, autores como Oliveira (2001, 2005 e 2006), Oliveira *et. al* (2011), Acsegrad (1993; 2000), Nobre e Amazonas (2002) apontam que o ‘desenvolvimento sustentável’ não é um termo conceitualmente delimitado, atuando como um artifício para o reconhecimento do capital ambiental, incorporando-o no sistema desenvolvimentista que se baseia na industrialização. Neste sentido, toda e qualquer proposta calcada nesses pressupostos são paliativas e não resultam em mudanças realmente estruturais, são ‘pseudo-soluções’ (RAMÃO, 2008). A relação entre o adesismo ao Desenvolvimento Sustentável e o modelo econômico em expansão é também corroborado por outra publicação de Oliveira (2012):

Assim, é importante salientar que a formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida em consonância à consolidação do neoliberalismo, que se tornou, paulatinamente, a matriz econômica dominante da ordem mundial da globalização (OLIVEIRA, p. 12, 2012).

4.1.2 AGENDAS AMBIENTAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

esta condição para sempre. Nesse sentido, a dependência destes países aos produtos dos industrializados se manteria, alimentando também a exploração dos recursos naturais desses países para repor a necessidade daqueles considerados desenvolvidos.

A citação de Keynes, "A longo prazo, estaremos todos mortos" (1923), enfatiza a urgência de respostas imediatas a crises econômicas agudas, propondo que medidas de curto prazo são essenciais para a recuperação e a estabilidade econômica. Esta abordagem pragmática de Keynes, que focava na intervenção estatal e no estímulo econômico para combater a recessão, oferece um paralelo valioso para entender a necessidade de ações imediatas também no contexto da crise ecológica atual.

Assim como o keynesianismo foi uma resposta à Grande Depressão, propondo uma intervenção econômica rápida e efetiva para revitalizar economias sem abalar as estruturas do sistema capitalista, o desenvolvimento sustentável, ainda que seja compreendido como uma medida paliativa, surge como uma resposta necessária e urgente à crise ecológica e ambiental contemporânea. A crise ambiental, caracterizada pela degradação ambiental, perda de biodiversidade, poluição e as consequências do aquecimento global, exige uma resposta imediata, pois os impactos são tanto iminentes quanto potencialmente irreversíveis.

As agendas de desenvolvimento sustentável, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, são exemplos de como ações de curto prazo podem ser estruturadas para lidar com esses desafios. Essas agendas são projetadas para atuar em várias frentes, desde a redução da pobreza e da fome até o combate às mudanças climáticas, todos com prazos específicos e metas quantificáveis. Assim como as políticas keynesianas foram desenhadas para gerar efeitos econômicos rápidos, as medidas dentro das agendas de desenvolvimento sustentável são planejadas para fornecer resultados tangíveis em prazos curtos a médios.

Por exemplo, a transição para energias renováveis, a promoção da eficiência energética, a conservação de ecossistemas, e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis são ações que, embora necessitem de comprometimento a longo prazo, começam a mostrar benefícios imediatos tanto para o meio ambiente quanto para as sociedades. Tais ações ajudam a mitigar os impactos das mudanças climáticas, a preservar recursos naturais para gerações futuras e a garantir a segurança alimentar e hídrica, mostrando que é possível aliar crescimento econômico com conservação ambiental.

A Agenda 21 é um documento produzido em virtude da Rio-92 que elenca uma série de princípios e ações para efetivação do desenvolvimento sustentável no século

21, reconhecendo o papel motriz do Estado através da Administração Pública, das Finanças Públicas e das Políticas Públicas (SCHENINI *et al.*, 2007, p.4). Mais do que temáticas ambientais em sentido restrito, a agenda também aborda a redução de desigualdades sociais e regionais. Em seu corpo, o conteúdo é dividido em 4 partes: Dimensões Social e Econômica; Conservação e Gestão de Recursos Naturais; Fortalecimento dos Grupos Sociais; e Meios de Implementação (NAÇÕES UNIDAS, 1992b).

No mesmo sentido de reconhecer o papel do Estado na liderança de políticas sustentáveis, o princípio 8 da Declaração do Rio 92 (NAÇÕES UNIDAS, 1992a) enfatiza que “os Estados devem reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo não-sustentados e fomentar políticas demográficas apropriadas” (ONU, 1992). Com isso, diversos países começaram a lançar as suas próprias versões da Agenda 21 com uma melhor adequação às linhas estratégicas com a realidade regional (SCHENINI *et al.*, 2007).

No Brasil, em 1997, o Presidente da República, via decreto, criou a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Nacional, iniciando a discussão sobre a Agenda 21 Brasileira. Em 2000, houve o lançamento da primeira publicação: Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão; 2 anos depois, outros documentos foram publicados ao encerrar o período de discussão: Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias e Agenda 21 Brasileira – Resultado do Catálogo Nacional (MMA, 2002a; MMA, 2002b). Com isso, em 2003 iniciou-se a implementação da Agenda 21 (MMA, 2003a). De forma paralela, também como efeito da Agenda 21, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ainda em 1999, apesar de ser regulamentada somente em 2002 pela portaria N° 510.

A Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias (MMA, 2002a) é documento que define as linhas estratégicas (ver Quadro 7) e os compromissos do país referente ao desenvolvimento sustentável, além de elencar os instrumentos a serem utilizados para sua efetivação. Dentre eles, anteriormente previstos na Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussões, cabe citar a Agenda 21 Local que tem o intuito de aproximar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável às comunidades dos municípios. Distanciando-se do conceito de plano de governo, a Agenda 21 Local tem como objetivo:

(...) a formulação de políticas públicas, por meio de uma metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental (MMA, 2000 p. 11).

Quadro 7 – Relação entre as dimensões da Agenda 21 Global e as ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira

Dimensões da Agenda 21 Global	Ações Prioritárias da Agenda 21 Brasileira
Social e Econômica	Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana
	Desenvolvimento sustentável do Brasil rural
	Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável
	Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde
	Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS
	Inclusão social e distribuição de renda
	Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional
	Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício
Conservação e Gestão de Recursos Naturais	Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade
	Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas
	Promoção da agricultura sustentável
	Energia renovável e a biomassa
Fortalecimento de Grupos Sociais	Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação
	Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade
	Educação permanente para o trabalho e a vida
	Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável
Meios de Implementações	Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local
	Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos
	Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável
	Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável
	Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas

Fonte: Autoria própria (2024), elaborado a partir de MMA (2005a).

De acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), produzidos pelo IBGE com base em dados de 2009-2015 (IBGE, 2015), 51,5% da população brasileira reside em municípios que possuem a Agenda 21 Local em algum estágio de implementação, mas esse número cai para 42,4% no que se refere a municípios que possuem um espaço próprio para discussões (Fórum da Agenda 21 Local). A redução desse número é mais abrupta quando se considera a ocorrência de pelo menos uma reunião nos últimos 12 meses, sendo de 12,9% (IBGE, 2015).

Em retorno à análise da Agenda 21 Brasileira, cabe destacar a sua incorporação à Política Nacional de Desenvolvimento (PND) através da sua promoção ao Programa do Plano Plurianual do Governo (PPA 2004/2007), orientando a formação de políticas públicas (MMA, 2005). De acordo com Teixeira (2008), o documento produzido pelo Brasil apresenta avanços a sua referência global, pois renega o absolutismo econômico ao estipular que “Os critérios de eficiência econômica de um sistema não podem mais repousar apenas nos critérios de ganhos de produtividade, e sim na capacidade de satisfazer as necessidades das pessoas ao menor custo ecológico e humano.” (MMA, 2000).

Ao analisar os impactos efetivos da Agenda 21 antes do fim da primeira década, Malheiros, Philippi e Coutinho (2008) apontam que os esforços governamentais foram maiores durante a etapa de construção da agenda do que na implementação propriamente dita. Além disso, os autores também indicam a falta de investimento em avaliação de políticas públicas, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento sustentável, como os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do IBGE.

Em trabalhos mais recentes, Fonseca (2016) e Araújo (2020) constatam que o desenvolvimento da Agenda 21 Brasileira teve como principais produtos o documento *Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias* (MMA, 2002a) e o resultado da consulta nacional (MMA, 2002b), sendo incapaz de gerar políticas públicas concretas em nível nacional que consagrasse o desenvolvimento sustentável. De acordo com os autores, isso também se aplica as Agendas 21 Municipais que, após a publicação, tinham seu processo de implementação esvaziado.

Estas considerações são corroboradas pela ‘Agenda 21 Brasileira – Avaliação e Resultados’ (BRASIL, 2012), apresentada pela delegação brasileira durante a Rio +20, evento em referência aos 20 anos seguintes da Eco-92. Um dos pontos destacados foi a não integração do Programa Agenda 21 Brasileira nos Planos Plurianuais seguintes do PPA 2004/2007. Venâncio *et al.* (2015) acrescenta que a

setorização da agenda no Ministério do Meio Ambiente e na CPDS impediram uma maior integração com outras pastas.

Cunha e Ashley (2013) dedicaram esforços para analisar sinteticamente e criticamente o documento “Agenda 21 Brasileira – Avaliação e Resultados” (MMA, 2012) produzido pelo Ministério do Meio Ambiente a despeito das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, traçando considerações acerca de cada um dos objetivos. De forma geral, os autores consideraram que houve avanço razoável na maior parte das proposições, mas que os objetivos referentes à mobilidade e produção/consumo sustentável tiveram baixíssimo ou nenhum avanço. É possível ver detalhadamente as considerações dos autores no Anexo A produzido por Venâncio *et al.* (2015) com base nos estudos de Cunha e Ashley (2013).

De forma a ilustrar, o ‘Objetivo 1 - Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício’ tem como pilares a utilização de energia limpa, o uso racional de recursos naturais e a diminuição da geração de resíduos sólidos. Por estar situada na dimensão social e econômica, parte da explicação para o baixo êxito deste objetivo concentra-se na política econômica adotada pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), baseada em uma lógica produtivista-consumista em que prevalecem atividades econômicas de consumo doméstico – promovido pela geração de emprego e acréscimo da renda familiar - (FERRARI-FILHO; PAULA, 2015) e de exportação de *commodities* agrários (BACHA, 2013). Desta forma, uma das bases para o desenvolvimento brasileiro por quase uma década, antes da desaceleração de 2011 (SICSÚ, 2019), foi a lógica produtivista-consumista (BACHA, 2013; FERRARI-FILHO; PAULA, 2015), o que é paradoxal ao princípio da sustentabilidade, pois promove um maior uso dos recursos naturais (energia e matéria prima) para geração de bens de consumo, estes que, por sua vez, aumentam a geração de resíduos sólidos.

Embora a abordagem adotada durante esse período tenha indubitavelmente incentivado o aumento da produção e do consumo, um ponto de inflexão potencial reside na capacidade de reformular tais práticas dentro de um paradigma que privilegia a sustentabilidade. Isso implica na incorporação de tecnologias limpas e processos de produção que minimizem o impacto ambiental, além da implementação de sistemas eficientes de gerenciamento de resíduos. A transição para um modelo de economia circular, onde os produtos no final de sua vida útil são reintegrados ao ciclo produtivo como recursos, representa uma alternativa viável que concilia o crescimento

econômico do modelo proposto com a preservação ambiental (LIU, 2016). A eficácia dessa abordagem, contudo, depende da implementação de políticas públicas coerentes, do investimento em inovação tecnológica e da conscientização da sociedade sobre a importância do consumo responsável.

O ‘Objetivo 14 - Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável’ tem como premissa a lógica de que o aumento do número de transporte coletivo eficiente resulta na redução de automóveis individuais e familiares. Na série histórica de veículos do IBGE (CIDADES, 2022), houve um aumento de quase 50% do número total de automóveis entre 2006 e 2012, chegando à 100% em 2021; quanto ao uso de motocicletas, houve uma dobra do número em circulação entre 2006 e 2012, sendo o número 3 vezes maior em 2021 do que em 2006. Uma das explicações perpassa a política econômica baseada em consumo (FERRARI-FILHO; PAULA, 2015) – como anteriormente relatado – e, adicionalmente, as políticas públicas de financiamento que possibilitaram a compra de automóveis por uma parcela da população que outrora não tinha acesso (SICSU, 2019; MENDONÇA; SACHSIDA, 2014); além disso, cabe mencionar o aumento da demanda por mobilidade de passageiros e péssima qualidade do transporte público brasileiro (MACIEL; MARUYAMA; NEVES, 2013).

Em 2000, na véspera do século 21 e no início de um novo milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a Cúpula do Milênio para discutir os desafios para a consolidação de uma sociedade justa e solidária. O principal documento elaborado foi o Pacto do Milênio, indicando – primordialmente – a união dos Estados para a erradicação da fome e a eliminação da extrema pobreza até 2015. De forma sintética, firmava os compromissos dos países na promoção dos direitos humanos e da dignidade humana (UN, 2012)

Logo de início, observa-se uma abordagem diferente da Agenda 21, tendo em vista que esta não se preocupou (ao menos, inicialmente) com o estabelecimento de metas e indicadores, o que concentra boa parte das críticas mencionadas anteriormente (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008). Com os chamados Objetivos do Milênio (ODM), “definiu pela primeira vez um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos especificados numa tentativa de dar sentido operacional para algumas das dimensões básicas do desenvolvimento humano” (UN, 2012, p.5). Visando uma maior concretude das ações, as intenções dos governos foram transcritas em 8 ODM, além de 212 metas e 60 indicadores de monitoramento:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;

2. Educação Básica Universal;
3. Promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
4. Reduzir a Mortalidade Infantil;
5. Melhorar a Saúde Materna;
6. Combater HIV/AIDS, a Malária e outras doenças;
7. Garantir Sustentabilidade Ambiental;
8. Parceria global pelo desenvolvimento.

De acordo com Venâncio *et al.* (2015), os ODM apresentam inúmeras fragilidades no que concerne a sua finalidade de agenda global de desenvolvimento, principalmente na “adequação e integração de objetivos, metas e meios de implementação de agendas globais a contextos regionais, nacionais e subnacionais”. Dentre elas, o autor destaca a não diferenciação dos países quanto às condições de partida, a dificuldade de articulação entre o nível global e o regional, a adesão de agendas nacionais pouco adaptadas à realidade local e construção hierárquica de cima para baixo (organismos internacionais para os países).

De toda sorte, o fortalecimento local da Agenda 21 em diferentes países e a renovação dos compromissos globais na Cúpula do Milênio resultaram na existência de 2 agendas globais de desenvolvimento que se complementam (quadro 8). Enquanto a primeira constitui os princípios do desenvolvimento sustentável, implicando na abordagem transversal do tema sobre as políticas públicas, mas de forma voluntária pelos governos; o outro direciona os esforços globais e regionais através de objetivos e metas para a efetiva promoção da dignidade humana, sob a tutela de um compromisso entre as nações.

Quadro 8 – Articulação entre a Agenda 21 e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Dimensões da Agenda 21 Global	Ações Prioritárias da Agenda 21 Brasileira	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio							
		1	2	3	4	5	6	7	8
Social e Econômica	Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana							X	
	Desenvolvimento sustentável do Brasil rural							X	
	Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável							X	
	Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde				X		X	X	
	Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS	X			X	X	X		

	Inclusão social e distribuição de renda	X		X					
	Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional								X
	Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício							X	
Conservação e Gestão de Recursos Naturais	Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade							X	
	Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas				X		X	X	
	Promoção da agricultura sustentável	X						X	
	Energia renovável e a biomassa							X	
Fortalecimento de Grupos Sociais	Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação							X	
	Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade							X	
	Educação permanente para o trabalho e a vida		X						
	Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável		X					X	
Meios de Implementação	Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local								X
	Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos							X	X
	Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável								X
	Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável							X	X
	Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas							X	X

Fonte: Autoria própria (2024), elaborado a partir de UN (2012).

A interrelação entre as agendas pode ser mais bem analisada no quadro 2, em que é possível articular os tópicos da Agenda 21 Local com os ODM, tendo como base de comparação os principais indicadores destes (IPEA, 2014). A comparação entre 2 agendas com vigência paralela possibilita a correlação entre os diferentes tópicos, o que amplia a capacidade de argumentação política do governo para a implementação

de políticas públicas, assim como fortalece a narrativa de Organizações da Sociedade Civil e de Órgãos Internacionais pela cobrança de ações governamentais em temas de interesse. Por exemplo, quando o governo age na preservação da quantidade e melhoria da qualidade da água nas bacias hidrográficas também está atuando pela redução da mortalidade infantil (ODM 4), pelo combate à Malária e outras doenças relacionadas a qualidade da água (ODM 6) e pela garantia da sustentabilidade ambiental (ODM), estas que, por sua vez, também podem ser relacionadas com o tópico de universalização o saneamento da Agenda 21.

Antes de analisar o desdobramento dos ODM no Brasil, cabe chamar atenção ao que Carvalho e Barcellos (2014) nomeiam de ‘críticas internas’, isto é, o reconhecimento acadêmico e institucional da importância dos ODM na promoção do desenvolvimento sustentável, mas que há limitações tanto práticos quanto conceituais. A principal crítica não é exclusiva das ODM, mas de qualquer política baseada em indicadores, pois promove uma fragmentação da realidade em que “não importa o número, um conjunto de metas nunca poderá cobrir de forma adequada todas as dimensões do desenvolvimento humano” (VANDEMOORTELE, 2009). Isso é ainda mais grave ao considerar que não há nenhum documento que justifique a escolha de determinados indicadores para os objetivos e suas metas, somente uma metodologia de operacionalização destes indicadores (UN DEVELOPMENT GROUP, 2003), o que indica a falta de rigor científico e a interferência do jogo político (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Outra crítica refere-se à intangibilidade dos objetivos, ainda que as metas sejam mensuráveis. Em outras palavras, deve-se reconhecer que é impossível alcançar os objetivos estipulados, mas que avanços importantes foram possíveis e estes devem ser o foco de análise das políticas públicas. Desta forma, não é estritamente sobre universalizar a educação primária até 2015 e erradicar a fome, mas, respectivamente, acelerar o aumento do acesso à educação e a diminuição da fome (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Nesse sentido, a adesão do Brasil aos Objetivos do Milênio não significou a criação de uma agenda brasileira, tal qual ocorreu na Agenda 21, mas a incorporação dos ODM como estratégias de desenvolvimento de políticas públicas, visando o amplo alcance dos objetivos (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Esse processo é mais bem observado na estipulação de metas nacionais para os ODM, ao regionalizar as metas globais da ONU. Em 2003, foi instituído o Grupo Técnico para acompanhar as Metas

e os Objetivos do Milênio, conforme consta no Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003:

subsidiar a elaboração de plano de ação do governo brasileiro para o alcance das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e monitorar o progresso do Brasil em relação às referidas Metas e Objetivos, por meio de levantamento de dados e informações pertinentes junto aos órgãos setoriais nos três níveis de governo (BRASIL, 2003b).

Ao todo, foram produzidos 5 Relatórios Nacionais de Acompanhamento, não cabendo a esta pesquisa detalhar os desdobramentos, mas pontuar o impacto das ODM na implementação de políticas públicas. Por exemplo, o Brasil adotou metas mais ousadas que as da ONU para o Objetivo 'Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome', como erradicar a fome de fato (não se limitando à redução do nível à metade) e diminuir a pobreza extrema para $\frac{1}{4}$ de 1990 (extrapolando a meta de $\frac{1}{2}$ da ONU). Apesar de audaciosas, de acordo com o último relatório (IPEA, 2014), tais metas resultaram na redução da pobreza extrema à $\frac{1}{7}$ da população de 1990, atingindo tanto a meta nacional quanto a da ONU, e a desnutrição infantil atingia somente 1,8% (sendo um resultado negativo face a meta nacional, mas positiva frente a da ONU) em razão, principalmente, dos Programas Bolsa Família, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e de Proteção Social Básica.

Outras ODM, como 'Universalizar a Educação Primária', 'Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças' e 'Garantir a sustentabilidade Ambiental' também apresentaram resultados parcialmente ou integralmente positivos através da implementação de iniciativas próprias do estado brasileiro, como ampliação da educação obrigatória, inclusão de tratamentos no Sistema Único de Saúde e programas de monitoramento ambiental. No entanto, outras ODM, por mais que tenham tido avanços significativos, ainda ficaram distantes das metas globais ou nacionais, como os ODM "Melhorar a Saúde Materna", "Promover a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia das Mulheres" e "Reduzir a Mortalidade Infantil". O ODM "Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento" é transversal a todos os outros e, apesar de ser mais destinado a países desenvolvidos, Brasil teve um grande destaque na política internacional, atuando como uma potência regional (CARVALHO, GONÇALVES, 2016; DOMINGUES, 2014; SANTOS, 2011) e entre os países em desenvolvimento (SANTOS, 2011; AYLLÓN, 2010).

Findado o prazo dos ODM em alcançar suas metas até 2015, era natural que houvesse um substituto da agenda global após esta data, conforme estabelecido na

Rio +20. Novamente, assim como em 2000, foi utilizado o parâmetro de 15 anos, criando-se a Agenda 2030 em referência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Construída com base na experiência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, os ODS incorporaram mais temáticas sob seu escopo (quadro 4), indo bem mais além do que seu antecessor, totalizando 17 ODS e 169 metas, algumas com prazo em 2020 e outras em 2030 (ASHLEY, 2015).

Mais do que um mero crescimento quantitativo dos objetivos e metas, as ODS superam os mínimos sociais advogados pelas ODM ao defender o alargamento da rede de seguridade e proteção social. Com isso, há uma redefinição da agenda global, retomando o compromisso civilizatório de criação das Organização das Nações Unidas ao trazer para o centro de debate e ações a dignidade da pessoa humana, a primazia do planeta sobre a prosperidade econômica, a busca pela paz e o uso de parcerias entre estados-nações, sociedade civil e empresas na construção de um futuro melhor. Conforme analisado por Ruediger *et al* (2018), “trata-se de um alargamento da agenda de desenvolvimento, uma ruptura com concepções minimalistas de políticas públicas e de regulação econômica”. No quadro 9, observa-se as relações entre as Agendas, sendo possível referenciar mais de um ODM em um mesmo ODS, tendo como base de comparação os principais indicadores destes (CNODS, 2017).

Quadro 9 – Relação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio							
	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	X							
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável	X							
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades				X	X	X		
4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos		X	X					
5. Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			X		X			
6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos				X		X	X	

7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos							X	
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.	X		X				X	X
9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação							X	
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles	X	X	X					X
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis							X	
12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis							X	
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos							X	X
14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável							X	
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade							X	
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis								
17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável								X

Fonte: Autoria própria (2024), elaborado a partir de CNODES (2017).

A comparação entre duas agendas em que uma tem a vigência subsequente a outra é interessante ao permitir um processo de continuidade e aprimoramento das diretrizes políticas em prol do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, os avanços sociais, econômicos e políticos proporcionados pelas ODM passam a ser utilizados como base para a implementação das ODS, assim como as ações governamentais estabelecidas ganham continuidade com um novo arcabouço político-institucional. Adicionalmente, o aumento da quantidade de objetivos possibilitou a expansão do escopo da Agenda Ambiental, a melhoria da integração entre as metas e o aumento da especificidade do que se deseja alcançar, o que implica em melhores indicadores de avaliação (ROMA, 2019). Por exemplo, o ODS 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades) amplia as diretrizes a despeito

das políticas de saúde pública, além de englobar os ODM 4, 5 e 6, e acrescenta a si 9 metas de evidente capacidade de mensuração.

O documento produzido na Rio+20, em 2012, foi intitulado de 'O Futuro que Queremos', (UN, 2012) servindo como base para negociações e construção do documento a ser aprovado na Assembleia Geral da Nações Unidas em 2015, 'Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável' (ONU, 2015). No Brasil, a institucionalização das ODS ocorreu por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, ao criar a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), conforme consta em seu Art. 1º tem "a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas" (BRASIL, 2016).

Na publicação do primeiro Plano de Ação 2017-2019, observa-se um fenômeno similar do que ocorrera com as ODM no que tange a nacionalização das metas e indicadores, não resultando na criação de uma agenda brasileira propriamente dita (CNODS, 2017). Esse trabalho ficou sob responsabilidade do IPEA e do IBGE, resultando no relatório 'ODS – Metas Nacionais de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de Alteração' (IPEA, 2018) e na adequação dos indicadores à realidade nacional. Das 169 metas, 39 foram mantidas integralmente, 128 foram adequadas e 2 foram consideradas impertinentes; além disso, outras 8 novas metas foram adicionadas, totalizando 175.

Apesar da adequação das metas globais representar um avanço na implementação dos ODS, há um outro problema relacionado às metas e aos indicadores: o monitoramento. De acordo com a pesquisa de Jannuzzi e Carlo (2018), 12% dos indicadores são facilmente disponibilizados, 50% necessitam ser sistematizados pelos órgãos competentes, 17% são inexistentes e 21% são de caráter qualitativo, dependendo de descrição do governo a despeito de existência ou não de determinada política pública. Ainda segundo os autores, os principais Ministérios (Justiça e Meio Ambiente) encarregados dessa função não possuem recursos humanos e, tampouco, processo administrativo equivalente ao que é demandado.

Enquanto a Agenda 21 pecava pela falta de preocupação, ao menos inicial, em estabelecer métricas e indicadores para um melhor acompanhamento (MALHEIROS; PHILIPPI JR; COUTINHO, 2008), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio falharam em razão da abrangência das metas, da dificuldade de comparar países com

distintos graus de desenvolvimento e da ausência de justificativa na escolha dos indicadores (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Estes cenários serviram como aprendizado no planejamento dos ODS, favorecendo a discussão acerca da produção metodológica de estatísticas públicas e privilegiando a ideia de um Sistema Estatístico de indicadores sociais, econômicos e ambientais. A partir disso, é possível resgatar a relação sucessória entre objetivos, metas, políticas e indicadores (JANNUZZI; CARLO, 2018).

Ainda que o objetivo deste trabalho não seja pormenorizar os dados referente os ODS, alguns comentários gerais do cenário mundial e nacional são pertinentes. De acordo com o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável de 2022 (UNEP, 2022), os esforços para alcance dos 17 ODS estão ameaçados por três grandes eventos: crise climática, pandemia do COVID-19 e crescente de conflitos armados. No documento, os autores chamam atenção para o fato de que a ocorrência simultânea desses eventos culmina em impactos interconectados e multidimensionais, afetando não somente o avanço dos diferentes objetivos, mas implicando em graves retrocessos.

Por exemplo, a pandemia do COVID-19 gerou: crescimento no quantitativo de pessoas em extrema pobreza (ODS1) e em estado de desnutrição (ODS2); impedimento para que crianças tivessem instruções pedagógicas presenciais (ODS4); e, efeitos sobre os Sistemas de Saúde e Proteção Social (ODS3). Quanto à emergência climática, o relatório ressalta o aumento da emissão de gás carbônico proveniente da geração de energia e que a previsão é crescimento na próxima década, caso os comprometimentos voluntários sejam mantidos, alertando para a urgência de medidas obrigatórias e/ou a mudança de comportamento dos estados-nações. Ao tocante dos conflitos, há um destaque para a Guerra na Ucrânia, principalmente pelo impacto sobre o preço dos alimentos, energia, combustível e fertilizantes, indicando o fato de que estes diferentes fatores se retroalimentam, agravando a segurança alimentar e econômica global. Por fim, cabe ressaltar que “os países e os grupos populacionais mais vulneráveis são impactos desproporcionalmente”, com maior ênfase a crianças, mulheres e jovens (UNEP, 2022).

No Brasil, o principal documento de análise dos ODS é produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA 2030), sendo “uma coalizão que reúne cerca de 60 organizações não governamentais, movimentos

sociais, fóruns, redes, fundações e federações brasileiras”. O compilado é intitulado de Relatório Luz da Sociedade Civil, estando na sua VI edição em referência à 2022, publicado em 2023. Com metodologia estabelecida, pública e aprimorada desde 2017, as metas são classificadas quanto a seu nível de implementação, podendo estar em retrocesso, ameaçada, estagnada, em progresso insuficiente ou em progresso satisfatório (GTSCA 2030, 2023).

Conforme indica o Relatório Luz, de todas as metas, somente uma (ODS 15, meta 15.8) apresentou resultado satisfatório e outras 9 sequer possuem dados para serem avaliados. Todas as outras foram classificadas em retrocesso, insuficiente ou ameaçadas, exemplificando o que o relatório chama de “vanguarda do retrocesso”. Uma das maiores críticas a ação do governo brasileiro à despeito da Agenda 2030 refere-se à volta do país ao mapa da fome, totalizando 33 milhões de pessoas sem comida; outro destaque é o desempenho no combate a pandemia do COVID-19, sendo o terceiro país com maior número de óbitos, em grande medida por retardo na aquisição e distribuição das vacinas, propaganda de negacionismo científico e resistência em adotar medidas de distanciamento social. Outros pontos referem a diminuição da transparência e da participação social, facilitação da aquisição de armas e, aumento da violência e discriminação (GTSCA 2030, 2023).

Diante de ambos os relatos, um a nível mundial e outro nacional, o entendimento inicial é de um aparente fracasso dos ODS, ainda que estejamos a mais de meia década para o fim do prazo. No entanto, assim como nos ODM, o foco de análise não deve ser estritamente o cumprimento das metas estabelecidas, mas se as estratégias e instrumentos que estão sendo utilizados para a efetivação dos ODS permitiam algum avanço civilizatório significativo. Neste caso, o maior interesse deste estudo é a reciprocidade entre políticas públicas e as agendas ambientais; em outras palavras, o uso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na formulação e implementação de políticas públicas, ao mesmo tempo em que este contribui no alcance daquele.

Tendo isso em vista, Cavalcanti (1997) advoga que políticas públicas para sustentabilidade devem, obrigatoriamente, reconhecer a finitude dos recursos naturais; neste sentido, o alcance do desenvolvimento sustentável perpassa pela reconciliação do crescimento econômico-social com a proteção do meio ambiente. Adicionalmente, autores como Atkinson (2014) e Frey (2001) argumentam que a implementação de modelos alternativos de desenvolvimento, tal qual a Agenda 2030,

implica na ampliação do espaço democrática na formulação de políticas públicas e nas etapas decorrentes, reconhecendo importância da sociedade civil – organizada ou não – em promover e consolidar as transformações sociais. Por fim, Tavolaro (1999) defende a importância da institucionalização da temática ambiental no aparato estatal para que assim, e somente assim, a “formulação, implementação e gerenciamento de políticas de sustentabilidade” ocorra com êxito.

4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

4.2.1 BREVE ANTECEDENTES DA GOVERNANÇA AMBIENTAL BRASILEIRA

De acordo com Cavalcante (2004), governança ambiental refere-se ao “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico”. Desta forma, a preocupação deste estudo concentra-se em relatar a construção da governança ambiental em seus atos e menos nos aspectos políticos-institucionais, ainda que determinadas ressalvas sejam feitas.

Em uma perspectiva histórica, o papel do Estado sobre o meio ambiente remonta ao tempo da colônia, em que o foco central era a concessão de uso da terra para fins econômicos que, em grande medida, se deu por forte extrativismo vegetal e mineral. Outros usos da terra referem-se à ocupação habitacional e uso da água para abastecimento (DINIZ, 2005). Um exemplo interessante é o Regimento do Pau-Brasil de 1605, primeira legislação portuguesa com aplicabilidade sobre o Brasil, que fixava a exploração da madeira à 600 toneladas por ano, mas que nunca teve efetividade sobre o Novo-Mundo (WAINER, 1991).

A falta de preocupação do governo local em efetivar a legislação até então existente condenou as matas costeiras, esgotando a extração do pau-brasil em pouco tempo (PRADO JÚNIOR, 1998). No entanto, este não foi único episódio no qual a economia brasileira se desenvolveu com pouca sustentabilidade, as atividades de monoculturas (principalmente, café e cana-de-açúcar) devastaram longamente a Mata Atlântica (SÉGUIN; CARRERA, 1999). Esta consequência é reflexo de uma política de desenvolvimento rural e agrário baseada na “expansão da fronteira agrícola sobre a vegetação natural”, presente até os dias atuais no bioma Amazônico e Cerrado (CÂMARA, 2013).

Outra atividade econômica da época caracterizada pelo alto impacto ao meio ambiente foi o extrativismo mineral, mais precisamente do ouro e do diamante nas regiões mais centrais e interioranas do Brasil. A extração foi intensificada pela queda no preço das monoculturas, o que impulsionou a ocupação de regiões antes não habitadas pelos colonos. Antes de terminar o século XVIII, a Coroa instituiu controle sobre a mineração por meio da taxaço de impostos, mas sobre esta açço não havia qualquer preocupação ambiental, somente a garantia de maior recolhimento do tesouro nacional (DINIZ, 2005). De forma complementar, a Constituição da Independência (BRASIL, 1822) garantia a extração de jazidas minerais.

Em 1830, o Código Criminal foi editado com a inclusão de penas relativas ao desmatamento (SWIOKLO, 1990), em consequência de profundas secas nas últimas décadas (BURSZTYN, 1990). Apesar do singelo avanço, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, institucionalizou o aspecto mercadológico da terra, restringindo o uso e aquisição de terras somente mediante a compra (SÉGUIN; CARRERA, 1999). Vinte e dois anos mais tarde, o comércio de madeiras florestais é legalizado pelo Decreto nº 4.887. Apesar disso, somente em 1934, que foi decretado o primeiro documento brasileiro a respeito, especificamente, da gestão florestal: Decreto nº 23.793, de 1934 (AHRENS, 2003). Em 1965, foi editada e promulgada a Lei nº 4.711, onde a principal inovação foi o instrumento de reserva legal, no qual os proprietários deveriam reservar – obrigatoriamente – 25% de cada posse rural (BRASIL, 1965).

Quanto à água subterrânea, durante o reinado (até 1889), o seu uso era expedido por uma autorização da Corte. Com a Promulgação da República, ficou sem qualquer controle até o restabelecimento por Getúlio Vargas através da Lei do Direito de Água no Brasil (REBOUÇAS, 1976). Na mesma época, também houve ampliação do controle governamental sobre o extrativismo mineral através do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2008), o que também garantiu a retomada do país ao cenário internacional com a equiparação tecnológica aos demais países. A crescente do país nessas áreas culminou na necessidade de maior intervenção estatal, resultando na criação do Código de Mineração e da Companhia de Recursos Minerais (SENADO FEDERAL, 2000).

Essas ações subsidiam a defesa de Almeida *et al.* (2000) sobre a Era de Vargas que, ao iniciar uma nova república, também inova em matéria de legislação ambiental, com maior foco ao uso racional dos recursos naturais e a devida regulamentação das atividades extrativistas; outra novidade é a criação das áreas de preservação

permanente. Em acompanhamento, órgãos federais foram instituídos em vista de uma gestão e regulação ambiental mais efetiva, cabendo destacar o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dentre outros.

Os movimentos ambientalistas da segunda metade do século XX analisados anteriormente, como a Conferência de Estocolmo de 1972, tiveram influência vital sobre o debate nacional. Até então, a sociedade era relativamente apática ao tema, tornando-se sensível quando as consequências começaram a ser mais visíveis, como poluição industrial e contaminação em área urbana ocupada, ocasionando problemas de saúde pública e danos ecológicos. Com a pressão popular, o Governo criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente e assinou diversos acordos internacionais (ALMEIDA *et al.*, 2000); com a pressão internacional sobre o fluxo de capital estrangeiro, o país realizou as primeiras avaliações de impacto ambiental.

As pressões internas e externas foram o principal motivo (ALMEIDA *et al.*, 2000) para a necessidade de o Governo rever o arcabouço legal e institucional relativo ao meio ambiente, resultando na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA, Lei nº 6.938/1981) que prevê, por exemplo, a obrigatoriedade do licenciamento ambiental no exercício de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) e a instituição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) foram outros instrumentos que ampliaram tanto a participação e responsabilização social quanto a própria governança ambiental. Nos anos seguintes, a urgência por maior regulação e controle sobre extração vegetal em florestas originou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (BRASIL, 1989) e, de forma complementar, o frenesi pelo fim da Ditadura Militar e consequente ampliação da participação popular instituiu a Ação Civil Pública Ambiental, por meio da Lei nº 7.347 de 1985 (BRASIL, 1985). Padilha tece comentários a respeito da importância da PNMA:

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente pode ser considerada como a mais importante legislação infraconstitucional anterior à Constituição Federal de 1988, pois introduziu, no ordenamento jurídico brasileiro, um novo tratamento normativo para o meio ambiente, numa visão holística que muito se aproximou do gigantesco passo do texto constitucional de 1988, razão pela qual foi inteiramente albergada e recepcionada pela nova Carta (PADILHA, 2010).

Em 1987, há a publicação do Relatório de Brundtland que reforça a compreensão internacional de articular meio ambiente com política econômica. Internamente, a nova Constituição Federal brasileira, foi promulgada em 1988 e vigora com um capítulo inteiro relativo ao meio ambiente, além de outros artigos avulsos em referência. A Constituição Cidadã e a PNMA representam os dois alicerces do pensamento socioambiental brasileiro, reconhecendo: (1) o homem como integrante do ecossistema e a importância dos outros tipos de vida; e, (2) a compatibilidade entre desenvolvimento socioeconômico e equilíbrio ecológico. No entanto, Orci Teixeira (2020) argumenta que, embora signifiquem avanços civilizatórios, a fundamentação ética ambiental de ambas as legislações é baseada no antropocentrismo mitigado, ou seja, o reconhecimento da importância do meio ambiente é resultado da dependência do homem dos recursos naturais para sobreviver e se desenvolver, não havendo o reconhecimento do valor intrínseco dos outros seres.

A criação de um Estado Socioambiental foi frustrada pelos 'ventos liberalizantes' da década de 90, resultando em uma diminuição da responsabilidade ambiental na defesa de um Estado Mínimo (CÂMARA, 2013). É dessa época que surge o mito de que o Licenciamento Ambiental é prejudicial à economia, por ser demasiado lento, esquecendo-se que o problema da economia brasileira era a recessão, a inflação e as taxas de juros (ACSELRAD, 2005). O Governo Collor foi responsável pela implementação do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990), caracterizado pela desestruturação da máquina pública e privatização de empresas estatais. Mais tarde, esse processo é intensificado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (BRASIL, 1995).

Conforme aponta Mappa (2004), a implementação de reformas liberalizantes não significou a democratização do Estado, mas a desregulamentação, privatização e desestatização da sociedade e de suas relações. Ao final, o Estado se viu enfraquecido e fragmentado, através do enfoque da atuação estatal nas agências de regulação (CAVALCANTI; PECL, 2001). O arcabouço institucional e legal que antes era indissociável das preocupações ambientais, sociais e econômicas³, agora

³ Cabe mencionar que, apesar dos regramentos legais e institucionais promoverem essa indissociabilidade para as ações estatais, os governos passados não respeitavam isso, realizando inúmeras obras e atividades que desrespeitassem o meio ambiente. Desta forma, a grande diferença entre um e outro é a existência de um arcabouço com preocupações socioambientais, não as ações efetivamente.

preconiza este último, desassociando-se dos princípios de um desenvolvimento sustentável. Um destaque interessante é observar as pressões políticas sobre o licenciamento ambiental das obras vinculadas ao Plano de Aceleração do Crescimento, gerando mudanças de cargos para que desejos fossem atendidos. Isso é mais bem elucidado por Câmara (2013):

Tais fatores levam ao licenciamento ambiental, que deveria ter sua função precípua de avaliação da sustentabilidade socioambiental de um empreendimento elevada, à condição de mero legitimador do crescimento econômico, como projeto da sociedade, colocando o meio ambiente como recurso material a ser explorado. (CÂMARA, 2013)

O desmonte do arcabouço institucional e legal relativo ao meio ambiente não se esgota no esvaziamento político do licenciamento ambiental desde a década de 90, mas perpassa também em ações mais recentes, tais como a promulgação do Novo Código Florestal, alterações no Serviço Florestal Brasileiro e nos órgãos ambientais (IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Fundação Nacional dos Povos Indígenas), desafetação de áreas protegidas, esvaziamento de conselhos e limitações orçamentárias. De forma adicional, o Plano Plurianual (PPA) da União (2020 – 2023) retira das prioridades de aplicação de recursos públicos as ações referentes a monitoramento e avaliação das ODS (ADAMS *et. al.*, 2020). Tudo isso e outros atos governamentais recentes têm efeitos drásticos sobre a qualidade ambiental, prejudicando o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

4.2.2 A3P E OS ODS

De acordo com registros do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2009), a concepção primordial da A3P, delineada em 1999, foi galvanizada por imperativos nacionais e internacionais, buscando infundir nas instituições públicas uma revitalizada cultura voltada à produção, consumo e preceitos de sustentabilidade ambiental. Em uma subsequente reconfiguração em 2002, este projeto transmutou-se em um programa mais abrangente, ampliando seu escopo e finalidade, privilegiando a sensibilização de gestores públicos e solidificando a gestão ambiental como pilar estrutural nos aparatos estatais (MMA, 2009).

A preeminência da A3P é pontuada pela função precípua e catalítica do Estado na engenharia de mutações culturais e reconfigurações estruturais, em paralelo às emergentes políticas de desenvolvimento (CHANG, 1994). Desse modo, a

Administração Pública é convocada a reconhecer-se tanto como entidade consumidora quanto produtora de bens e serviços, estes que, potencialmente ou de forma palpável, engendram reverberações socioambientais. A este contexto amalgama-se a magnitude do orçamento estatal designado a licitações, exigindo reflexões pautadas na prudência sustentável.

A A3P destaca-se por sua versatilidade e propensão à integração com demais políticas públicas, dada a sua característica intrínseca de transversalidade. Tal factibilidade justifica sua implementação, e, por extensão, ressalta a solidez dos alicerces institucionais e legais que reforçam o compromisso socioambiental do Estado brasileiro. A Política Nacional do Meio Ambiente, que ratifica a preeminência da agenda ambiental na trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável, e a Constituição Federal de 1988, que consagra o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, são testemunhos deste comprometimento.

Extrapolando esta linha argumentativa, é coerente postular a A3P como uma instrumentação estratégica para concretizar os postulados da ABNT NBR ISO 26.000/2010 (Norma Brasileira de Diretrizes sobre Responsabilidade Social) no âmbito das instituições públicas (ABNT, 2010). A referida norma, em sua abordagem, contempla nuances relativas ao desenvolvimento sustentável e estabelece um novo marco de responsabilidade socioambiental, abrangendo espectros como direitos humanos, governança, interação ambiental, e engajamento comunitário. No panorama delineado pelo Ministério do Meio Ambiente, a A3P é concebida como um programa que aspira à incorporação da ética da responsabilidade socioambiental nas funções administrativas públicas. Esta visão engloba desde a reorientação de investimentos, compras e contratações governamentais, à capacitação e conscientização de servidores, passando por uma gestão criteriosa dos recursos naturais e resíduos, culminando na promoção de um habitat laboral de qualidade superlativa (MMA, 2009, p. 32).

Na matriz da governança da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), nota-se uma transição paradigmática expressa pela ampliação de seus objetivos programáticos. A versão antecedente do programa contava com um total de cinco objetivos, enquanto a mais recente, instituída pela Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020 (BRASIL, 2020), expõe um escopo expandido com 15 objetivos delineados. Tal análise revela uma especificidade crescente na atual normativa, potencialmente otimizando a eficácia programática. Tal especificidade pode servir como um facilitador

para gestores e comunidades interessadas, favorecendo uma maior internalização e efetivação dos preceitos da A3P. A interrelação pode ser vista abaixo no quadro 10.

Quadro 10 – Relação entre os objetivos da versão revogada e atual da A3P

Versão Revogada	Versão Atual
Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais	Sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais
	Capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental
Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais	Aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais
	Promover a produção e o consumo sustentáveis
Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional	Incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades
Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública	Apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental
	Estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental
	Promover a atualização sistemática do conhecimento e a modernização de conceitos, instrumentos, tecnologias e metodologias, referentes ao campo da sustentabilidade
	Promover a transparência no serviço público

	Garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
	Facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P
	Estimular ações de cooperativismo, solidariedade, respeito, compromisso profissional e ético
	Incentivar às ações coletivas e às decisões democráticas
Contribuir para a melhoria da qualidade de vida	Estimular e apoiar ações de defesa do meio ambiente
	Colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores

Fonte: Autoria Própria (2024), elaborado a partir da Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020.

Relativamente aos eixos temáticos, um fenômeno análogo de expansão é perceptível. A versão predecessora articulava sua estratégia em torno de cinco eixos temáticos, fundamentados na política dos 5 R's. Em contrapartida, a atual conformação do programa apresenta um total de seis eixos temáticos. Importa salientar que, mesmo diante da reconfiguração substancial dos objetivos, os eixos temáticos foram, em sua maior parte, preservados em sua estrutura original. Uma nota digna de menção é a subdivisão do eixo "Licitações Sustentáveis" em "Contratações Públicas Sustentáveis" e "Construções Sustentáveis". Tal desagregação promove uma maior especificidade, harmonizando-se com os objetivos ampliados e contribuindo para uma efetivação mais acurada dos preceitos normativos. Tal fenômeno de detalhamento também se manifesta nas descrições ampliadas dos demais eixos, ainda que os títulos tenham sido mantidos. No quadro 11 a seguir, os eixos temáticos da versão em vigor e a antecedente foram elencados e relacionados.

Quadro 11 – Relação entre os eixos temáticos da versão revogada e atual da A3P

Versão Revogada	Versão Atual
1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

2. Gestão adequada dos resíduos gerados	2. Gestão adequada dos resíduos gerados
3. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho
4. Sensibilização e Capacitação	4. Sensibilização e capacitação dos servidores
5. Licitações Sustentáveis	5. Contratações públicas sustentáveis
	6. Construções sustentáveis

Fonte: Autoria Própria (2024), elaborado a partir de Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020.

Este incremento de detalhamento e especificidade nos objetivos e eixos da A3P ilustra uma trajetória de refinamento na abordagem regulatória, com possíveis repercussões positivas na implantação e monitoramento da política. Este fenômeno, por sua vez, evidencia a complexificação da governança ambiental, alinhada com as necessidades emergentes de uma gestão pública mais responsável e ambientalmente sustentável.

Em uma análise criteriosa das diretrizes temáticas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), verifica-se uma matriz multidimensional, que busca, de forma sistemática, promover a sustentabilidade ambiental no cerne da administração pública. O primeiro eixo, denominado ‘Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos’, encapsula quatro das cinco premissas fundamentais consagradas na política dos 5R’s: Repensar, Recusar, Reduzir e Reutilizar. Conforme delineado pela portaria, tal enfoque tem como norte a promoção da eficiência na utilização de recursos, uma significativa redução na produção de resíduos e, conseqüentemente, uma mitigação nos impactos ambientais adversos. Em um movimento contíguo, o segundo eixo, ‘Gestão Adequada dos Resíduos Gerados’, incorpora o quinto e derradeiro R: Reciclar. Nessa direção, estabelece-se um arcabouço estratégico para a gestão de resíduos sólidos, ancorado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASI, 2010).

Já o terceiro eixo transcende a concepção inicial das políticas ambientais, restritas a recursos naturais, alargando sua compreensão para a otimização dos ambientes laborais. Tal desdobramento visa amplificar a produtividade laboral, alicerçando-se na satisfação e bem-estar dos trabalhadores. Todavia, além deste

escopo, emerge a proposta de fomentar a mobilidade e acessibilidade para a coletividade. Em paralelo, o quarto eixo, cujo núcleo é a ‘Sensibilização e Capacitação dos Servidores’, emerge como um vetor transversal, instrumentalizando a transformação de hábitos, padrões e práticas de consumo, embasando-se no paradigma da Responsabilização Socioambiental.

Os quintos e sextos eixos, embora convergentes na missão de infundir sustentabilidade nas finanças e aquisições públicas, tangenciam por trajetórias distintas. Em ambos os prismas, a capacitação profissional dos servidores torna-se imperativa, tanto para a discernimento preciso dos produtos e serviços quanto para a deliberação informada acerca da real pertinência das aquisições. No espectro das contratações públicas, salientam-se os critérios de sustentabilidade – abarcando dimensões materiais e humanas – e uma visão projetada para médio e longo prazo. Em contraste, as edificações sustentáveis ressaltam preocupações correlatas à valorização dos ambientes de trabalho, acessibilidade, otimização energética e maximização da reutilização dos recursos naturais.

O Quadro 12 traz uma sistematização dos Eixos Temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Essa relação é importante na compreensão da A3P como uma das ações para concretização da Agenda 2030 por meio do fortalecimento institucional da temática ambiental na administração pública. Isso também corrobora com a justificativa política para a adesão da A3P, sendo um programa alinhado com diretrizes internacionais que o Brasil é signatário. Por exemplo, a ODS 13 (Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis) relaciona-se com a promoção da cultura dos 5 R’s presente tanto no primeiro eixo temático através dos atos de “Repensar, Recusar, Reduzir e Reutilizar” quanto no segundo por meio da reciclagem, esta relação também é observada no quarto eixo temático ao passo que sensibiliza os gestores quanto a sua responsabilidade socioambiental, seja em atos individuais ou coletivos/institucionais; estes que, por sua vez, possuem impacto no uso sustentável do orçamento nas contratações ou construções públicas, respectivamente os eixos 5 e 6, ao preconizar o uso racional de materiais, equipamentos e energia.

Quadro 12 – Articulação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com os eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Eixos da A3P					
	1	2	3	4	5	6

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares						
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável						
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades		X	X	X		
4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos						
5. Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			X	X		
6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos	X	X				X
7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos	X					X
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.			X	X	X	X
9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação		X			X	X
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles						
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis		X	X		X	X
12. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	X	X		X	X	X
13. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis	X	X		X	X	X
14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável						
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade						
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis			X	X		

17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável				X		
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Autoria própria (2024).

Entre os instrumentos que buscam incentivar e facilitar a adesão das instituições à Agenda Ambiental da Administração Pública são destacados a seguir. O ‘Termo de Adesão’, o primeiro deles, é documento que formaliza a adesão do órgão ao programa, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Após a assinatura, a Comissão Gestora da A3P deverá ser criada, sendo esta a responsável pela realização do diagnóstico socioambiental, elaboração do Programa de Gestão Socioambiental e do Plano de Sensibilização dos Servidores, além de monitorar e avaliar a implantação do programa periodicamente (BRASIL, 2020).

As ‘Parcerias Institucionais’ e a ‘Rede A3P’ são outros instrumentos. Enquanto aquele tem como objetivo a composição de parcerias entre instituições para realização de capacitação e sensibilização, obtenção de recursos, promoção do programa e produção de materiais relacionados; o outro é uma plataforma digital mantida pelo MMA para compartilhamento de conhecimento, informações e experiência entre servidores, gestores e instituições, não se restringindo ao setor público. A produção bibliográfica e artística própria do MMA também consta como um dos instrumentos (BRASIL, 2020).

O ‘Certificado de Sustentabilidade’ é um documento público concedido às instituições que ao finalizarem sua adesão ao Programa, atuando na publicidade sustentável. O ‘Selo A3P’ é outro instrumento, mas que complementa este, somente faz jus as instituições que possuam o referido Certificado e tenham encaminhado os dados do Sistema de Responsabilidade Socioambiental (RESSOA) na data estipulada pelo MMA. O RESSOA é um instrumento de monitoramento do Programa sob responsabilidade do Ministério (BRASIL, 2020).

Adicionalmente a esses reconhecimentos, ainda há o ‘Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade’ que, além de reconhecer o mérito das ações, promove o Programa, as práticas desenvolvidas e as instituições envolvidas. A premiação é separada para cada um dos 6 eixos temáticos, tendo como critérios avaliativos: impactos ambientais, caráter social, caráter econômico, inovação, relevância, institucionalização e integração. De forma concomitante ao prêmio, ocorre o “Fórum A3P” que é um evento específico para discussão dos temas relacionados ao

programa, complementando a troca de experiência da comunidade proporcionada pela Rede A3P (BRASIL, 2020).

Por fim, cabe mencionar algumas fraquezas institucionais, políticas e legais da A3P. O Programa é instituído e regulamentado via Portaria do Ministério do Meio Ambiente, o que denota fragilidade na durabilidade do programa entre diferentes governos, assim como fácil alteração de sua proposta fundamental; ambos os problemas seriam dirimidos caso fosse transformada em uma lei ordinária, mas resguardando a regulamentação para o Ministério do Meio Ambiente, pois apresenta maior competência em matéria. Destaca-se, ainda, que se trata de um programa de caráter voluntário e, portanto, os diferentes órgãos públicos não possuem obrigação de aderi-lo (BRASIL, 2020), restando a boa vontade do gestor público para isso, o que limita a efetividade de uma política pública que tem como alicerce a própria Constituição Federal de 1988. Abaixo segue o quadro 13 com legislações que fortalecem, politicamente, a adesão da A3P.

Quadro 13 – Legislações que se articulam politicamente com a Agenda Ambiental da Administração Pública

Legislação	Relação com a A3P
Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020)	Introduz questões relativas à salubridade ambiental
Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei nº 12.305 de 2010)	Inova ao tratar – especificamente – da gestão dos resíduos sólidos, por responsabilizar o gerador do resíduo, ao construir a Coleta Seletiva Solidária e instrumentalizar os conceitos do 5 R's (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar)
Política Nacional Urbana (Lei nº 10.257/2001)	Submete o ordenamento urbano ao desenvolvimento socioambiental, evitando a poluição e degradação ambiental
Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)	Promove o uso racional e sustentável dos recursos hídricos

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000)	Desempenha papel na garantia de integridade dos processos ambientes por meio da conservação e preservação de territórios delimitados e seus respectivos recursos, denotando cuidados especiais ao uso
Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei nº 9.795/1999)	Entende a educação ambiental como processo vital para a construção de valores socioambiental, sustentáveis e solidários
Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei nº 10.295/2001)	Promove o conceito de eficiência energética tanto nas edificações quanto no uso de equipamentos e utilitários
Política Nacional Sobre Mudança do Clima (PNMC, Lei nº 12.187/2009)	Estipula a redução de emissão dos gases do efeito estufa e promove adaptações às mudanças climáticas
Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (Lei nº 12.533/2011)	Instrumentaliza a conscientização e sensibilização a despeito das mudanças climáticas
Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio, Lei nº 13.576 de 2017)	Contribui com a descarbonização da matriz energética brasileira e institui o Crédito de Descarbonização
Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991)	Compreende a importância do meio ambiente na produção agrícola e o abastecimento alimentar na melhoria da qualidade de vida
Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326/2006)	Promove o desenvolvimento sustentável dos alimentos, reconhecendo a sustentabilidade nos seus 3 eixos (ambiental, social e econômica)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, Lei nº 11.947/2009)	Reconhece o impacto da alimentação sobre o jovem e oferece segurança alimentar e nutricional aos estudantes

Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021, complementada pela Instrução Normativa 1, de 19 de janeiro de 2010)	Normatiza o processo de licitação e contratação na administração pública, complementada pelo estabelecimento de critérios de sustentabilidade para os atos públicos
Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023	Integra e articula as ações, os projetos e os programas da administração pública federal, estadual, distrital e municipal voltados à promoção e à defesa dos direitos humanos das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis

Fonte: Autoria própria (2024).

Em vista da A3P tratar-se de uma política dependente do voluntarismo das instituições públicas, é interessante articular a sua adesão com outras normas de caráter obrigatório, conforme consta no quadro 8. Essa articulação possibilitará em maior força política para implementação e consolidação das ações sustentáveis. Além disso, em alguns casos, pode haver contrapartida financeira em editais públicos que priorizem a implantação de determinada política.

Um exemplo disto é a conexão entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Agenda Ambiental da Administração Pública, pois um dos objetivos daquele é a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (PNRS, 2010, inc. II art. 7) que está diretamente vinculado com os eixos de “Gestão adequada dos resíduos gerados” e “Uso racional dos recursos naturais e bens públicos” da A3P; estes que relacionam-se com o Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023, por promover a expansão da: coleta seletiva de resíduos sólidos, reciclagem e reutilização. Na PNRS também constam o “estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços” (PNRS, 2010, inc. III art. 7) que articula-se com “Sensibilização e capacitação dos servidores”, o critério de sustentabilidade social e ambiental como “prioridade, nas aquisições e contratações governamentais” (PNRS, 2010, inc. XI art. 7) que relaciona-se com “Contratações públicas sustentáveis” e “Construções sustentáveis”. Estes últimos também se relacionam com a Instrução Normativa 1, de 19 de janeiro de 2010, que complementa a Lei de Licitações e

Contratos Administrativos (BRASIL, 2010). Ademais, cabe mencionar que tanto a A3P e a PNRS articulam-se, transversalmente, com a Lei de Saneamento Básico a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Meio Ambiente.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO

5.1 Implementação da A3P no Brasil e a Gestão Ambiental em Instituições de Ensino

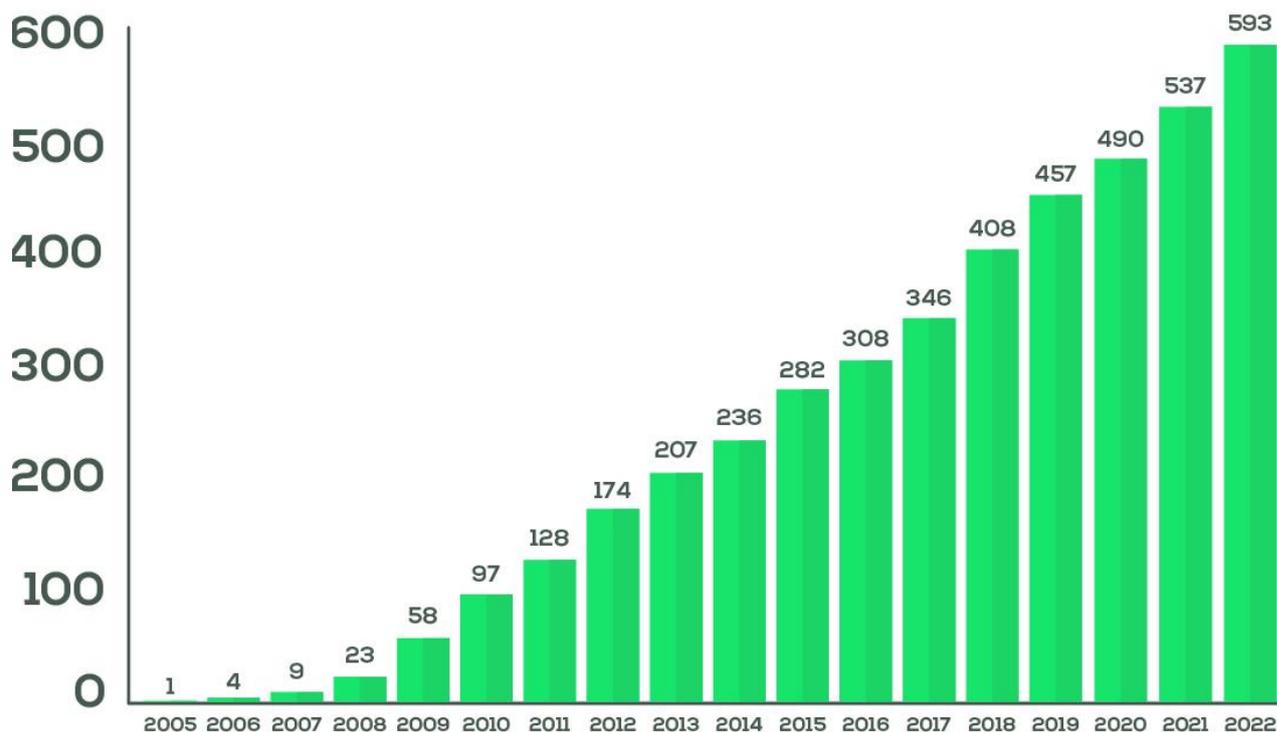
O processo de adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) inicia-se com a submissão de documentos essenciais via digital ao Ministério do Meio Ambiente, através do endereço eletrônico a3p@mma.gov.br, marcando formalmente a intenção da instituição em conformar-se às diretrizes da A3P. A instituição, neste caso, pode ser tanto os IFs com a reitoria e os diversos campi ou cada campus individualmente. Após a recepção dos documentos, ocorre uma avaliação minuciosa pela equipe da A3P para verificar a conformidade com os requisitos estabelecidos. Caso sejam necessários ajustes, o responsável pelo Termo de Adesão contata a instituição solicitante para orientar sobre as correções ou complementações necessárias.

Uma vez aprovada a documentação, o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho são enviados à entidade para assinatura do representante legal, formalizando assim a participação no programa. Após a assinatura, os documentos são devolvidos ao Ministério, onde são assinados e, posteriormente, publicados no Diário Oficial da União, ato que confirma publicamente o compromisso da entidade com as práticas de sustentabilidade. Este processo, que dura aproximadamente 40 dias úteis, é concluído com o envio de uma cópia do Termo de Adesão, do Plano de Trabalho e da publicação oficial à instituição, que deve arquivá-los como registro de seu comprometimento com a A3P.

5.1.1 MAPA DA A3P NO BRASIL

Atualmente, de acordo com dados da Plataforma da Agenda Ambiental da Administração Pública, 593 instituições públicas já aderiram a A3P (Gráfico 1). Estas que podem ser classificadas por nível federativo (federal, estadual municipal), por poder constitucional (executivo, legislativo, judiciário e independente) ou por vigência dos termos de adesão. Na plataforma, também é possível observar dados relativos à Rede A3P, o Prêmio A3P e os Selos Concedidos (RESSOA).

Gráfico 1 – Evolução das Adesões à A3P: Nacional



Legenda: Os dados são cumulativos de um ano para o outro.

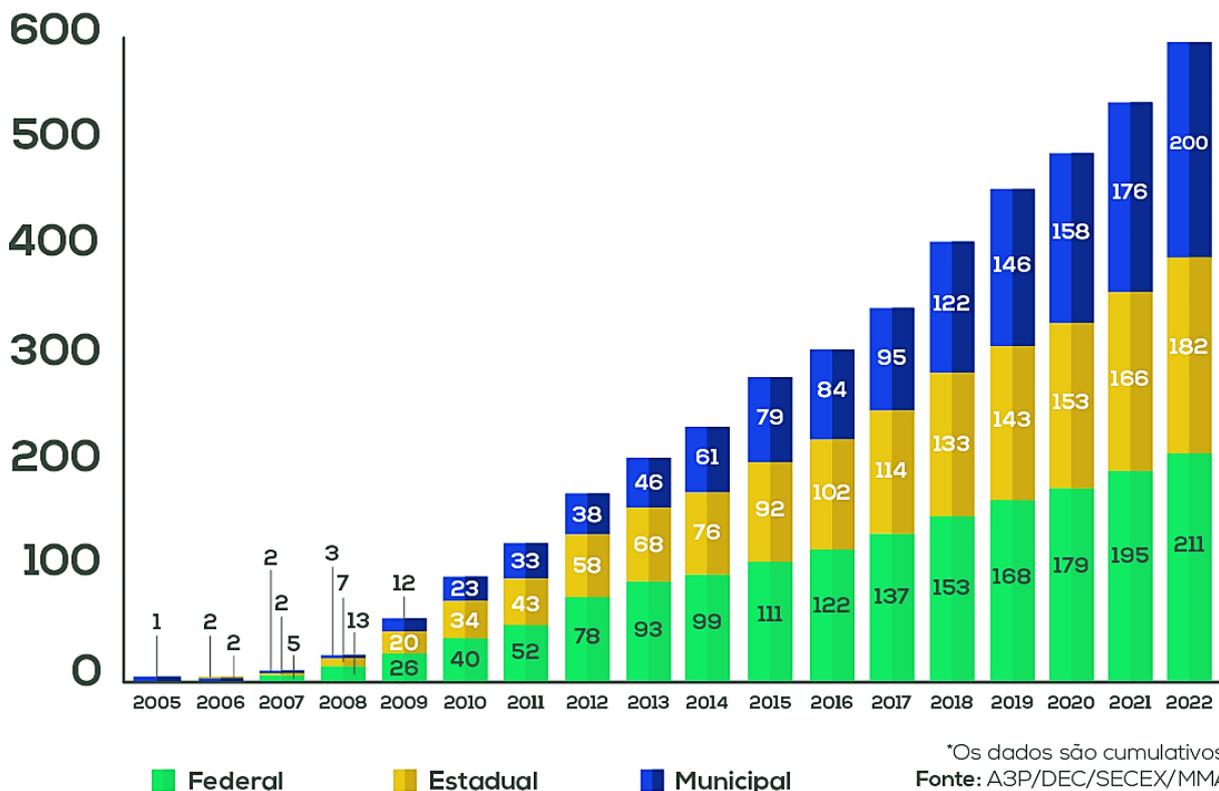
Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

Dos dados gerados pela plataforma até 2022, observa-se no Gráfico 1 que a primeira adesão ocorreu somente em 2005, passando da primeira centena somente em 2011. A partir disso, percebe-se uma crescente mais acelerada das adesões, alcançando os 207 termos ainda em 2013, a terceira centena em 2016, os 408 em 2018 e os primeiros 500 em 2021. Por mais promissor que pareça esse aumento no gráfico, ele não é efetivo ao considerarmos a quantidade de instituições que podem aderir ao Programa, como cada município, que no Brasil somam mais de 5.500, estado e distrito federal (27 ao todo), autarquias, fundações, ministérios, tribunais, secretarias e tantas outras instituições públicas brasileiras, aproximando-se do incontável. Provavelmente, parte da explicação para uma diminuta adesão está atrelada ao caráter voluntário da Agenda, mas questões relativas a baixa conscientização e sensibilização dos gestores públicos em relação a temática ambiental e a falta de incentivos governamentais diretos por intermédio de contrapartidas também ajudam a compreender o cenário.

O Gráfico 2 (Distribuição por Esfera de Governo) permite uma análise derivada do Gráfico 1, mas focando na distribuição dos termos de adesão no nível federativo. Por mais que o nível municipal represente uma maior quantidade possível de instituições a aderirem - seja pelo número de municípios brasileiras ou seja pela

quantitativo de instituições subsidiárias -, é o nível federal que lidera a tabela dos termos de adesão desde 2007.

Gráfico 2 – Termos de Adesão à A3P: Distribuição por Esfera do Governo



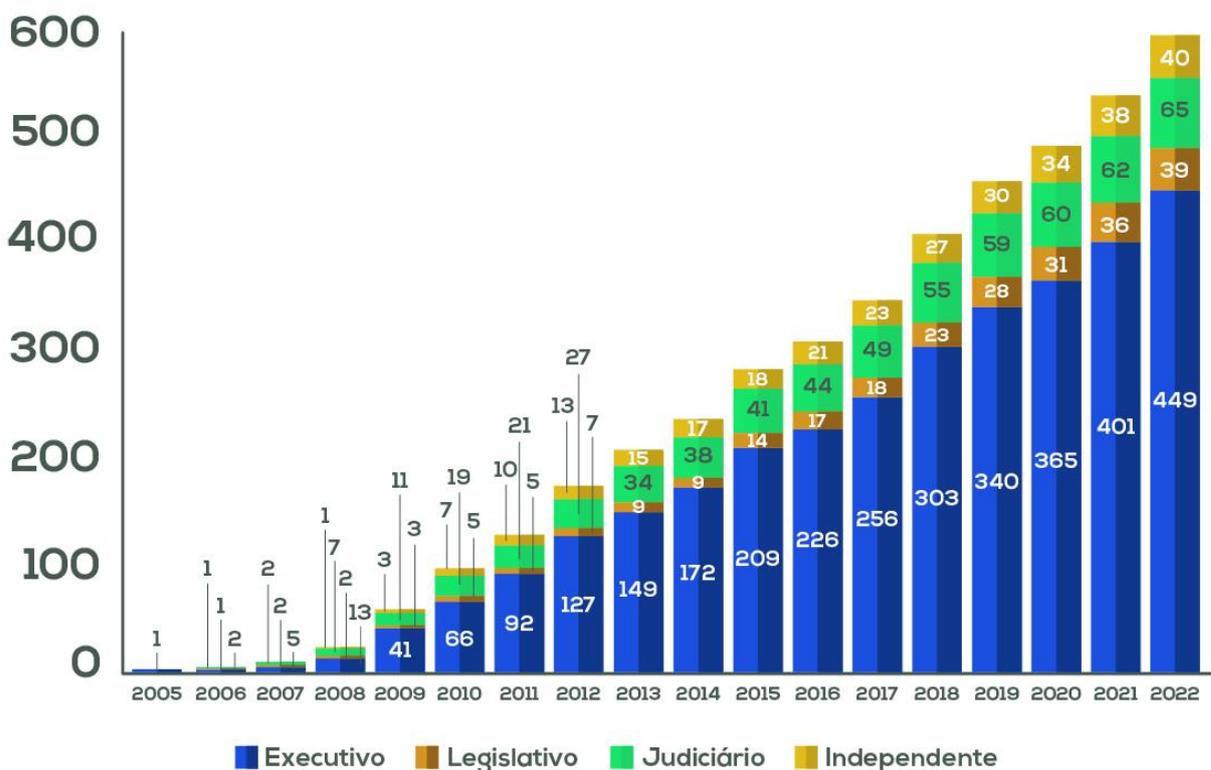
Legenda: Os dados são cumulativos de um ano para o outro.

Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

A esfera municipal figura na segunda posição desde 2018, quando finalmente ultrapassou a quantidade das instituições estaduais. Uma maior representatividade da esfera federal pode estar atrelada a uma maior sensibilização dos gestores, elevada pressão política na temática ambiental (nacional e internacional) e melhor capacidade técnica e quantitativa de recursos humanos para ser destinado ao processo de adesão à A3P.

Quanto a distribuição por poder (executivo, legislativo, judiciário e independente) pode-se, também, realizar uma análise derivada do Gráfico 1, resultando no Gráfico 3 (Distribuição por Poder).

Gráfico 3 – Termos de Adesão à A3P: Distribuição por Poder



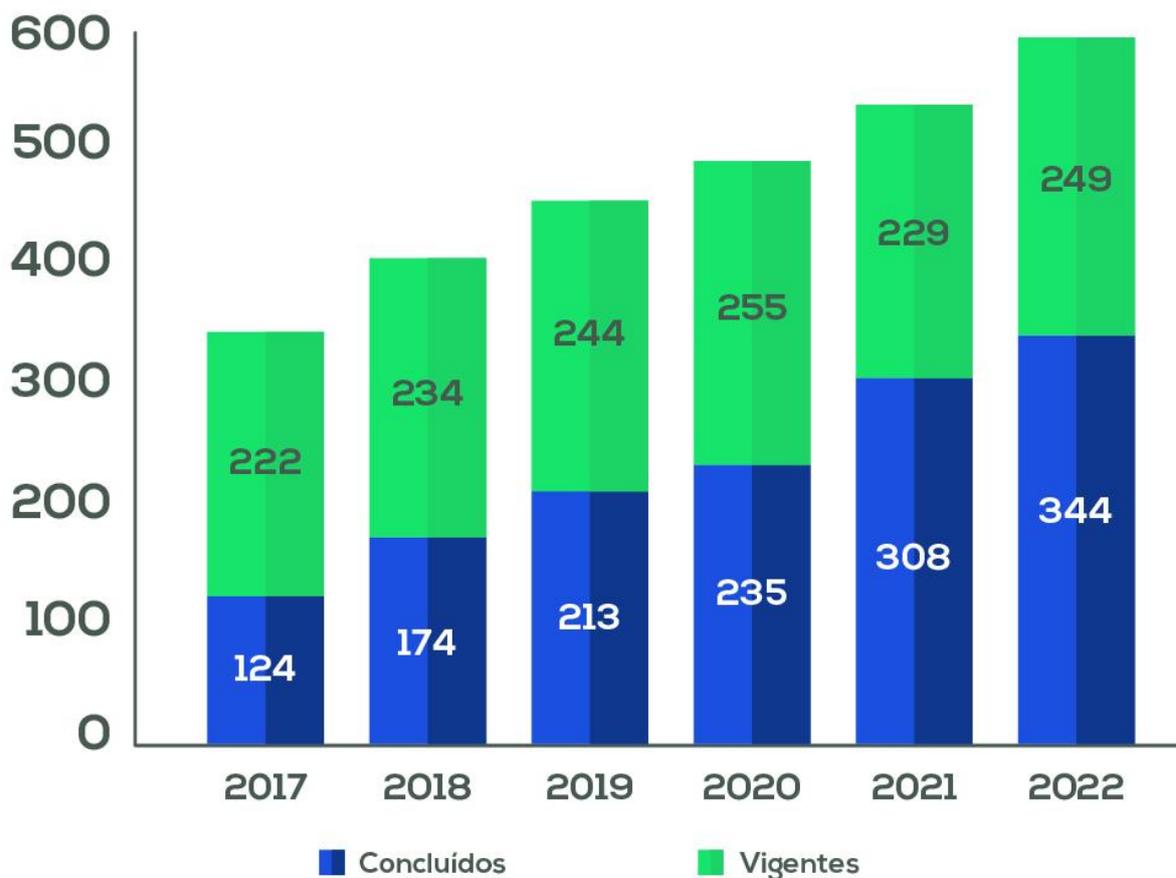
Legenda: Os dados são cumulativos de um ano para o outro.

Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

Há um evidente domínio pelo poder executivo nos diferentes anos analisados, seguida pela adesão do poder judiciário e a pior representatividade variando entre o poder legislativo e o independente. A explicação mais provável para o elevado número do executivo em comparação aos outros poderes concentra-se, principalmente, no fato daquele possuir muito mais instituições públicas do que os demais. Decerto que cada município possui tanto uma Prefeitura quanto uma Câmara Municipal, assim como cada estado detém um Governo Estadual e a Assembleia Legislativa, mas a quantidade de subsidiárias do poder executivo é muito superior, seja na administração direta ou indireta; o cenário é ainda mais desequilibrado ao comparar com o poder judiciário, haja vista que este é somente estadual ou federal, ainda que possa ser dividido em regiões e/ou temáticas.

O Gráfico 4 contabiliza os termos de adesão à A3P em vigência e concluídos ao passar dos anos, a partir de 2017. Desde este ano até 2020 há 2 observações, a primeira delas é que quantidade de termos vigentes foram maiores que os concluídos e a segunda é que os termos vigentes cresceram numericamente ano após ano.

Gráfico 4 – Termos de Adesão à A3P: Distribuição por Poder



Legenda: Os dados de 2017 são de janeiro de 2012 a dezembro de 2017; os dados de 2018 são de janeiro de 2013 a dezembro de 2018; os dados de 2019 são de janeiro de 2014 a dezembro de 2019; os dados de 2020 são de janeiro de 2015 a dezembro de 2020; os dados de 2021 são de janeiro de 2016 a dezembro de 2021; e, os dados de 2022 são de janeiro de 2017 a dezembro de 2022.

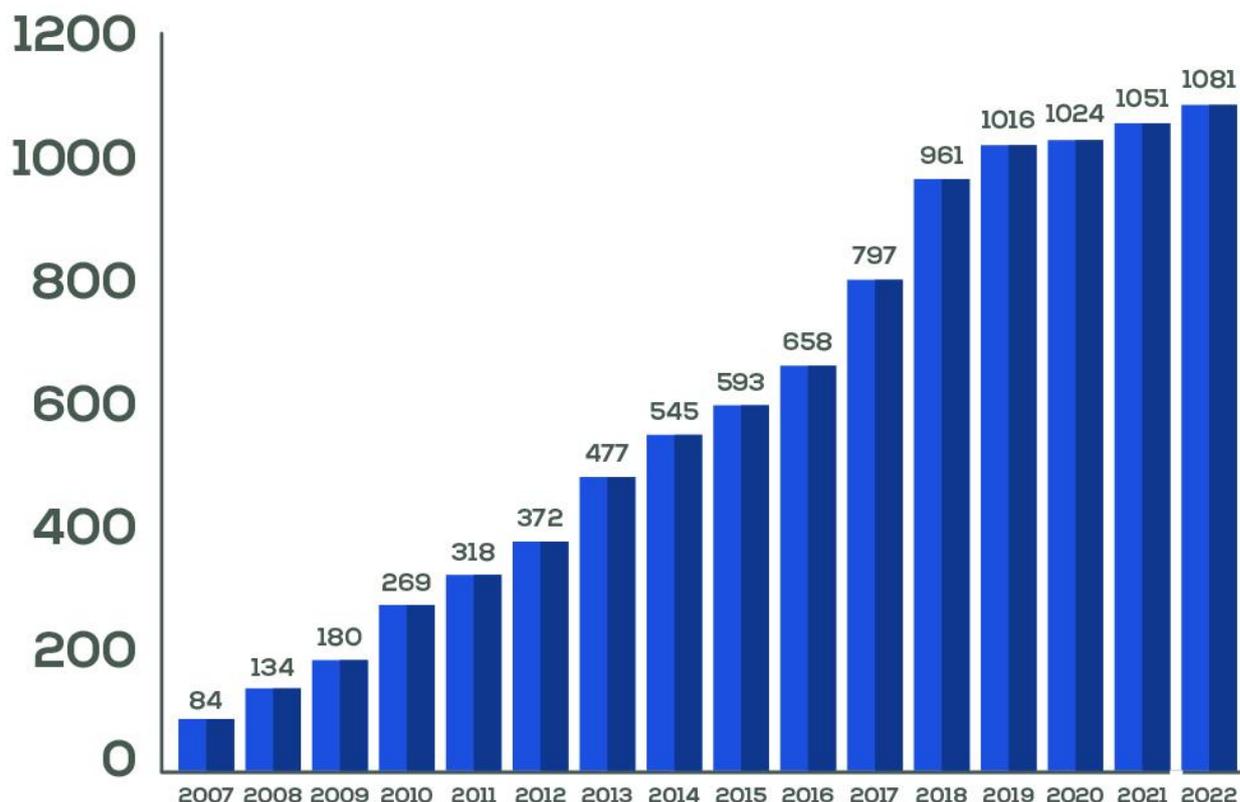
Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

No entanto, a partir de 2021, os termos concluídos superaram os vigentes e houve uma redução do quantitativo de vigentes particularmente de 2021 em comparação ao ano anterior, retornando o crescimento em 2022, mas em números inferiores a 2020. Com base nesses resultados, pode-se inferir que as instituições, após o tempo de validade dos termos (atualmente, em 5 anos), não estão renovando integralmente, haja vista que não é um processo automático, estando sensível ao interesse da gestão em vigor na época de encerramento do termo.

Os dados relativos à Rede A3P estão presentes no Gráfico 5, somando mais de 1081 organizações públicas e privadas, governamentais e da sociedade civil. Os anos que tiveram aumento mais substancial (superior a 100 organizações adicionadas) foram 2013 (mais 105, totalizando 477), 2017 (mais 139, totalizando 797) e 2018 (mais 164, totalizando 961). Por outro lado, os piores crescimentos foram em 2020 (mais 8, totalizando 1024), 2021 (mais 27, totalizando 1051) e 2022 (mais 30,

totalizando 1081).

Gráfico 5 – Rede A3P



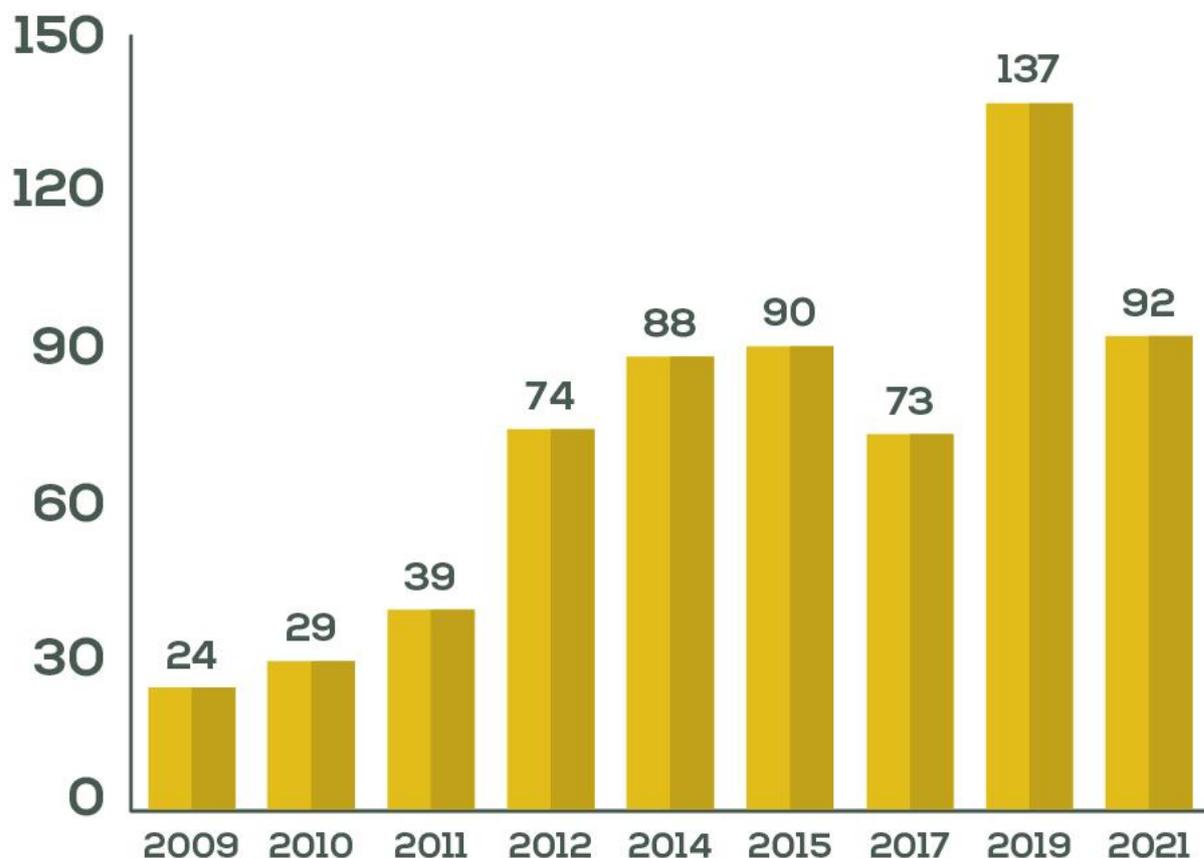
Legenda: Os dados são cumulativos de um ano para o outro.

Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

Desta forma, por mais que o quantitativo absoluto de organizações cadastradas na Rede A3P venha aumentando e seja bem superior aos números de termos de adesão em vigor, observa-se uma redução abrupta do crescimento nos últimos anos, com destaque ao período do Governo do Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Quanto ao Prêmio A3P, o Gráfico 6 apresenta os dados relativos aos projetos inscritos em cada edição. A primeira ocorreu em 2009, sendo realizada anualmente até 2015 (com exceção de 2013) e, depois disso, a cada 2 anos, tendo a última edição em 2021. Com o aumento de instituições que aderiram à A3P é natural que houvesse um crescimento de projetos inscritos para o Prêmio, o que de fato ocorreu até 2015, com um crescimento mais abrupto da edição de 2011 para 2012.

Gráfico 6 – Prêmio A3P: Projetos Inscritos



Fonte: A3P/DEC/SECEX/MMA (2023).

No entanto, observa-se uma queda de inscritos em 2017 (a primeira edição a cada 2 anos), ainda que fique em patamar similar aos 3 anos anteriores. Este cenário foi revertido pelo grande crescimento de inscritos em 2019 (a segunda edição a cada 2 anos), sendo o auge de todas as edições; entretanto, em 2021 há uma diminuição de inscritos, aproximando-se do observado em 2015. O crescimento até 2015 pode ser justificado tanto pelo aumento de adesão das instituições quanto pelo maior conhecimento destas a respeito do Prêmio A3P, enquanto a redução de 2017 pode ser justificada pela alteração de periodicidade do evento e outras questões relativas à divulgação. Por outro lado, o grande aumento de 2019 pode estar atrelada a correção dos mecanismos de publicização do evento e a concentração de ações em um período de 2 anos, quando comparado a periodicidade anual das edições antigas. A queda de 2021 pode ser justificada, em parte, pela própria redução de termos vigentes, como observado no Gráfico 4.

Para uma melhor visualização da distribuição geográfica (estados e Distrito Federal) das instituições que, atualmente, estão com termo de adesão à A3P vigentes (237), elaborou-se o Gráfico 7 em forma de mapa.

Gráfico 7 – Mapa da A3P: Distribuição das Instituições com Termo de Adesão Vigente (2023)



Fonte: Autoria própria (2024), elaborado a partir de A3P/DEC/SECEX/MMA (2023)

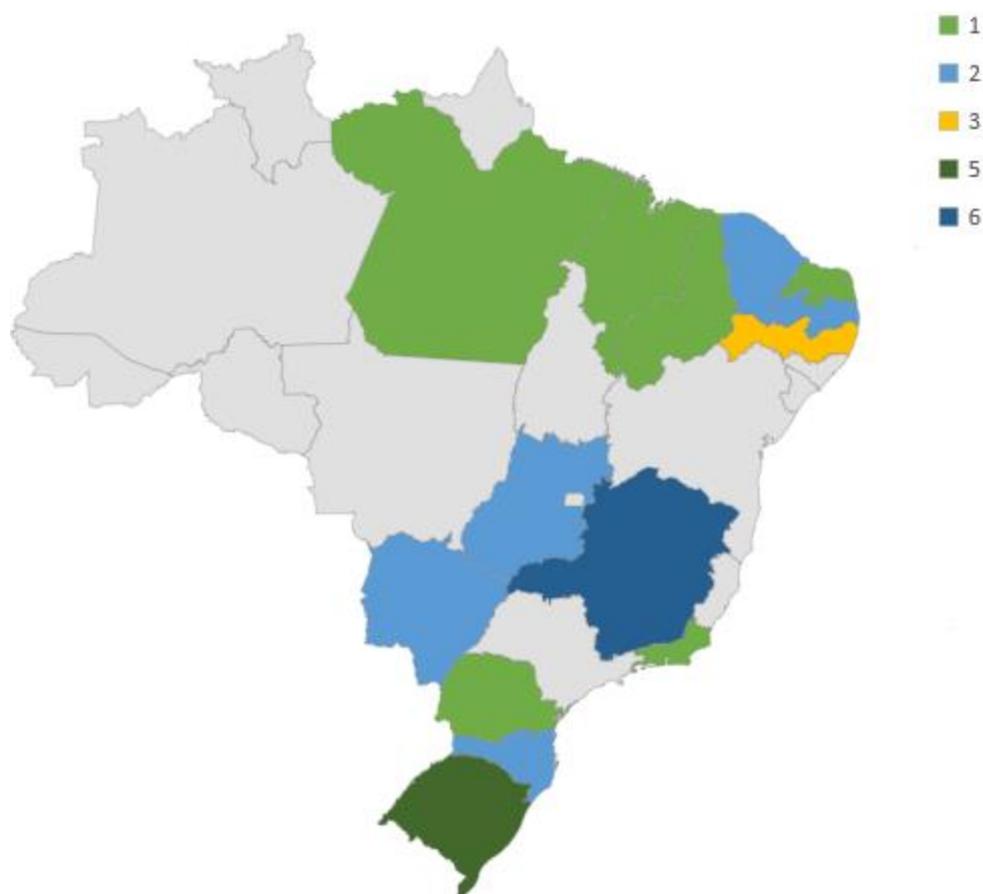
Com base nele, é possível observar maior concentração das instituições em São Paulo (29), Distrito Federal (25), Rio de Janeiro (22) e Ceará (21); esta distribuição totaliza 97 organizações, o que equivale a 41% do total em somente 3 estados e no Distrito Federal. Por outro lado, a menor quantidade de instituições é destacada em Roraima (0), Espírito Santo (1), Alagoas (1), Rondônia (1), Piauí (2), Acre (2), Tocantins (2), Amazonas (3), Amapá (4), Paraná (4), Paraíba (5), Maranhão (5) e Mato Grosso do Sul (5); esta distribuição totaliza 35 instituições, isto é, 50% (13) dos estados concentram menos de 15% das instituições. Entre as extremidades (maior que 6, mas menor que 21), os estados são Bahia (8), Rio Grande do Norte (8),

Goiás (9), Mato Grosso (9), Pará (9), Santa Catarina (10), Sergipe (11), Rio Grande do Sul (13), Pernambuco (13), Minas Gerais (15), totalizando 105 (44%) de organizações em 10 estados. Pesquisas complementares são necessárias para compreender a distribuição relatada, se há influência da forma de diálogo do Ministério do Meio Ambiente com os estados, municípios e os entes pertencentes a estes, alguma correlação de forças regionais com valores culturais ou outras influências.

5.1.2 AGENDA AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O Gráfico 8, em formato de mapa, apresenta a distribuição geográfica das instituições que tem sua atividade-fim relacionada a área da educação, portanto, foram dispensadas as organizações que são, primariamente, instituições de pesquisas, mas que ofertam atividades de ensino.

Gráfico 8 – Mapa da A3P: Distribuição das Instituições da área de Educação com Termo de Adesão Vigente (2023)



Fonte: Autoria própria (2024), elaborado a partir de A3P/DEC/SECEX/MMA (2023).

Ao analisar o gráfico, observa-se que das 30 instituições de educação com termo de adesão vigente, a maior concentração está em São Paulo (6), seguido do Rio Grande do Sul (5), totalizando 11 organizações (37%) em somente 2 estados

(8%). Por outro lado, Maranhão (1), Pará (1), Piauí (1), Paraná (1), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Norte (1), Ceará (2), Goiás (2), Mato Grosso do Sul (2), Paraíba (2) e Santa Catarina (2) somam 16 organizações de ensino (53,3%) distribuídas em 11 diferentes estados (42%); somente Pernambuco tem 3 instituições cadastradas. Por fim, cabe mencionar que 12 estados e o Distrito Federal não possuem instituições de ensino com termo em vigência.

Os números acima estão bem inferiores à importância das Instituições de Ensino no debate ambiental, principalmente ao considerar o papel matriz destas instituições na promoção de mudanças sociais e culturais. O papel das Universidades neste processo foi documentado pelos estudos de Yuan e Zuo (2012), enfatizando a centralidade das IE como agente conscientizador e catalisador das mudanças comportamentais para além do próprio espaço institucional. Kraemer (2000) identificou que a composição de alta qualidade do corpo técnico-docente dessas instituições culmina em constantes discussões internas a despeito dos princípios organizacionais e, dentre eles, do alinhamento com o conceito de sustentabilidade. Desta forma, a referência temática dessas instituições e o papel de promover o tripé ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2018) as coloca em uma posição privilegiada na discussão ambiental, seja no âmbito público ou privado.

Somente de Universidade Federais, o Brasil possui 56, sendo quase o dobro da quantidade de instituições de ensino com termo de adesão à A3P vigente, sendo que estes são tanto federais quanto estaduais. Essa comparação é ainda pior quando se considera os 41 Institutos Federais que somam mais de 600 unidades espalhadas pelo Brasil. Ao analisar somente o setor de educação do Rio de Janeiro, somente o CEFET tem adesão à A3P, ainda que existam 4 Institutos Federais e 3 Universidades Federais, sem contabilizar as estaduais. Parte da explicação para os números tão reduzidos é a falta de conscientização e sensibilização dos próprios gestores que não vislumbram a importância da temática ambiental e o impacto desta em gastos públicos mais eficientes, na qualidade de vida dos servidores, discentes e funcionários, e nas consequências ambientais sobre a comunidade local.

A temática socioambiental, ao ser integrada ao contexto das Instituições de Ensino (IE), torna-se um importante foco de investigação acadêmica. Tal problemática tem despertado atenção tanto no panorama nacional quanto internacional, com robusta evidência empírica providenciada por pesquisadores como Herremans e

Allwright (2000), Carpenter e Meehan (2002), Arvidsson (2004), Sammalisto e Arvidsson (2005), Boff, Oro e Beuren (2008), Paula e Mendonça (2010), Lima Jr., Oiko e Cavicchioli (2010), Lozano (2011) e Ferreira e Junior (2015).

Em um estudo pioneiro, Herremans e Allwright (2000) analisaram as estratégias empregadas por universidades norte-americanas na consolidação de sistemas de gestão ambiental. Este levantamento revelou que várias destas instituições têm incorporado tais sistemas com o propósito de otimizar suas atividades, permitindo a identificação e a mitigação de impactos ambientais negativos. A significância deste trabalho reside, em grande parte, na elaboração de um quadro conceitual, que não só detalha características salientes dos sistemas de gestão ambiental efetivamente instituídos, mas também fornece diretrizes para instituições que almejam desenvolver e aperfeiçoar seus próprios sistemas.

Da mesma forma, o trabalho de Carpenter e Meehan (2002) mergulha na avaliação da prevalência da gestão ambiental em universidades localizadas na Austrália e Nova Zelândia. Eles se concentram especialmente na Universidade Nacional da Austrália, destacando sua trajetória no que tange à integração da gestão ambiental. Contrariamente às expectativas, os resultados sugerem que, para a maioria das IES analisadas, a gestão ambiental não é ainda totalmente reconhecida como uma prática habitual. A fim de propiciar um norte para universidades em transição, os autores introduzem um modelo evolutivo de transformação organizacional voltado à sustentabilidade.

No universo acadêmico contemporâneo, a incorporação do desenvolvimento sustentável nas atividades universitárias tornou-se um tema de inquietação e pesquisa crescente. Arvidsson (2004) conduziu uma investigação meticulosa sobre a assimilação de práticas sustentáveis por universidades suecas. Dada a obrigatoriedade, imposta a tais instituições, de elaborar relatórios ambientais anuais delineando suas políticas, estruturas e intervenções, o autor identificou que todas as 25 universidades participantes haviam conduzido, ao menos, uma revisão ambiental. Entretanto, a maioria permaneceu somente nesse estágio preliminar, salvo a Universidade de Mälardalen, que avançou ao obter a certificação ISO 14001. Uma das conclusões relevantes do estudo é que as IE de menor porte têm a capacidade de adotar com maior agilidade sistemas de gestão ambiental, dada a sua possibilidade de coesão em prol de um objetivo unificado.

Em uma subsequente pesquisa, Sammalisto e Arvidsson (2005) centraram-se

na execução de sistemas de gestão ambiental em universidades suecas, com a intenção de impulsionar o desenvolvimento sustentável no ensino superior. Para alcançar tal propósito, os pesquisadores analisaram as diretivas governamentais e os já mencionados relatórios ambientais, no período de 1997 a 2002. Surpreendentemente, a análise revelou uma predominante concentração das universidades em impactos ambientais diretos, como o consumo de papel e a gestão de resíduos. Tal enfoque ocorreu apesar das atividades fundamentais das universidades - educação, pesquisa e colaboração com a comunidade - terem um impacto ambiental indireto, porém substancial.

Por sua vez, Boff, Oro e Beuren (2008) se debruçaram sobre o conceito de gestão ambiental em uma Instituição de Ensino Superior comunitária, analisando-o sob a ótica de sua liderança. Através de uma pesquisa exploratória, um estudo de caso foi conduzido em uma IE de natureza filantrópica e comunitária. Os achados desta pesquisa insinuam que a integração de práticas de gestão ambiental na IE está profundamente ancorada nas convicções e valores dos dirigentes, uma vez que são os precursores das decisões estratégicas. A postura adotada em relação ao meio ambiente tem um papel decisivo no gerenciamento dos impactos ambientais resultantes das atividades acadêmicas. Concluindo, os autores reforçam a prerrogativa de que as IE, enquanto epicentros de educação e disseminação de conhecimento, possuem uma responsabilidade amplificada no tocante à salvaguarda e conservação do ambiente em que operam.

Lima Jr., Oiko e Cavicchioli (2010) conduziram uma análise empírica, utilizando a metodologia de estudo de caso, para avaliar as políticas de gestão de resíduos e logística reversa em uma determinada universidade. Seus achados revelaram lacunas significativas, como a inexistência de uma estrutura logística reversa bem estabelecida e a carência de práticas eficientes de gestão de resíduos. Os autores sublinharam a urgente necessidade de implementação de um programa integral de coleta seletiva, enfatizando a conscientização de membros da comunidade acadêmica acerca da destinação adequada dos resíduos. A pesquisa também lançou luz sobre insuficiências nas diretrizes voltadas para a redução e reutilização de materiais e identificou falhas notórias nos programas de reciclagem da instituição. Fundamentalmente, a investigação ratificou a missão primordial das universidades em formar indivíduos com aguda consciência e responsabilidade socioambiental, ressaltando o papel crítico destes futuros profissionais nas tomadas de decisão que

repercutirão na sociedade.

Com uma abordagem qualitativa, Paula e Mendonça (2010) examinaram meticulosamente a função social das IE, observando tanto as ações empreendidas quanto a percepção interna dos membros organizacionais sobre a responsabilidade social destas instituições. Adotando um design de estudo de múltiplos casos, três IE foram escolhidas para análise, duas localizadas em Recife/PE e uma em Caruaru/PE. Os resultados sugerem uma estreita relação entre as ações sociais desempenhadas pelas IES e seus respectivos modelos de gestão e cultura institucional. Ademais, ficou evidente a consciência, por parte dos membros organizacionais, do papel social vital que essas instituições desempenham.

Lozano (2011), focou em avaliar o panorama da divulgação de práticas de sustentabilidade nas universidades. Para tanto, realizou uma análise profunda de 12 relatórios de sustentabilidade, utilizando a ferramenta de Avaliação Gráfica da Sustentabilidade em Universidades. Seus achados demonstraram que, embora a divulgação de práticas sustentáveis por universidades esteja em ascensão, ainda se encontra em estágios incipientes, especialmente quando comparada à divulgação feita por corporações. A conclusão de Lozano postula um chamado urgente para os gestores universitários: a imperativa necessidade de ampliar a divulgação, com especial atenção às dimensões sociais e educacionais das sustentabilidades.

Ferreira e Junior (2015) realizaram uma caracterização dos resíduos derivados de lâmpadas, pilhas, baterias e dispositivos computacionais gerados em um centro universitário, procurando simultaneamente examinar a eficácia das estratégias de gerenciamento adotadas. Adotando uma abordagem empírica, procederam com visitas *in loco* e aplicação de questionários minuciosamente desenvolvidos a um estrato específico de funcionários da instituição. A robustez do processo de coleta de dados proporcionou *insights* perspicazes sobre a natureza dos resíduos e das práticas de gestão vigentes. Embasados na análise destes dados, propuseram intervenções pertinentes para potencializar e assegurar a adequada destinação dos resíduos em questão.

A pesquisa de Zeitoune *et al.* (2019) ofereceu uma abordagem enfática acerca da necessidade de permeação de práticas sustentáveis nas IE. Adotando uma perspectiva holística, os autores discorreram sobre a vitalidade da gestão socioambiental responsável, postulando a incorporação da temática sustentável por meio de disciplinas e projetos instrucionais. Arguiram que ao catalisar práticas e

iniciativas sustentáveis, as IES têm o potencial de fomentar uma renovada cultura acadêmica, alicerçada na transformação comportamental perante a utilização dos recursos naturais. A abordagem delineada visa fomentar uma consciência ambiental robusta, capacitar estudantes a se posicionarem como precursores de mudanças significativas na matriz societal.

Bedin e Faria (2021), em sua análise contemporânea, ofereceram um posicionamento crítico sobre estudos que tendem a desvincular a atividade-fim (educação) das IE de questões intrínsecas à sustentabilidade. Neste diapasão, o estudo objetivou trazer à tona a necessidade de plena integração das dimensões sustentáveis à espinha dorsal das IEs brasileiras. Adotando métodos como revisão literária e análise documental, os autores puseram sob lente critérios de sustentabilidade adotados nas instituições. Seus achados apontaram para uma tímida sinergia entre sustentabilidade e o propósito central das IES, tanto no espectro público quanto privado. Este panorama ressalta a urgência de uma profunda reconceitualização das práticas acadêmicas, visando a incorporação plena dos princípios sustentáveis na sinergia operacional das IE.

Alicerçados na multiplicidade de pesquisas que contemplam a relação entre as Instituições de Ensino (IE) e o despertar da consciência ambiental, emerge com clareza a prerrogativa de tais instituições em operar como epicentros de formação intelectual crítica e como catalisadores de sustentabilidade. Subjaz neste contexto a imperatividade de promover um ecossistema acadêmico favorável à instauração de práticas sustentáveis, capacitando estudantes como agentes participativos na engenharia de uma realidade sustentável e no engajamento com processos sociais de relevância.

No cenário descrito, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) se configura como uma metodologia viável para a implementação e eficácia da gestão socioambiental, especialmente em instituições públicas de ensino. A adesão à A3P potencializa a responsabilidade socioambiental e serve como paradigma para a comunidade acadêmica e para a sociedade em um escopo mais amplo. O corpus acadêmico sobre essa temática é vasto e diversificado, incluindo contribuições de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011); Kruger *et al.* (2011); Luiz *et al.* (2013); Carvalho e Souza (2013); Viegas e Cabral (2014); Camelo e Monteiro (2015); Nascimento, Virgínio e Lopes (2015); e Batista *et al.* (2019), entre outros.

O estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) adotou uma abordagem

exploratório-descritiva, focada em dados qualitativos, para investigar a adesão à A3P por uma Instituição Federal de Ensino Superior. Os resultados indicaram fragilidades na aderência às diretrizes da A3P, especialmente nos aspectos de sensibilização e capacitação de servidores e gestores, gestão de resíduos e nas complexidades relacionadas a licitações sustentáveis. Adicionalmente, o estudo salientou a ausência de políticas ambientais coesas na IFES, com as ações socioambientais sendo executadas de forma fragmentada e isolada entre diversas unidades da instituição. Este diagnóstico sinaliza a exigência de intensificar os esforços na consolidação das práticas de gestão socioambiental nas IE, com vistas a uma maior conformidade com a A3P e a inculcação de uma cultura institucional fortemente imbuída de princípios sustentáveis.

No estudo conduzido por Kruger *et al.* (2011), buscou-se analisar o grau de conformidade de uma instituição de ensino superior de caráter comunitário em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A metodologia empregada consistiu em um estudo de caso de natureza exploratória com enfoque qualitativo, utilizando-se de uma *check-list* para colher dados. Os achados desta pesquisa elucidaram que a referida instituição atendeu aos cinco preceitos estabelecidos pela A3P à época. Todavia, quando dissecados os eixos temáticos, emergiu a demanda por refinamento nas ações voltadas para o bem-estar dos colaboradores da entidade. Adicionalmente, um ponto crítico identificado na gestão ambiental institucional refere-se à ausência de práticas de compras sustentáveis.

De forma complementar, Luiz *et al.* (2013) delinearam uma investigação sobre a implementação da A3P e da legislação ambiental vigente nas práticas socioambientais de um Instituto Federal de Educação. A estrutura metodológica selecionada para este estudo teve caráter exploratório, empregando o estudo de caso como método técnico. A coleta de dados foi estruturada por meio da aplicação de um *check-list*, composto por 52 questões segmentadas em cinco eixos temáticos contemporâneos, com opções de respostas dicotômicas "Adere" ou "Não Adere". Os resultados sugerem que o instituto em questão enfrenta deficiências no desenvolvimento de ações que primem pela conscientização e monitoramento do consumo judicioso dos recursos naturais, bem como na gestão dos resíduos produzidos. Constatou-se uma proeminência em atividades voltadas à formação dos profissionais administrativos e à condução de licitações de caráter sustentável. Estas descobertas apontam para a imperatividade de robustecer e expandir práticas

socioambientais, assegurando uma congruência mais acentuada com as prescrições legais ambientais e as diretrizes da A3P, almejando uma gestão institucional intrinsecamente mais sustentável.

Em um viés correlato, Carvalho e Souza (2013) voltaram seus esforços investigativos para discernir a conformidade das licitações sustentáveis no âmbito do Restaurante Universitário de uma IFES em relação à A3P. Empregando um questionário dirigido aos responsáveis pelo restaurante e realizando uma análise minuciosa dos editais de licitação pertinentes à aquisição de insumos alimentícios no interstício de 2011 a 2013, verificou-se que o departamento responsável ostenta uma notável lacuna de conhecimento acerca da A3P. Esta deficiência se reflete na ausência de critérios ambientais na especificação dos produtos adquiridos. Outro achado relevante refere-se à não utilização de instrumentos que visem à promoção da responsabilidade socioambiental nas operações cotidianas da entidade. Esta constatação denota a urgência em empreender esforços no sentido de conscientizar e sensibilizar gestores e colaboradores acerca da preponderância das licitações sustentáveis e da implementação de práticas comprometidas com a responsabilidade socioambiental.

Camelo e Monteiro (2015) preocuparam-se em mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores de uma IFES em relação à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Para isso, utilizou-se questionário estruturado que abordou as dimensões relacionadas ao tema da A3P. A análise dos resultados revelou que a dimensão com melhor desempenho foi a qualidade de vida no ambiente de trabalho, enquanto a dimensão de uso racional de recursos naturais foi avaliada como a de pior desempenho, embora tenham sido identificadas ações isoladas para melhorar essa dimensão. Diante disso, o estudo sugeriu a implementação sistemática da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a fim de promover efetivamente a preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Viegas e Cabral (2014) inquiriram a conformidade das práticas de uma Instituição Federal de Ensino Superior em relação às diretrizes propostas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Utilizando uma abordagem qualitativa, e respaldados por métodos como pesquisa documental e questionários aplicados a gestores da organização, os autores asseveram que a aderência da IE às diretrizes da A3P é apenas parcial. Notavelmente, lacunas foram identificadas nas áreas de gestão de resíduos, otimização da utilização de recursos naturais e promoção de

compras sustentáveis. Contudo, o estudo sublinha a preponderância da A3P como vetor condicionante para a transição rumo a uma gestão organizacional intrinsecamente sustentável. Para alcançar uma eficácia ambiental operacional, é imperativo um esquema de ações sistêmicas que englobe desde a destinação adequada de resíduos à promoção de uma cultura de utilização consciente dos recursos naturais e de compras sustentáveis.

Nascimento, Virgínio e Lopes (2015) orientaram sua investigação para a conscientização do quadro funcional da Reitoria de uma Instituição Federal de Ensino Superior sobre a necessidade de minimizar o consumo de copos descartáveis, antecipando a adesão institucional à A3P. Os resultados desse estudo servem como ponto de referência heurística para outras instituições acadêmicas que aspiram integrar a sustentabilidade em seus *modus operandi*, incitando seus colaboradores a práticas ambientalmente responsáveis.

Em um contexto similar, Batista *et al.* (2019) oferecem uma análise longitudinal visando aferir a evolução da adesão de órgãos públicos, com foco particular nas universidades federais, às premissas da A3P. Os autores enfatizam a necessidade imperante de ampliar a conscientização e o engajamento destas instituições na adesão a práticas sustentáveis e na incorporação dos princípios da A3P em suas estratégias organizacionais.

A análise consolidada dos estudos aqui referenciados enfatiza a necessidade de refinamento e intensificação das práticas e políticas socioambientais nas IE. Uma maior conformidade com as diretrizes da A3P será uma contribuição substancial para o avanço de uma gestão ambiental efetiva e, conseqüentemente, de instituições mais responsáveis e engajadas na preservação ambiental. Os diversos autores consultados convergem para a urgência de uma abordagem de desenvolvimento que seja social e economicamente equilibrada, contemplando tanto as demandas do presente quanto as necessidades futuras. Nota-se também que os estudos precedentes foram conduzidos anteriormente às recentes modificações nos objetivos e eixos temáticos da A3P, o que pode conferir ao presente trabalho um caráter de ineditismo e atualidade em relação à problemática examinada.

5.2 IFRJ – *Campus Niterói*

Os Institutos Federais constituem um compêndio singular de instituições no Brasil, dedicadas à promoção da educação em suas várias facetas, abrangendo desde a educação básica até o nível superior, passando pela formação profissional e tecnológica. Essas instituições são caracterizadas por sua abordagem pluricurricular e multicampi, o que denota uma especialização na oferta educacional profissional e tecnológica em múltiplas modalidades de ensino. Esta especialização é enriquecida pela integração de conhecimentos técnicos e tecnológicos às práticas pedagógicas vigentes, conforme delineado na legislação pertinente (BRASIL, 2008).

No contexto do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) distingue não apenas pela sua oferta educativa, mas também pelo seu compromisso com uma educação que é simultaneamente humanizada, crítica e cívica. Esta instituição proporciona acesso gratuito à educação em 14 municípios, abarcando uma vasta gama de cursos que incluem programas de nível médio — técnicos em modalidades integradas, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio — e programas de nível superior, englobando graduações e pós-graduações, além de cursos de extensão (IFRJ, 2023).

A estrutura do IFRJ é distribuída em diversas localidades, incluindo Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Pinheiral, Realengo, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda, com sua Reitoria sediada na capital do estado. Este arranjo geográfico não apenas facilita o acesso à educação de qualidade em diferentes regiões, mas também reforça o papel do IFRJ como um vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a educação como um pilar fundamental para o avanço da sociedade (IFRJ, 2023).

A amplitude e o impacto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro são notadamente expressivos, evidenciados por um corpo discente composto por 16.422 estudantes, distribuídos em 151 opções de cursos. A instituição emprega aproximadamente 1.112 professores e 990 técnicos-administrativos, formando um robusto contingente profissional dedicado à educação e ao desenvolvimento humano (IFRJ, 2023).

Conforme avaliações mais recentes divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2018, o IFRJ foi agraciado com o conceito 4 no Índice Geral

de Cursos (IGC), uma métrica que se estende até o máximo de 5. Este indicador, referente ao ano avaliativo de 2017, destaca o IFRJ como uma instituição de elevado padrão educacional, refletindo a qualidade e a eficácia de seu projeto pedagógico e infraestrutura acadêmica.

A missão do IFRJ, "Promover educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social", encapsula o propósito fundamental da instituição: formar indivíduos não apenas capacitados profissionalmente, mas também equipados com consciência crítica para atuarem como agentes de mudança social. Essa missão está alinhada com o compromisso de responder às demandas contemporâneas por uma educação que transcenda o mero tecnicismo, engajando-se profundamente com questões de cidadania e responsabilidade social (IFRJ, 2023).

Ademais, a visão do IFRJ de "Ser uma Instituição reconhecida pela sociedade como referência em educação profissional, científica e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino" estabelece uma aspiração clara de excelência e liderança no campo educacional. Essa visão orienta a instituição em seu esforço contínuo para expandir sua influência e eficácia em um espectro educacional amplo (IFRJ, 2023).

Os valores institucionais — ética, inclusão, comprometimento, transparência, integração — servem como a espinha dorsal da cultura organizacional do IFRJ. Eles não apenas moldam as políticas internas e as interações entre alunos e funcionários, mas também refletem o compromisso do IFRJ com princípios que sustentam uma gestão pública íntegra e um ambiente educacional acolhedor e acessível a todos. Esses valores são cruciais para a construção de uma comunidade acadêmica que valoriza a diversidade e fomenta um compromisso compartilhado com a excelência e a justiça social (IFRJ, 2023).

O *Campus* Niterói do IFRJ exemplifica um marco significativo dentro da Fase III do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, delineada em 2011. As operações neste campus foram inauguradas em 27 de julho de 2016, com eventos iniciais ocorrendo no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Niterói. Este evento inaugural não só marcou o começo das atividades educativas, mas também a formalização do Protocolo de Intenção de Cessão de Espaço, que viabilizou o uso transitório de uma edificação no Caminho Niemeyer para as primeiras atividades do campus (IFRJ, 2023)

No ano de 2017, o Campus Niterói iniciou suas primeiras turmas de Ensino Médio Técnico na modalidade articulada Concomitante/Subsequente, marcando um avanço significativo em sua oferta educacional. O desenvolvimento continuou e, em 2019, o campus começou a oferecer cursos técnicos de Nível Médio na forma integrada, além de pós-graduações lato sensu. Neste mesmo ano, o campus consolidou sua localização em definitivo no bairro do Sapê, em um terreno de aproximadamente 25.000 m², cedido pelo executivo municipal, evidenciando o suporte local à educação e à inovação (IFRJ, 2023).

Em 2023, o Campus Niterói lançou um curso pioneiro de Formação Inicial em Assistente Administrativo, integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), refletindo uma resposta estratégica às demandas educacionais identificadas por meio de pesquisas aprofundadas. Esta decisão baseia-se na análise dos eixos tecnológicos prioritários e na histórica demanda por essa modalidade educativa, destacando o compromisso do campus com a acessibilidade e a inclusão educacional (IFRJ, 2023).

A visão estratégica do Campus Niterói está alinhada com os objetivos maiores do IFRJ, buscando a consolidação como uma instituição referencial em educação profissional, científica e tecnológica. Este campus se destaca pela integração eficaz entre ensino, pesquisa e extensão, com uma forte ênfase na cultura inovadora que atende às necessidades emergentes da sociedade. Atualmente, os cursos ofertados podem ser divididos em 3 eixos: Técnico Integrado ao Ensino-Médio (Informática e Administração), Técnico Concomitante/Subsequente (Administração) e Pós-Graduação em Nível de Especialização (Educação e Novas Tecnologias; Gestão de Projetos Ambientais; Gestão e Serviços; e, Interdisciplinar em Ensino de Línguas) (IFRJ, 2023).

No âmbito da inclusão, o Campus Niterói dispõe de várias iniciativas como o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS). Essas entidades trabalham conjuntamente para promover um ambiente educacional que respeita e valoriza a diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capacitados para transcender barreiras sociais e culturais, em harmonia com os valores e a missão do IFRJ (IFRJ, 2023).

Niterói, localizado na porção leste da Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro, representa um caso emblemático de interação entre urbanização e

biodiversidade. A cidade ostenta uma notável diversidade de ecossistemas, incluindo florestas, manguezais, campos inundáveis e restingas. Estes ecossistemas enfrentam desafios significativos decorrentes do avanço urbano, intensificados após a construção da ponte Rio-Niterói, um marco que, embora tenha facilitado a integração regional e o desenvolvimento econômico, também acarretou pressões adicionais sobre os ambientes naturais locais (IFRJ, 2017)

A complexidade socioeconômica de Niterói é igualmente diversa, abrangendo desde comunidades tradicionais até modernos espaços culturais e centros de pesquisa, sem esquecer de um significativo parque industrial, particularmente no setor petrolífero. Essa diversidade se reflete nas dinâmicas populacionais e nas necessidades de infraestrutura e serviços. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citados pelo IFRJ em 2017, Niterói figura como um núcleo vital na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, sendo o segundo município em importância no estado. A mobilidade populacional diária é significativa, com 123.030 pessoas deslocando-se para Niterói para trabalhar ou estudar, a maioria proveniente de São Gonçalo. Esta alta taxa de deslocamento sublinha a importância de Niterói como centro de emprego e educação, com implicações diretas para a demanda por serviços de educação complementar e profissionalizante (IFRJ, 2017).

O transporte em Niterói é dominado pelo uso de ônibus e automóveis, além das barcas que ligam a cidade ao Rio de Janeiro, refletindo a dependência da população local em meios de transporte rodoviário e fluvial para suas atividades diárias. A dinâmica de urbanização em Niterói também revela uma desconcentração significativa, com o crescimento populacional mais acentuado nas regiões da Região Oceânica, Pendotiba (onde o campus do IFRJ está localizado) e Região Leste. A cidade apresenta um dos maiores índices de densidade populacional do país, com um aumento notável também em áreas de maior vulnerabilidade social, como favelas e comunidades subnormais, onde a desigualdade social é mais evidente. Esta configuração urbana e demográfica destaca a necessidade contínua de políticas públicas focadas em desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e acesso equitativo a serviços educacionais e de infraestrutura (IFRJ, 2017).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Implementação da A3P no IFRJ – *Campus Niterói*

6.1.1 HISTÓRICO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO *CAMPUS*

O relatório intitulado ‘Diagnóstico Participativo sobre a Sustentabilidade do *Campus Niterói*’ (IFRJ, 2020) constitui um marco documental institucional que engloba uma análise meticulosa das iniciativas e práticas socioambientais implementadas no *Campus Niterói*. Publicado no ano de 2020, este relatório emergiu como uma resposta direta à solicitação formulada pela Direção-Geral do campus, endereçada ao Grupo de Trabalho de Meio Ambiente. Esta demanda focalizava especificamente a parcela de área verde do campus, a qual compreende aproximadamente 10.000 m² de um território total de 24.985,30 m², representando assim cerca de 40% da extensão total do espaço.

A instauração do *Campus Niterói*, um projeto de vasta magnitude situado no bairro Sapê, acarretou uma série de consequências e considerações ambientais significativas. Um dos dilemas ambientais mais prementes enfrentados durante a fase de construção foi a existência de um curso fluvial no terreno, o que suscitou debates intensos entre a construtora responsável e várias entidades governamentais. Apesar das incertezas iniciais quanto à presença real do rio, foi posteriormente confirmado que o curso d'água existente havia sido canalizado e convertido em um valão, levando à recomendação de erigir uma bacia de retenção para mitigar essa problemática. Adicionalmente, a prática de abate de árvores executada pela empreiteira revelou-se excessiva e incompatível com as normativas vigentes, resultando na derrubada de 92 árvores, ultrapassando a autorização inicial para 84 árvores. Tal ação culminou na imposição de uma compensação ambiental, concretizada através do plantio de 368 árvores, uma quantia baseada no critério legal de reposição quádrupla para cada árvore cortada (IFRJ, 2020).

O relatório ressalta a prevalência de disparidades sociais e injustiças ambientais na localidade do campus, evidenciando a necessidade premente de adotar medidas institucionais eficazes que promovam a educação ambiental e assegurem a sustentabilidade da área verde. Esta área, caracterizada por ser um remanescente da biodiversa Mata Atlântica e situada em uma Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA), demanda uma atenção diferenciada. Através da análise de documentos

oficiais e do envolvimento de diversas organizações, o relatório delinea um conjunto de ações potenciais a serem implementadas, não apenas na mencionada área verde, mas em toda a extensão do terreno e suas construções, visando a uma gestão ambiental integrada e sustentável (IFRJ, 2020).

A primeira temática abordada, 'Uso e ocupação dos espaços: convivência, acessibilidade e interlocução com a vizinhança', realiza um diagnóstico crítico das infraestruturas e práticas vigentes no campus. Este diagnóstico revela deficiências significativas, tais como a inexistência de patamares apropriados nas rampas, comprometendo seriamente a acessibilidade e a mobilidade de pessoas com deficiência. A lacuna na implementação de medidas eficazes para a acessibilidade de deficientes visuais é igualmente alarmante. A análise também destaca a ausência de um semáforo na entrada da instituição, uma omissão que compromete a segurança e a fluidez do tráfego, colocando em risco a segurança dos membros da comunidade acadêmica. Além disso, a falta de espaços destinados à convivência limita significativamente as oportunidades de interação social entre os membros do campus, afetando negativamente a qualidade de vida e a integração da comunidade acadêmica (IFRJ, 2020)..

Adicionalmente, o relatório aponta para uma desconexão percebida entre o *Campus* e a comunidade local do bairro Sapê, uma discrepância preocupante, especialmente considerando as múltiplas demandas e necessidades prioritárias da região. A ausência de clareza quanto ao propósito e relevância do campus Niterói para a comunidade local gera incertezas e descontentamento. Os impactos negativos resultantes da construção, como o aterramento de nascentes e o aumento da demanda por transporte público, exacerbaram as insatisfações e preocupações dos residentes locais. Questões como a indefinição da área de responsabilidade do IFRJ e a potencialidade de conflitos fundiários com a vizinhança requerem uma abordagem cuidadosa e soluções efetivas. A realocação do acesso da comunidade a outras áreas do bairro e a restrição de acesso à área verde dentro do campus são aspectos que impactam diretamente a dinâmica local e devem ser considerados na gestão e no planejamento estratégico do campus (IFRJ, 2020)..

Com base neste diagnóstico preliminar, o documento sugere uma série de ações propositivas (IFRJ, 2020). Entre estas, a ocupação da área posterior do campus com uma trilha acessível, visando criar um espaço para atividades ao ar livre e contato com a natureza; a instalação de bancos cobertos entre os blocos 1 e 2, fomentando a

convivência e proporcionando áreas de descanso e interação; a utilização dos espaços como quadras e auditórios pela comunidade local para fortalecer os laços com o campus; e a reestruturação dos cursos da instituição, alinhando-os com as demandas do arranjo produtivo local e oferecendo cursos preparatórios para ingresso no IFRJ, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. O relatório também advoga pelo controle democrático sobre o uso da área verde, como meio de permitir a participação efetiva da comunidade institucional e local, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar geral da região.

O relatório (IFRJ, 2020) aborda ainda a temática 'Alimentação e saúde: canteiros internos, área verde, cultura e lazer', identificando problemas como a falta de acesso à área verde devido ao muro que a circunda, impedindo a interação direta com este espaço vital; a falta de conhecimento por parte da comunidade local sobre a pertença da área verde ao campus e um entendimento limitado do papel do IFRJ; a existência de arruamento clandestino na área verde, sugerindo uma possível apropriação ilegal do espaço; e a gestão inadequada do lixo na área, incluindo a presença de entulhos e carcaças de automóveis. Outros problemas detectados incluem a ineficiência da irrigação dos canteiros internos, a utilização ineficiente destes espaços, com muitos deles contendo apenas grama, limitando a diversidade de plantas; a poluição sonora proveniente da rua Washington Luiz; o solo pobre e seco da área verde com baixa biodiversidade; e a ausência de sombra adequada no estacionamento. Estas constatações apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e estratégica no planejamento e gestão ambiental do campus, visando não apenas a sustentabilidade, mas também a inclusão social e a saúde comunitária.

O segmento subsequente é dedicado à proposição de um conjunto de iniciativas estratégicas, visando a melhoria da interação entre o campus e seu entorno ecológico e comunitário. Entre as propostas, destaca-se a construção de um acesso direto entre os blocos educacionais do campus e a contígua área verde. Tal medida visa facilitar o trânsito e a interação com este espaço natural. Além disso, propõe-se o estabelecimento de um diálogo abrangente e representativo com todas as Associações de Moradores da região, objetivando a inclusão de múltiplas perspectivas e o fortalecimento comunitário (IFRJ, 2020).

Ademais, sugere-se o desenvolvimento de projetos que visam apresentar o instituto à comunidade, compartilhando conhecimentos e reforçando os vínculos institucionais e sociais (IFRJ, 2020). Tais projetos podem abarcar desde ações

educativas até colaborações em pesquisa e desenvolvimento. A construção de um Plano de Manejo da Área Verde, alinhado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus*, é outra proposta chave, visando integrar práticas sustentáveis e pedagógicas. A implementação de projetos sustentáveis relacionados ao reuso da água, compostagem, biodigestão e captação de vento são sugeridos como métodos para melhorar a sustentabilidade do campus. A regulamentação da área verde, com considerações sobre sua classificação como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), é também proposta para garantir seu uso e proteção eficientes.

O relatório (IFRJ, 2020) também sugere a promoção de intercâmbios de conhecimentos entre a comunidade acadêmica e os moradores locais, especialmente aqueles com experiência em agricultura familiar e no uso de plantas medicinais. Isso visa não apenas enriquecer o conteúdo educacional, mas também fortalecer os laços comunitários. Iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são indicados como meios para incentivar uma alimentação saudável e promover o desenvolvimento local. A gestão adequada do lixo, a identificação em braille ao redor do campus, a promoção de feiras de economia solidária e agroecologia, a construção de um bicicletário e o plantio de árvores para sombreamento são outras ações sugeridas para melhorar a infraestrutura e a sustentabilidade do campus.

O último tópico abordado pelo Relatório (IFRJ, 2020), 'Infraestrutura: iluminação, fontes de energia, água, ventilação, resíduos sólidos, construção sustentável, manutenção e segurança', identifica vulnerabilidades na infraestrutura existente, tais como falhas de segurança nos muros, inadequada delimitação da área verde, e uso ineficiente de sistemas de irrigação e energia. Entre as propostas de melhoria, incluem-se a construção de cercas na área verde, a criação de um laboratório natural ou parque em parceria com a prefeitura local, a instalação de câmeras de segurança, a realização de atividades comunitárias em pautas ambientais, a instalação de painéis solares e a substituição de equipamentos por alternativas mais econômicas e sustentáveis.

Em conclusão, o relatório enfatiza a necessidade de transformar o campus Niterói em um espaço inclusivo, sustentável e harmonioso, onde todos os envolvidos possam se beneficiar e contribuir para o desenvolvimento acadêmico e social. Através da implementação de práticas sustentáveis, o relatório ressalta a importância da acessibilidade, segurança, representatividade, diálogo com a comunidade local,

gestão eficiente dos resíduos e preservação ambiental. A expectativa é que, após três anos da publicação do relatório, medidas concretas tenham sido tomadas para abordar essas questões, reiterando o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade social (IFRJ, 2020).

6.1.2 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL ATUAL

Uma das vertentes primordiais dessa análise incide sobre o Eixo de Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos (Quadro 14). Ao desdobrar os componentes desse eixo, observa-se que, das doze questões propostas para avaliação da aderência institucional às práticas de sustentabilidade, aproximadamente metade não é efetivamente observada. Um ponto de inflexão notável refere-se à questão do uso de energia renovável, pois houve a instalação de placas solares nas edificações do *campus* no objetivo de conquistar a autossuficiência energética; entretanto, a concretização desse potencial encontra-se obstaculizada pela inércia ou pela lentidão dos processos administrativos ANEEL em efetivar a conexão desses equipamentos ao sistema de fornecimento de energia. A situação expõe não apenas as limitações operacionais e administrativas enfrentadas pelas instituições públicas na adoção de tecnologias sustentáveis, mas também aponta para a necessidade de uma revisão e adaptação dos procedimentos regulatórios e de fiscalização, de modo a facilitar e incentivar a transição energética para fontes renováveis.

Quadro 14 – Aderência do *Campus* ao Eixo 1 - Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens públicos

Questões	Aderência
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	Adere
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	Adere
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?	Adere

A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de plásticos?	Adere
A IE desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	Não Adere
Existe diagnóstico sobre a pegada de carbono da IE?	Não Adere
A maioria dos equipamentos da IE, em funcionamento, tem como base o Selo PROCELL A ou B?	Adere
Há programa institucional de redução dos gases do efeitos estufa (GEE)?	Não Adere
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere
A maioria dos equipamentos da IE tem baixo consumo hídrico para funcionamento?	Não Adere
Há programa institucional de controle de poluição da água?	Não Adere
Há programa de uso de energia renovável em funcionamento na IE?	Não Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

Dentro do escopo do segundo eixo, denominado "Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos" (Quadro 15), a análise realizada evidencia que, das nove questões propostas, três não encontram aplicabilidade no contexto do campus. No que tange à indagação específica acerca da "Existência de destinação adequada para resíduos perigosos", observa-se que, no estado atual, o campus não se depara com a geração de resíduos classificados como perigosos. Entretanto, antecipa-se a emergência desta categoria de resíduos no futuro, especialmente em virtude das atividades laboratoriais previstas. A ausência de um plano de manejo adequado para tais

resíduos configura-se como uma deficiência crítica, exigindo atenção imediata para a elaboração de estratégias que garantam a gestão segura e responsável, em consonância com as diretrizes ambientais e de saúde pública.

Adicionalmente, em relação ao tratamento de resíduos inorgânicos, identifica-se uma evolução positiva entre o período da avaliação inicial (novembro de 2023) e o momento presente (fevereiro de 2024). A seleção de uma cooperativa dedicada ao tratamento desses resíduos marca um avanço significativo, refletindo o compromisso da instituição com práticas de gestão ambiental sustentáveis. Tal iniciativa não apenas contribui para a mitigação dos impactos ambientais associados à disposição inadequada de resíduos inorgânicos, mas também fomenta a inclusão social e a geração de renda, por meio do envolvimento de cooperativas locais. As demais questões, as quais não foram objeto de ações específicas até o momento, revelam áreas que necessitam de maior atenção e investimento por parte da administração do *campus*.

Quadro 15 – Aderência do *Campus* ao Eixo 2 - Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

Questões	Aderência
A IE desenvolve e incentiva a política dos 5R's?	Adere
A coleta seletiva na IE atende a resolução CONAMA no 275, de 25 de abril de 2001?	Adere
Há destinação adequada a resíduos perigosos?	Não Adere
A IE realiza Coleta Seletiva Cidadã nos termos do Decreto Presidencial nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023?	Adere
A IE possui Comissão de Coleta Seletiva Cidadã, nos termos do Decreto Presidencial nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023?	Adere
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere

A IE realiza tratamento de resíduos inorgânicos?	Não Adere
A IE realiza tratamento de resíduos orgânicos?	Adere
Há programa de reciclagem da água na IE?	Não Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

No terceiro eixo da agenda ambiental no âmbito da administração pública, intitulado "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional" (Quadro 16), observa-se uma aderência parcial às diretrizes estabelecidas, com cinco das onze questões propostas sendo integralmente cumpridas pelo campus em questão. A análise das questões não aderidas revela nuances importantes na implementação de políticas de sustentabilidade e bem-estar. Por exemplo, a questão da acessibilidade completa em todas as instalações apresenta um cenário de cumprimento parcial, onde, apesar da falta de uma aderência integral às normativas de acessibilidade, observam-se esforços significativos para garantir a inclusão, como a instalação de rampas, elevadores e a disponibilização de intérpretes de libras, evidenciando uma aproximação ao ideal de acessibilidade universal, ainda que não plenamente alcançada.

Quanto à existência de uma comissão interna de prevenção de acidentes, destaca-se a atuação da Comissão Central da Saúde do Trabalhador do IFRJ, que, embora não se enquadre estritamente nos termos de uma comissão de prevenção de acidentes conforme tradicionalmente concebida, realiza funções similares ao conduzir estudos periódicos voltados à saúde e segurança nos *campi*; este arranjo sugere uma abordagem sistêmica à prevenção de riscos laborais, incorporando uma visão mais ampla de saúde no trabalho. Ademais, as questões relativas ao suporte especializado para o enfrentamento de neuroses (incluindo tabagismo, alcoolismo, drogadição, entre outros) e à promoção de uma orientação nutricional adequada são parcialmente atendidas em nível sistêmico. A existência de ações coordenadas pela Comissão Central da Saúde do Trabalhador nessas áreas indica uma compreensão da importância de abordagens integradas à saúde física e mental dos colaboradores, ainda que tais iniciativas possam beneficiar-se de uma estruturação e formalização mais robustas para garantir sua eficácia e alcance.

Quadro 16 – Aderência do *Campus* ao Eixo 3 - Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional

Questões	Aderência
A IE atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?	Não Adere
A IE possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?	Não Adere
A IE possui controle da jornada de trabalho?	Adere
A IE possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	Não Adere
A IE possui programa de saúde ocupacional?	Adere
A IE possui programa de orientação nutricional?	Não Adere
A IE oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores, bolsistas e discentes?	Não Adere
A IE possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores, bolsistas e discentes?	Adere
A IE ambientes do IF, especialmente os de trabalho e aula, são salubres?	Adere
A IE projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere
O IE destinou espaço físico para cuidados da saúde e maternos?	Não Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

No âmbito da investigação sobre a integração das agendas ambientais nas políticas e práticas administrativas públicas, o quarto eixo de análise, denominado

"Sensibilização e Capacitação dos Servidores" (Quadro 17), revela uma adesão substancialmente alta às práticas e diretrizes propostas, com 17 das 18 questões avaliadas recebendo conformidade por parte do *campus* analisado. No entanto, é digno de nota a exceção encontrada na questão que interroga a existência de programas, atividades ou ações destinadas a incentivar a conservação da biota local, a qual não encontrou aderência. Apesar de um estudo preliminar visando o deslocamento de árvores para acomodar a construção de novas infraestruturas, e outras iniciativas eventuais como o plantio de árvores frutíferas, tais iniciativas parecem insuficientes para satisfazer plenamente os critérios estabelecidos para a conservação efetiva da biodiversidade local. Este ponto destaca uma área crítica de melhoria, onde a instituição pode ampliar seu escopo de ação para abarcar mais integralmente a preservação do ecossistema local.

Ademais, merece ser enfatizado que, apesar da alta aderência observada neste eixo, muitas das questões avaliadas possuem um caráter intrinsecamente subjetivo e são de difícil quantificação por meio de observações diretas. Tais questões exigem uma análise mais profunda que transcenda a mera observação, sugerindo a necessidade de engajamento direto com a comunidade acadêmica e administrativa. Portanto, recomenda-se a realização de pesquisas participativas, que possam fornecer uma avaliação mais matizada e detalhada do impacto real das políticas de sensibilização e capacitação ambiental implementadas. Este cenário sugere uma intersecção crítica entre a teoria e prática na gestão ambiental pública, onde a eficácia das políticas e programas implementados depende não apenas da sua existência formal, mas também da sua recepção, interpretação e aplicação pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo. Assim, a adoção de metodologias participativas de pesquisa emerge como uma ferramenta indispensável para a validação e aprimoramento contínuo das estratégias de sensibilização e capacitação ambiental, garantindo que tais esforços sejam verdadeiramente eficazes e inclusivos.

Quadro 17 – Aderência do *Campus* ao Eixo 4 - Sensibilização e Capacitação dos Servidores

Questões	Aderência
A IE desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?	Adere

A IE desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?	Adere
A IE desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?	Adere
A IE desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?	Adere
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	Adere
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	Adere
A IE incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	Adere
A IE incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?	Adere
A IE incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?	Adere
A IE incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?	Adere
A IE incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?	Adere

A IE incentiva e respeita a liberdade de expressão?	Adere
A IE incentiva e respeita a privacidade pessoal?	Adere
A IE incentiva e respeita o tratamento impessoal?	Adere
A IE desenvolve ações de sensibilização com os terceirizados?	Adere
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere
Há incentivo institucional para envolvimento das organizações estudantis com a temática da sustentabilidade?	Adere
A IE possui programa, atividade ou ações que incentivem a conservação da biota local?	Não Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

No contexto da incorporação de critérios de sustentabilidade nas práticas de contratações públicas, a análise do quinto eixo, "Contratações Públicas Sustentáveis" (Quadro 18), revela uma aderência parcial às diretrizes estabelecidas, com apenas metade das questões propostas sendo efetivamente observadas pelo campus em questão. As áreas de não aderência incluem a consideração da eficiência no uso da água por equipamentos adquiridos, a inclusão de critérios relacionados à emissão de gases de efeito estufa (GEE) na aquisição de veículos institucionais, e a avaliação da relação entre o consumo de combustível e a eficácia do percurso planejado para tais veículos. Este resultado, embora represente uma aderência de 50%, é considerado insuficiente para uma instituição cujo mandato educacional inclui um forte componente de gestão ambiental.

A análise detalhada das circunstâncias que conduziram a este nível de aderência revela fatores mitigantes importantes. Notavelmente, a frota de veículos utilizada pelo campus foi adquirida por meio de doações de outras administrações públicas, uma condição que limitou a capacidade da instituição de aplicar critérios de

baixa ou nula emissão de GEE no momento da aquisição. Adicionalmente, a instituição enfrenta desafios orçamentários significativos que levaram à implementação de medidas de racionamento de combustível, embora sem uma análise prévia da eficiência do consumo de combustível em relação aos percursos realizados pelos veículos institucionais. Este cenário destaca a complexidade inerente às práticas de contratações públicas sustentáveis, onde fatores externos, como limitações orçamentárias e modos de aquisição de ativos (como doações), podem influenciar significativamente a capacidade de uma instituição de aderir integralmente às diretrizes de sustentabilidade. A situação evidencia a necessidade de estratégias adaptativas que possam acomodar tais limitações, sem comprometer os objetivos de sustentabilidade de longo prazo.

Quadro 18 – Aderência do Campus ao Eixo 5 - Contratações Públicas Sustentáveis

Questões	Aderência
A IE incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	Adere
A eficiência energética dos equipamentos (INMETRO) é um critério nas compras públicas da IE?	Adere
A eficiência do uso da água pelos equipamentos é um critério nas compras públicas?	Não Adere
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere
A aquisição de automóveis institucionais considerou a baixa ou nenhuma emissão de GEE?	Não Adere
A relação entre o consumo de combustível e o percurso foi considerado na aquisição de automóveis institucionais?	Não Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

No âmbito da implementação de práticas sustentáveis em construções no setor público, a análise do sexto eixo, denominado "Construções Sustentáveis" (Quadro

19), revela uma taxa de aderência de 77,78%, com sete das nove questões propostas sendo efetivamente cumpridas pelo campus avaliado. As áreas identificadas como não aderentes incluem a instalação de pisos táteis em toda a instituição de ensino (IE) e a adequação da infraestrutura de segurança e do sistema de proteção da IE para abordar de maneira abrangente acidentes, crimes, incêndios, desastres naturais, ou incidentes provocados por intervenção humana. Estas lacunas na aderência apontam para desafios específicos na incorporação de aspectos de inclusão e segurança nas práticas de construção sustentável.

A ausência de pisos táteis por toda a instituição destaca uma questão crítica relativa à inclusão e à acessibilidade, elementos fundamentais em ambientes educacionais que visam promover a igualdade de oportunidades para todos. A instalação de pisos táteis é uma prática reconhecida por facilitar a navegação e a mobilidade de pessoas com deficiência visual, reforçando, assim, os princípios de inclusão e acessibilidade que devem permear todas as instâncias de uma instituição comprometida com a educação inclusiva. Por outro lado, a insuficiente atenção à infraestrutura de segurança e ao sistema de proteção contra uma gama variada de riscos sugere uma área de melhoria crucial para garantir a segurança e o bem-estar de todos os membros da comunidade acadêmica. A integração de medidas de prevenção e precaução relacionadas à segurança física e psicológica das pessoas é um aspecto central de uma abordagem holística à sustentabilidade em construções públicas, envolvendo a proteção contra eventos adversos tanto naturais quanto provocados por humanos.

Quadro 19 – Aderência do *Campus* ao Eixo 6 - Construções Sustentáveis

Questões	Aderência
A IE incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	Adere
A IE se preocupou com a construção de espaços abertos para convivência?	Adere
A IE tem mais de 10% vegetação associada às suas instalações?	Adere
Há construção de áreas e/ou estruturas destinadas a absorção de água na IE?	Adere
Há rampas ou elevador para acesso a todos os estabelecimentos da IE?	Adere
Há instalação do piso tátil por toda a IE?	Não Adere
A infraestrutura de segurança e o Sistema de Proteção da IE se preocupa com acidentes, crimes, incêndios, desastres naturais ou incidentes por intervenção humana?	Não Adere
Há projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionado ao eixo?	Adere
Há espaço para estacionamento de veículos com emissão zero, tais como bicicletas, skates etc.?	Adere

Fonte: Autoria própria (2024).

No contexto da incorporação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a análise do progresso do *campus* revelou informações cruciais sobre os desafios e avanços na jornada em direção à sustentabilidade institucional. Através de um meticuloso exame de 65 questões distribuídas em diversos eixos temáticos, identificou-se que 44 questões, ou seja, 67,29% do total, foram classificadas como aderentes à agenda proposta. Este índice de aderência é considerado um indicativo positivo, especialmente ao se levar em conta que o *campus* é recente e ainda não obteve a classificação de *campus* com autonomia plena. O grau de aderência em porcentagem de cada eixo temático pode ser mais bem visualizado no quadro 20.

Quadro 20 – Aderência do *Campus* por Eixo e o Total

Eixo	Grau de Aderência
1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	50%
2. Gestão adequada dos resíduos gerados	66,67%
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho	45,45%
4. Sensibilização e capacitação dos servidores	94,44%
5. Contratações públicas sustentáveis	50%
6. Construções sustentáveis	77,78%
Total	67,29%

Fonte: Autoria própria (2024).

A análise detalhada dos eixos temáticos revela disparidades significativas no grau de aderência, destacando-se os eixos “Contratações Públicas Sustentáveis” e “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional” como os mais críticos, ambos com menos da metade das questões classificadas como aderentes. Este resultado sugere que, apesar dos esforços empreendidos, persistem obstáculos significativos que limitam a plena integração de critérios de sustentabilidade nas práticas de contratação pública e na promoção de um ambiente de trabalho e educacional que priorize a qualidade de vida e o bem-estar. Por outro lado, os eixos “Construções Sustentáveis” e “Sensibilização e Capacitação dos Servidores” emergem como áreas de maior aderência, indicando um compromisso efetivo com a promoção de práticas construtivas sustentáveis e com o desenvolvimento de uma cultura organizacional que valoriza a capacitação e a sensibilização ambiental dos servidores. Contudo, é imperativo notar que o eixo de “Sensibilização e Capacitação dos Servidores” necessita de uma consulta mais aprofundada à comunidade para validar e enriquecer a compreensão das práticas adotadas e de seu impacto.

A partir desta análise, evidencia-se que a implementação da A3P em instituições públicas é um processo complexo que exige uma abordagem integrada e adaptativa. A transição para um *campus* com autossuficiência plena em termos de sustentabilidade ambiental requer não apenas a ampliação das práticas aderentes aos princípios da A3P, mas também um esforço contínuo de avaliação, reflexão crítica e

adaptação das estratégias implementadas. Portanto, a jornada em direção à sustentabilidade ambiental na administração pública demanda uma visão integrada e um comprometimento institucional robusto, capazes de abordar as dimensões ambientais, sociais e econômicas de maneira coesa.

O índice de 67,29% de aderência no campus IFRJ-NITERÓI ao total de perguntas, embora positivo, reflete não apenas os avanços alcançados, mas também as lacunas existentes e os desafios a serem superados. Cabe mencionar que, em virtude da atualização do *checklist* e a ampliação do número de perguntas, não há como comparar os resultados encontrados com outros *campi* e/ou instituições, sendo necessária a realização de outras pesquisas para uma análise comparativa. Entretanto, se for considerar o estudo original de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), neste houve uma aderência de 52%, o que indica que o IFRJ – *Campus* Niterói apresenta tanto um aumento absoluto quanto um percentual de aderência positiva em relação as perguntas propostas.

6.1.3 CONTRIBUIÇÕES A AGENDA AMBIENTAL DO CAMPUS

No âmbito da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), a plataforma digital⁴ constitui um repositório significativo de práticas sustentáveis, abrangendo um espectro diversificado de áreas temáticas. Com um total de 125 práticas de sustentabilidade categorizadas em 11 temas essenciais, a plataforma oferece um recurso valioso para instituições que buscam integrar a sustentabilidade em suas operações e políticas. Este subcapítulo dedica-se a uma investigação criteriosa dessas práticas, com o objetivo de identificar aquelas que possuem o maior potencial de aplicabilidade e impacto para o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – *Campus* Niterói, levando em consideração as especificidades e o contexto local, bem como a interação com a comunidade interna e externa. Todos os exemplos abaixo foram retirados da aba “boas práticas” do site anteriormente citado da A3P (MMA, 2024).

A seleção de práticas sustentáveis foi guiada por uma análise detalhada dos 11 temas propostos pela A3P, que incluem desde o uso racional da água e energia até a eficiência energética, aplicação de tecnologias de informação para sustentabilidade, gestão de resíduos sólidos, e construções sustentáveis, entre outros. Notavelmente, a análise revelou uma lacuna no tema relacionado ao Uso Racional de Madeiras, onde não foram identificadas práticas que atendessem aos

⁴ <http://a3p.mma.gov.br/boas-praticas/>

critérios de análise estabelecidos para este estudo. A avaliação crítica das práticas identificadas priorizou aquelas que não só apresentam uma relevância imediata para o contexto institucional e ambiental do IFRJ – Campus Niterói, mas também aquelas que promovem uma interação enriquecedora entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

No contexto da Agenda Ambiental na Administração Pública, o primeiro eixo, focalizado no Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, emerge como um pilar fundamental para a sustentabilidade institucional. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) implementou, em 2017, um sistema de coleta de águas pluviais e irrigação semiautomatizada. Esta iniciativa representa um marco no aproveitamento de recursos naturais, maximizando o uso da água da chuva para irrigação, reduzindo a dependência de fontes hídricas convencionais e minimizando o impacto ambiental associado ao uso excessivo de água potável para manutenção de áreas verdes. De maneira similar, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) adotou, em 2018, uma abordagem inovadora ao captar água de condensação de ar-condicionado para a irrigação automatizada de jardins (MMA, 2024).

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus desenvolveu um plano de combate ao desperdício de água, fundamentado em uma estratégia de coleta de dados, divulgação dos resultados e implementação de ações concretas para a redução do consumo. Esta abordagem baseada em evidências destaca a importância da gestão da informação como ferramenta para a tomada de decisão e a promoção de práticas mais sustentáveis no uso de recursos hídricos. Por fim, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ) introduziu um projeto inovador para a comunicação de vazamentos de água, utilizando *QR Codes* para facilitar a comunicação de incidentes à administração e agilizar os processos de reparo (MMA, 2024). Esta solução tecnológica não apenas melhora a eficiência na gestão de recursos, mas também envolve a comunidade acadêmica na manutenção e sustentabilidade do campus.

No âmbito do fortalecimento do segundo eixo, denominado "Gestão Adequada dos Resíduos Gerados", a atenção volta-se para a implementação de práticas inovadoras e sustentáveis que promovem a redução, reutilização e reciclagem de resíduos, visando a mitigação do impacto ambiental resultante das atividades humanas. Uma iniciativa pioneira é a empreendida pela Secretaria de Educação e Cultura de Recife, Pernambuco, que consiste na construção de obras artísticas

utilizando 50% de resíduos tecnológicos e 50% de outros resíduos (MMA, 2024). Esta abordagem não apenas contribui para a redução do volume de resíduos destinados a aterros sanitários e outros locais de descarte, mas também fomenta a conscientização sobre a importância da reciclagem e do *upcycling*, ao transformar resíduos em arte, promovendo assim uma cultura de sustentabilidade.

Por sua vez, o Senado Federal implementou o projeto "Desengaveta", uma campanha anual voltada ao desengavetamento de materiais de escritório não utilizados, com o objetivo de dar a eles um destino adequado, seja através do descarte responsável ou da reutilização (MMA, 2024). Esta iniciativa reflete um esforço consciente de otimização dos recursos disponíveis e de minimização de resíduos, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Adicionalmente, a Universidade Estadual do Maranhão deu vida ao Projeto "Nosso Papel", focado na sensibilização quanto ao uso consciente dos recursos públicos e na promoção de práticas corretas de descarte de resíduos (MMA, 2024). Através da disponibilização de locais apropriados para coleta seletiva em cada setor, seguida pela transferência dos materiais recolhidos a ecopontos, o projeto visa não apenas a redução da geração de resíduos, mas também a sua correta segregação e reciclagem, contribuindo significativamente para a gestão ambientalmente responsável dos resíduos gerados pela instituição.

No contexto da melhoria da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, o terceiro eixo da Agenda Ambiental da Administração Pública, observa-se uma série de iniciativas inovadoras e estratégicas que visam promover um ambiente de trabalho mais saudável, seguro e inclusivo. A construção de um mouse inclusivo com design ergonômico destaca-se como uma iniciativa pioneira, caracterizada por suas dimensões ampliadas, baixo custo e facilidade de replicação (MMA, 2024). Este desenvolvimento tecnológico visa atender às necessidades de usuários com limitações físicas, demonstrando um compromisso com a inclusão e a acessibilidade no local de trabalho. A ergonomia do design não só facilita o uso por parte de indivíduos com diversas capacidades, mas também promove uma postura corporal adequada, reduzindo o risco de lesões por esforço repetitivo e outros distúrbios musculoesqueléticos associados ao uso prolongado de computadores.

Por sua vez, a gestão do clima organizacional realizada pela Secretaria Municipal de Educação, através de pesquisas sobre a qualidade do ambiente de trabalho em cada setor e a implementação de ações específicas para melhorias,

reflete uma abordagem sistemática e baseada em evidências para a promoção de um ambiente de trabalho positivo (MMA, 2024). Esta iniciativa sublinha a importância de compreender as percepções e experiências dos funcionários como um meio de identificar áreas críticas para intervenção e desenvolvimento. O projeto de saúde e segurança implementado pelo Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul, focado na prevenção de doenças e acidentes no trabalho, bem como na elaboração de mapas de riscos, é outra prática exemplar que evidencia o compromisso com a segurança ocupacional (MMA, 2024). A identificação de riscos e a implementação de medidas preventivas são essenciais para a criação de um ambiente de trabalho seguro, minimizando a exposição dos funcionários a condições potencialmente perigosas.

Adicionalmente, o projeto de qualidade de vida dos servidores em São José do Rio Preto, São Paulo, que inclui a realização de ginástica laboral e avaliação ergonômica, destaca a importância de práticas físicas regulares e a adaptação do ambiente de trabalho às necessidades individuais, visando a promoção da saúde e prevenção de lesões (MMA, 2024). Por fim, a realização de uma Feira Orgânica mensal pelo Senado Federal, acessível tanto à comunidade interna quanto externa, não apenas promove o consumo de produtos orgânicos e sustentáveis, mas também contribui para a conscientização sobre a importância da alimentação saudável e do apoio à agricultura local (MMA, 2024).

No contexto do aprimoramento do quarto eixo, "Sensibilização e Capacitação dos Servidores", dentro da Agenda Ambiental da Administração Pública, destaca-se uma gama de iniciativas que visam fomentar a conscientização e o engajamento dos servidores com a sustentabilidade. Uma iniciativa exemplar é o desenvolvimento de um jogo virtual pela Justiça do Trabalho de São Paulo, destinado a promover a sustentabilidade entre os servidores (MMA, 2024). Esta ferramenta lúdica serve como um meio eficaz de educar e sensibilizar os indivíduos sobre questões ambientais de maneira interativa e engajante, incentivando a adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho e além. Da mesma forma, o Instituto Federal do Paraná implementou um jogo focado na reciclagem de resíduos tecnológicos, visando aumentar a conscientização sobre a importância do descarte apropriado e da reciclagem de equipamentos eletrônicos (MMA, 2024). Esta abordagem gamificada à educação ambiental demonstra como ferramentas inovadoras podem ser utilizadas para transmitir conceitos complexos de maneira acessível e atraente.

Outro projeto notável é o Sistema Urubu, desenvolvido pela Universidade de Lavras, que consiste em uma plataforma para o registro, identificação e caracterização de animais acidentados, contribuindo para a conservação da biodiversidade (MMA, 2024). Este sistema não apenas facilita a coleta e análise de dados sobre fauna atropelada, mas também sensibiliza os servidores e a comunidade em geral sobre os impactos das atividades humanas na biodiversidade local. Adicionalmente, a iniciativa de arborização urbana com a utilização de QR Codes para coletar e disponibilizar dados relacionados às árvores e outras plantações é um exemplo de como a tecnologia pode ser empregada para educar e engajar os servidores e a comunidade na conservação ambiental (MMA, 2024). Ao fornecer informações sobre a espécie, origem, data de plantação e estimativa de quantidade de carbono capturado, essa prática promove uma maior conexão das pessoas com o ambiente urbano e a importância da vegetação na mitigação das mudanças climáticas.

No âmbito do aprimoramento do quinto eixo, "Compras e Licitações Públicas Sustentáveis", observam-se esforços significativos para integrar critérios de sustentabilidade nas políticas de aquisição de bens e serviços no setor público. A renovação da frota pela Guarda Municipal de São José dos Campos, substituindo veículos convencionais por uma frota sustentável de carros 100% elétricos, juntamente com a instalação de pontos de recarga pelo município, ilustra uma abordagem proativa para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a poluição urbana (MMA, 2024). Esta medida não apenas contribui para a mitigação das mudanças climáticas, mas também promove a inovação tecnológica e a adoção de energias renováveis no setor público.

A inclusão de critérios de logística reversa nas compras realizadas pela Universidade Federal de Santa Maria, especialmente para produtos como pneus, lâmpadas e toners de impressão, destaca a importância de considerar o ciclo de vida dos produtos e a responsabilidade pós-consumo (MMA, 2024). Esta prática incentiva a reciclagem e a reutilização de materiais, reduzindo o volume de resíduos e promovendo uma gestão ambiental mais eficiente. A Prefeitura de São Paulo, ao instituir um Grupo Técnico de Licitações Sustentáveis, busca oferecer subsídios jurídicos e ambientais ao setor de licitações, assegurando que as aquisições públicas estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade (MMA, 2024). Esta iniciativa representa um esforço para integrar considerações ambientais, sociais e econômicas no processo de licitação, promovendo práticas de compra que apoiam o

desenvolvimento sustentável. Por fim, a parceria entre instituições de ensino e agricultores familiares em Vitória, Espírito Santo, para fornecer alimentos agroecológicos na alimentação escolar, evidencia um compromisso com a segurança alimentar, a nutrição saudável e o apoio à agricultura local sustentável (MMA, 2024). Esta iniciativa não apenas beneficia a saúde dos estudantes, mas também fortalece a economia local e promove práticas agrícolas ambientalmente responsáveis.

No contexto do sexto eixo, "Construções Sustentáveis", diversas iniciativas inovadoras têm sido implementadas por instituições públicas e educacionais, refletindo um compromisso com a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética. "Parada Verde" em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, representa uma abordagem inovadora para infraestrutura de transporte público, incorporando materiais reciclados e recicláveis na construção de um ponto de ônibus, além de instalar placas fotovoltaicas para autossuficiência energética (MMA, 2024). Esta iniciativa não apenas promove o uso de energias renováveis e a reciclagem de materiais, mas também oferece serviços adicionais, como iluminação LED e carregamento de celulares, beneficiando diretamente estudantes e a comunidade externa.

A Escola Oscar Novakoski, no município de Dois Córregos, implementou uma solução criativa para o aquecimento de água, construindo um aquecedor solar utilizando garrafas PET (MMA, 2024). Esta técnica, além de representar uma aplicação prática de princípios de sustentabilidade, facilita a limpeza dos materiais no refeitório da escola, demonstrando como soluções sustentáveis podem ser economicamente viáveis e tecnicamente eficientes. O CEFET/RJ desenvolveu um carregador solar comunitário de celular, uma iniciativa que promove o uso de energia renovável e beneficia a comunidade interna, incentivando a adoção de práticas sustentáveis entre os estudantes e funcionários (MMA, 2024).

A Escola João XXIII, em Campina das Missões, Rio Grande do Sul, inovou com a construção de um repetidor wi-fi utilizando lixo eletrônico, demonstrando como resíduos podem ser reutilizados de maneira criativa para melhorar a infraestrutura tecnológica e promover a inclusão digital (MMA, 2024). Os "telhados verdes" de Chicago são um exemplo de como a urbanização pode ser compatibilizada com a sustentabilidade, criando espaços verdes que reduzem a incidência de radiação solar sobre os edifícios e aumentam a captação de CO₂, contribuindo para a mitigação das ilhas de calor urbanas e promovendo a biodiversidade (MMA, 2024). Por fim, a construção de uma cisterna subterrânea pela Escola Rural do Município de

Araranguá, Santa Catarina, serve como uma unidade demonstrativa pedagógica e de monitoramento da qualidade da água (MMA, 2024). Esta iniciativa promove o uso sustentável dos recursos hídricos e a educação ambiental, destacando a importância da gestão da água em contextos rurais e urbanos.

A implementação de práticas de sustentabilidade no contexto do IFRJ – *Campus* Niterói enfrenta desafios intrínsecos à adaptação de soluções generalistas a uma realidade específica. Assim, ressalta-se a importância de um planejamento cuidadoso que considere as peculiaridades locais, as limitações de recursos e a necessidade de engajamento ativo da comunidade. Para superar esses desafios, recomenda-se a adoção de uma abordagem participativa, que incorpore *feedbacks* e sugestões da comunidade interna e externa no processo de implementação das práticas selecionadas. A análise das práticas de sustentabilidade disponíveis na plataforma da A3P revelou um vasto leque de oportunidades para a administração avançar em sua agenda ambiental. A seleção de práticas, adaptadas à realidade local e alinhadas com as expectativas da comunidade, constitui um passo fundamental na direção de uma integração mais profunda dos princípios de sustentabilidade nas operações e na cultura institucional.

No contexto do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – *Campus* Niterói, a integração de práticas sustentáveis representa uma oportunidade única de alinhar as operações institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas. A adesão a essas práticas não apenas reflete um compromisso com a responsabilidade ambiental e social, mas também promove um modelo de gestão que pode servir de referência para outras instituições educacionais e comunitárias.

A implementação de sistemas de energia renovável, como painéis solares fotovoltaicos, alinha-se com o ODS 7, visando assegurar o acesso a uma energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos. Este esforço não só diminui a pegada de carbono da instituição, mas também oferece uma plataforma pedagógica para a integração de conteúdos relacionados às energias renováveis, engenharia e sustentabilidade nos currículos acadêmicos. A experiência prática obtida através da interação com esses sistemas prepara os estudantes para enfrentar os desafios energéticos do futuro, promovendo o crescimento econômico sustentável (ODS 8) e fomentando a inovação.

Adicionalmente, a adesão a práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos, incluindo a coleta de águas pluviais e sistemas de reuso, reflete um comprometimento com o ODS 6, que visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Tais iniciativas não apenas reduzem o consumo de água potável e diminuem os custos operacionais, mas também servem como exemplos tangíveis da aplicação de conceitos de sustentabilidade na gestão de recursos naturais.

No âmbito do ODS 11, que se dedica a tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis, a criação de espaços verdes e a promoção de práticas de mobilidade sustentável no campus do IFRJ – Campus Niterói destacam a importância de construir ambientes que contribuam para o bem-estar dos indivíduos e para a conservação ambiental. Essas iniciativas não só melhoram a qualidade de vida na comunidade acadêmica e local, mas também oferecem espaços para a educação ambiental e para o engajamento com práticas sustentáveis em uma escala mais ampla.

A sensibilização e capacitação em sustentabilidade, essenciais para promover uma cultura de responsabilidade ambiental e inclusão social, ressoam com o ODS 4, que enfatiza a importância de uma educação de qualidade que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Ao integrar a sustentabilidade no currículo e promover projetos de pesquisa aplicada, o IFRJ – Campus Niterói prepara seus estudantes para contribuir significativamente para a economia verde e para a construção de sociedades mais sustentáveis.

Para contribuir com o ODS 5 - Igualdade de Gênero que destaca a necessidade de eliminar as desigualdades de gênero e promover a empoderamento de todas as mulheres e meninas, o IFRJ – *Campus* Niterói pode desenvolver políticas e programas que assegurem a igualdade de acesso e oportunidades para mulheres em áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), além de promover campanhas de sensibilização contra a violência de gênero e para a igualdade de gênero em todos os aspectos da vida acadêmica e administrativa.

Quanto ao ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável que ressalta a importância de promover práticas agrícolas sustentáveis e combater a fome. A administração pode colaborar com agricultores locais para fornecer alimentos orgânicos e sustentáveis no restaurante do *campus*, além de desenvolver programas educativos que enfatizem a agricultura urbana e as tecnologias de produção de alimentos sustentáveis. Estas ações não só apoiam a segurança alimentar e

nutricional, mas também educam a comunidade sobre métodos de cultivo responsáveis.

Finalmente, a promoção de práticas de produção e consumo responsáveis (ODS 12) através de políticas de compras públicas sustentáveis e da gestão eficaz de resíduos no campus reflete um compromisso com a redução do desperdício, a reciclagem e o *upcycling*. Essas práticas não só minimizam o impacto ambiental das operações institucionais, mas também estabelecem um modelo de gestão consciente que pode inspirar ações semelhantes em outras organizações e na comunidade em geral.

Portanto, o desafio e a oportunidade para o IFRJ – *Campus* Niterói residem na habilidade de adotar uma abordagem integrada à sustentabilidade, que considere não apenas as necessidades ambientais e econômicas, mas também o bem-estar social e cultural da comunidade acadêmica e local. Através da implementação de práticas sustentáveis alinhadas com a A3P e os ODS, o IFRJ – *Campus* Niterói pode se estabelecer como um líder em educação para o desenvolvimento sustentável, promovendo uma mudança positiva que transcende os limites do *campus* e contribui para os esforços globais em direção a um futuro mais sustentável.

7. CONCLUSÃO

As IE são identificadas como epicentros cruciais para a formação de uma consciência ambiental robusta e para a catalisação de práticas sustentáveis. Estas instituições têm a responsabilidade não apenas de educar, mas de formar cidadãos engajados e conscientes de suas responsabilidades socioambientais. A imperatividade de criar um ecossistema acadêmico que seja receptivo à sustentabilidade é, portanto, não apenas desejável, mas essencial. A literatura existente sobre o papel das Instituições de Ensino (IE) em fomentar práticas de desenvolvimento sustentável demonstra uma convergência temática em torno da necessidade de aprimorar políticas e práticas socioambientais. Este imperativo é particularmente relevante à luz das diretrizes atualizadas da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cuja conformidade é vista como um catalisador para uma gestão ambiental mais eficaz e responsável.

Esta pesquisa foi estruturada em duas fases distintas, ambas fundamentais para a compreensão e aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dentro do contexto da administração pública, mais especificamente, através da implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Niterói. A abordagem qualitativa predomina em ambas as fases, empregando técnicas de levantamento bibliográfico e documental complementadas por análises de conteúdo, visando aprofundar o entendimento das dinâmicas e desafios envolvidos.

Para alcançar o primeiro objetivo-específico de “Identificar a relação entre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” foi necessário construir um referencial teórico bifurcado em dois eixos temáticos. O primeiro eixo temático visou elucidar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, subdividindo-se em uma análise da 'Construção da Sustentabilidade' e uma exploração das 'Agendas Ambientais e a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável'. Esta seção propõe um diálogo crítico sobre os esforços globais e nacionais para a construção de uma sustentabilidade efetiva, abordando tanto os marcos conceituais quanto as práticas implementadas. O segundo eixo temático focalizou especificamente a Agenda Ambiental da Administração Pública, dividindo-se em uma revisão dos 'Breves Antecedentes da Governança Ambiental Brasileira' e uma análise detalhada da sinergia entre 'A3P e

ODS', enfatizando os esforços para integrar sustentabilidade e práticas ambientalmente responsáveis dentro das estruturas governamentais.

Quanto ao segundo objetivo-específico de “Diagnosticar a atual conformidade da A3P pelo *campus*”, foi necessária uma pesquisa preliminar quanto á 'Implementação da A3P no Brasil e a Gestão Ambiental em Instituições de Ensino', dividida igualmente em dois subtópicos. O primeiro analisou a distribuição e adesão à A3P no território brasileiro, apresentando dados atualizados e reflexões sobre o estado atual da implementação. Por outro lado, o segundo subtópico ampliou a discussão para incluir uma análise comparativa da aplicação da agenda ambiental em diversas instituições de ensino, tanto no Brasil quanto internacionalmente, fornecendo um panorama de práticas, desafios e sucessos. Findada esta etapa preliminar, traçou-se um histórico das questões socioambientais específicas do campus em estudo. Subsequentemente, introduziu-se uma nova proposta de *checklist* para o diagnóstico socioambiental destinada a orientar e sistematizar a avaliação das práticas ambientais institucionais. Os resultados deste diagnóstico são então apresentados e discutidos, com o objetivo de ilustrar não apenas os desafios enfrentados, mas também os progressos alcançados.

No âmbito da reformulação do checklist, é imperativo destacar a elaboração de uma estrutura compreensiva, composta por 65 questões criteriosamente selecionadas. Dentre estas, 30 questões foram preservadas na íntegra do checklist original de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), 5 questões sofreram modificações para se adequarem à nova realidade e diretrizes da A3P, e 30 questões foram inseridas, evidenciando aspectos não contemplados previamente. O formato de resposta adotado é dicotômico, alternando entre "Adere" e "Não Adere", o que facilita a distinção clara entre o cumprimento e a inobservância dos critérios estabelecidos pela A3P. Adicionalmente, recomenda-se enfaticamente a inserção de observações detalhadas durante a aplicação do checklist, com o intuito de enriquecer a análise do grau de aderência (ou a falta dela) às práticas sustentáveis e ambientais. O valor distintivo e a inovação desta pesquisa emergem de sua inserção no contexto das recentes alterações nos objetivos e nos eixos temáticos propostos pela A3P, conferindo-lhe uma relevância e aplicabilidade aumentadas no panorama atual.

No decurso da implementação do checklist revisado para aferição da adesão às diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), constatou-se um índice superior a 67% de conformidade da instituição às questões propostas. Este

dado, por si só revelador, merece uma análise mais granular ao desdobrar-se nos diferentes eixos temáticos abordados. A investigação detalhada desses eixos desvendou discrepâncias notáveis no nível de aderência, colocando em relevo os eixos "Contratações Públicas Sustentáveis" e "Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e Educacional" como os de maior criticidade. Ambos registraram uma aderência igual ou inferior à metade das questões pertinentes, um indicativo de que, apesar das iniciativas implementadas, subsistem barreiras consideráveis que obstruem a integração plena de critérios sustentáveis nas práticas de contratação e na promoção de um ambiente de trabalho e educacional voltado ao bem-estar e à qualidade de vida.

Por outro lado, os eixos "Construções Sustentáveis" e "Sensibilização e Capacitação dos Servidores" destacaram-se positivamente, demonstrando um alinhamento mais estreito com os princípios da sustentabilidade. Tal cenário sugere um compromisso institucional significativo com a adoção de práticas construtivas ecologicamente responsáveis e com o fomento de uma cultura organizacional que privilegia a capacitação e a conscientização ambiental dos colaboradores. No entanto, ressalta-se a necessidade de um escrutínio mais detalhado e uma consulta mais ampla à comunidade acadêmica e administrativa no que concerne ao eixo "Sensibilização e Capacitação dos Servidores". Tal abordagem se faz essencial para corroborar, complementar e expandir a compreensão das iniciativas vigentes, bem como para avaliar de maneira mais precisa o impacto dessas ações no tecido organizacional e na cultura institucional.

Este panorama evidencia a complexa natureza da integração de políticas sustentáveis no ambiente acadêmico e administrativo. Revela, ainda, a necessidade premente de abordagens adaptativas que considerem as peculiaridades de cada eixo temático. Através de uma avaliação crítica e construtiva, torna-se possível identificar lacunas, desafios e oportunidades, orientando assim estratégias mais eficazes e inclusivas para promover uma transição bem-sucedida rumo a práticas mais sustentáveis e responsáveis. Este estudo, portanto, não apenas contribui com diagnósticos relevantes para a comunidade acadêmica e administrativa, mas também lança bases para futuras pesquisas e intervenções estratégicas focadas na superação dos obstáculos identificados e na capitalização das áreas de sucesso.

Por último, para contemplar o terceiro objetivo-específico de "Propor a adequação do campus para o atendimento dos itens da A3P", o subcapítulo

‘Contribuições a Agenda Ambiental do Campus’ conclui com a proposição de contribuições para a melhoria e expansão da Agenda Ambiental do campus, sugerindo caminhos para a integração efetiva de práticas sustentáveis na gestão institucional. Desta forma, foram elencadas diversas iniciativas potencialmente benéficas para a efetivação da agenda ambiental na instituição. Estas iniciativas foram selecionadas a partir de um conjunto de 125 atividades de boas práticas promovidas pelo Governo Federal, levando em consideração a congruência com o contexto local e o potencial impacto ambiental positivo. A categorização destas atividades alinha-se aos seis eixos temáticos estabelecidos pela A3P, refletindo um esforço para cobrir de maneira abrangente as diversas áreas de atuação possíveis dentro do espectro da sustentabilidade.

A revisão das práticas de sustentabilidade disponibilizadas pela plataforma da A3P desdobrou um amplo espectro de oportunidades para a administração do campus avançar na consecução de sua agenda ambiental. A seleção de práticas, adaptadas às especificidades do contexto local e em sintonia com as expectativas e aspirações da comunidade acadêmica e administrativa, representa um passo crucial rumo à incorporação mais efetiva e abrangente dos princípios de sustentabilidade nas operações cotidianas e na cultura organizacional do campus. Portanto, o presente trabalho sublinha a importância de estratégias adaptativas e inclusivas no processo de implementação da A3P, destacando o valor inestimável do diálogo contínuo e da colaboração entre todos os interessados envolvidos. Tal abordagem não apenas facilita a superação dos desafios operacionais e culturais associados à adoção de práticas sustentáveis, mas também contribui para o fortalecimento de uma consciência ambiental coletiva, essencial para a promoção de uma transformação institucional duradoura e significativa em direção à sustentabilidade.

Dessa forma, foi possível efetivamente contribuir para o objetivo principal de alinhar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Niterói às diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mantendo uma consonância estratégica com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa trajetória em direção à sustentabilidade ambiental e social, respaldada pela Agenda A3P e pelos ODS, reflete um esforço consciente e planejado para integrar práticas sustentáveis em todas as facetas da vida acadêmica e operacional do *campus*.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 26000, **Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. 2010. 110 p.

ACSELRAD, H. Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. **Proposta: Experiências em Educação Popular**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII: 5-8, Março/1993.

ACSELRAD, H. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In: HERCULANO, Selene C. **Meio Ambiente: Questões Conceituais I**. Niterói, RJ: PGCA –Riocor, 2000.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: LASCHEFSKI, A; PEREIRA, D. B.; ZHOURI, A. (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ADAMS, C. *et al.* Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, 2020.

AHRENS, S. O “novo” código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. In: **Congresso Florestal Brasileiro**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura.2003.

ALMEIDA, J. R; MELO, C. S.; CAVALCANTI, Y. **Gestão Ambiental: Planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex. 2000.

ANAND, S.; SEN, A.. Human development and economic sustainability. **World development**, v. 28, n. 12, p. 2029-2049, 2000.

ARAÚJO, A. B. A. *et al.* **A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o Brasil**: uma análise da governança para a implementação entre 2015 e 2019. 2020.

ARVIDSSON, K. Environmental management at Swedish universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 5, n. 1, p. 91-99, 2004.

ASHLEY, P.A. Agenda ODS: Muito mais do que continuidade da Agenda ODMs. In: Patricia Almeida Ashley e Laura Beatriz Oliveira Rodrigues. **Informativo Mensal nas Pétalas do Girassol de EcoPolíticas**, Niterói: Núcleo de Estudos em EcoPolíticas e EConsCiencias, v.1, n.3, 2015.

ATKINSON, C. L. **Public policy processes and the environment**: implications for a sustainable future, Sustainability Accounting, Management and Policy Journal, Vol. 5 Iss: 4, pp.457 – 475, 2014.

AYLLÓN, B. La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente. **Boletín Elcano**, n. 129, p. 9, 2010.

BACHA, E. **Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005-2011**. In Bacha, E. & Bolle, M.B. (orgs). O Futuro da Indústria no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977)

BARROS, W. P. **Curso de direito ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 06.

BATISTA, A. S. *et al.* Gestão Ambiental nas Universidades Públicas Federais: A Apropriação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável a Partir da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)/Environmental Management in the Federal Public Universities: The Appropriation of the Concept of Sustainable Development from the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). **ID on line. Revista de psicologia**, v. 13, n. 44, p. 276-292, 2019

BEDIN, É. P.; DE FARIA, L. C.. Integração entre as dimensões da sustentabilidade e a atividade-fim das IES brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 83-103, 2021.

BLÜHDORN, I.; WELSH, I. Eco-politics beyond the paradigm of sustainability: A conceptual framework and research agenda. **Environmental Politics**, v. 16, p. 185-205, 2007.

BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 1, p. 4-13, 2008.

BRAND, U. Sustainable development and ecological modernization – the limits to a hegemonic policy knowledge. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, 2010, vol. 23, p. 135-152.

BRASIL. **Constituição da Independência de 1822**. 1822.

BRASIL. Decreto n. 8.892, de 27 de Outubro de 2016. **Cria a Comissão Nacional para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 2016.

BRASIL. **LEI 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Decreta e sanciona a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Brasília, DF: Presidência da República. 1981.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1985.

BRASIL. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 abr. 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.892/08**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 2008a.

BRASIL. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal.** Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. **Regulamenta a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Brasília. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Agenda 21 – PPA.** 2003a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Coordenação da Agenda 21. **Agenda 21 brasileira: avaliação e resultados.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.** Brasília. 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. **DECRETO DE 31 DE OUTUBRO DE 2003.** Institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2003b.

BROWN, Becky J. *et al.* Global sustainability: Toward definition. **Environmental management**, v. 11, p. 713-719, 1987.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO –1988. **Nosso Futuro Comum**(Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BURSZTYN, M. A. **O País das Alianças:** Elites e continuísmos no Brasil. Petrópolis: Vozes.1990.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de sociologia e política**, v. 21, p. 125-146, 2013.

CAMELO, G. L. P.; MONTEIRO, M. O. Agenda Ambiental Na Administração Pública-A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **EmpíricaBR-Revista**

Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação, v. 1, n. 1, p. 26-42, 2015.

CARPENTER, D.; MEEHAN, B. Mainstreaming environmental management: Case studies from Australasian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2002.

CARVALHO, D. B.; SOUSA, E. da S.. **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e licitações sustentáveis**: um estudo no restaurante universitário da Universidade Federal do Piauí. 2013.

CARVALHO, P. G. M. de; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio--ODM: Uma avaliação crítica. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, 2014.

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES, F. C. N. I. O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**, 2016.

CAVALCANTE, C. 2004. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, vol. 1, p. 1-10.

CAVALCANTI, B. S.; PECI, A. **Reflexões Sobre a Autonomia do Órgão Regulador**: Análise das Agências Reguladoras Estaduais. Rio de Janeiro: EBAP. 2001.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: Clóvis Cavalcanti (org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHANG, Ha-Joon. State, institutions and structural change. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, p. 293-313, 1994.

CIDADES, IBGE. Brasília, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 2023.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS): **Plano de Ação 2017-2019**. CNODS, 2017.

CORRÊA, D. R. Certificação ambiental, desenvolvimento sustentável e barreiras à entrada. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 43, n. 169, p. 189- 201, jan./mar. 2006.

CUNHA, B.de C. S., ASHLEY, P.A. **Relatório de Monitoria: Sistematização e Categorização do Alcance dos Objetivos da Agenda 21 Brasileira, segundo o documento Agenda 21 Brasileira: Avaliação e Resultados (MMA, 2012)**. Projetos de Aprendizagem do Núcleo de Estudos em EcoPolíticas e EConsCiencias. Set. 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). **Mineração no Brasil Colônia e Império**. Salvador: DNPM. 2008.

DINIZ, M. Sesmarias e posses de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo**. Edição nº 2 de junho.2005.

DOMINGUES, R. A. **O perfil do Brasil como potência regional sulamericana no governo Lula (2003–2010)**. 2014.

EIZENBERG, E.; JABAREEN, Y.. Social sustainability: A new conceptual framework. **Sustainability**, v. 9, n. 1, p. 68, 2017.

EL KHAWAS, Ahmed M. Z. A.; MOHAMED, A.; SALAM, S. A Proposal to Enhance the Credibility of Supreme Monitoring Authorities of Organizations Environmental Performance. **Journal of Environmental Science**, 2019.

FALK, R. A. **This endangered planet**. 1971.

FERRARI-FILHO, F.; PAULA, LF. A critical analysis of the macroeconomic policies in Brazil from Lula da Silva to Dilma Rousseff (2003-2014). **Brazilian Keynesian Review**, 1, 2015.

FERREIRA, Ademir Antonio et al. De Taylor aos nossos dias: Evolução e tendências da moderna administração de empresas. **São Paulo**, v. 3, 1997.

FERREIRA, L. F. F.; JUNIOR, F. R. L. Gestão de resíduos em instituições de ensino superior: um estudo de caso sobre o gerenciamento de resíduos de computadores, lâmpadas, pilhas e baterias. **XXII Simpósio de Engenharia de Produção–SIMPEP: Política Nacional de Inovação e Engenharia de Produção Bauru**, 2015.

FONSECA, I. F. **A Retórica da boa governança: as Agendas 21 locais no Brasil**. 2016.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P**. 2011.

FREY, K. A dimensão político-democrática das teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, n. 9, 2º semestre, 2001.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIL, A. C. *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP. Alinea, 2001

GTSCA 2030 (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030). **VI Relatório Luz da sociedade civil da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. 2022.

HARDIN, G. **The Tragedy of Commons. Science**, 13 December 1968. Vol. 162, N.º 3859, pp. 1243-1248, DOI: 10.1126/science.162.3859.1243.

HARDIN, G.. **Exploring new ethics for survival**: The voyage of the spaceship Beagle. Viking Adult, 1972.

HERREMANS, I.; ALLWRIGHT, . E. Environmental management systems at North American universities: what drives good performance?. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2000.

IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Indicadores de desenvolvimento sustentável : Brasil. Rio de Janeiro. IBGE, 2015.

IBGE. **Sistema Integrado de recuperação automática**. 2022.

IFRJ. **Site Institucional do IFRJ**. Instituto Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: IFRJ. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/index.php>. 2023.

IFRJ. **Projeto de Implantação do campus NITERÓI**. Instituto Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: IFRJ. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/Niter%C3%B3i/pic_niteroi_final.pdf. 2017.

IFRJ. **RELATÓRIO TÉCNICO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SOBRE SUSTENTABILIDADE DO IFRJ - CAMPUS NITERÓI**. Instituto Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: IFRJ, 2020.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento / Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

IPEA. **ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Proposta de Adequação. Ipea, 2018.

JANNUZZI, P. de M.; CARLO, S. de. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, v. 28, n. 2, p. 6-27, 2018.

KEYNES, J. M. **A tract on monetary reform**. Cosimo Classics, 1923.

KRAEMER, M. E. Responsabilidade social – uma alavanca para a sustentabilidade. **Revista Pensar Contábil – Responsabilidade Social e Ambiental**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, 2000.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior-Uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44-62, 2011.

LANFREDI, G. F. Novos rumos do direito ambiental, nas áreas civil e penal. **Campinas, Millenium**, 2006.

LIMA JR, F. R.; OIKO, O. T.; CAVICCHIOLI, F. F. Gestão de resíduos em universidade: Caracterização e análise da destinação de resíduos sólidos. **Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, v. 12, 2010.

LIU, Y. Editorial for the Special Issue of Sustainable Design and Manufacturing for Circular Economy. **Journal of Industrial and Production Engineering**. 2016.

LOZANO, R. The state of sustainability reporting in universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 1, p. 67-78, 2011.

LUIZ, L. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Administração pública e gestão social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MACHADO, P. J. O. Capacidade suporte e sustentabilidade ambiental. **Revista Geosul**, v. 14, n. 27, p. 122-127, 1999.

MACIEL, M. S. D.; MARUYAMA, Ú. G. R.; NEVES, A. M. C. Issues and trends on sustainable transportation: the case of Brazilian cities (2003-2010). **Brazilian Journal of Operations & Production Management**, v. 10, n. 2, p. 43-56, 2013.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 7-20, 2008.

MAPPA, S. **Les métamorphoses du politique au Nord et au Sud**. Paris: Karthala. 2004.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento**: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MENDONÇA, M. J.; SACHSIDA, A.. **Modelando a demanda de crédito para veículos no Brasil: uma abordagem com mudança de regime**. Texto para Discussão, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). Boas Práticas. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil) (org.). **Agenda Ambiental da Administração Pública**. Brasília, 2024. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha A3P**: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL DA AGENDA 21 NACIONAL. Agenda 21 Brasileira. **Ações prioritárias**. Brasília, 2002a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 Brasileira**: Bases para a Discussão. 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 brasileira**: resultado da consulta nacional. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002b.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 731-747, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 1992b.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 1992a.

NASCIMENTO, M. de M.; VIRGÍNIO, M. V. de O.; LOPES, L. R. Educação ambiental na administração pública: a implantação da A3P na Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf-PE. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 493-501, 2015.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito**. Brasília –DF: Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, L. D. de. A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia, 2006. 204 p. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) –Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, L. D. de. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2: 33-38, 2005.

OLIVEIRA, L. D. de. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia. 2001. 176 f. **Monografia** (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

OLIVEIRA, L. D. de; RAMÃO, F. S.; MELO, M. V. N. de. **Desenvolvimento Sustentável**: Reflexões sobre sua prática no Ensino da Geografia. In: XI ENPEG – Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia [Anais], 2011, Goiânia. A Produção do Conhecimento e a Pesquisa sobre o Ensino de Geografia. Goiânia, UFG -Universidade Federal de Goiás, 2011.

OLIVEIRA, L. D. de. **Os "Limites do Crescimento" 40 Anos Depois.** n. 1, p. 72-96, jul. 2012.

ONU. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** - 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (ONU). **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: ONU, 2015.

PADILHA, N. S. **Fundamentos Constitucionais do direito ambiental brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PAULA, L. S; MENDONÇA, J. R.C. A Gestão socioambiental no setor educacional, o papel social das Instituições de Ensino Superior-IES: Um estudo de múltiplos casos em instituições de Pernambuco. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. 12., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1998.

RAMÃO, F. S. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável e as Transformações no Livro Didático de Geografia. **Monografia** (Graduação em Geografia) –Instituto Superior de Educação, Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS). Cabo Frio / RJ, FERLAGOS, 2008

REBOUÇAS, A. C. Recursos hídricos subterrâneos da Bacia do Paraná: Análise de préviabilidade. **Tese de Livre Docência.** Universidade de São Paulo.1976.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMA, J. C. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019.

RUEDIGER, M. A. *et al.* **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável:** dos mínimos sociais dos objetivos de desenvolvimento do milênio à agenda multissetorial e integrada de desenvolvimento sustentável. 2018

SAMMALISTO, K.; ARVIDSSON, K.. Environmental management in Swedish higher education: Directives, driving forces, hindrances, environmental aspects and environmental co-ordinators in Swedish universities. **International journal of sustainability in higher education**, 2005.

SANTOS, C. A. R. Gerenciamento integrado de resíduos sólidos na perspectiva das políticas públicas ambientais: um olhar na Universidade Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. 192p. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife. 2014.

SANTOS, Sergio Caballero. Brasil y la región: una potencia emergente y la integración regional sudamericana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, p. 158-172, 2011.

SCHENINI, P. C.; OLIVEIRA, F. V.; MATOS, M. A.; TODT, R. **Agenda 21 - Ferramenta para a elaboração de políticas Públicas de Desenvolvimento**. Anais do X SEMEAD, 2007.

SÉGUIN, E.; CARRERA, F. **Lei de crimes ambientais**. Rio de Janeiro: Esplanada. 1999.

SENADO FEDERAL. **Diário do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Junho, p. 531-532.2000.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 128-151, 2019.

SILVA, A. H. *et al.* Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem aotar a técnica. **Conhecimento interativo**, v. 11, n. 1, p. 168-184, 2017.

SORRENTINO, M. *et al.* Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 285-299, 2005.

SWIOKLO, M. T. Legislação florestal: evolução e avaliação. In: **Congresso Florestal Brasileiro**. Campos do Jordão. 1990.

TAVOLARO, S. B. F. A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. **Ambient. soc.**, Dez 1999, no.5, p.217-222. ISSN 1414-753X. 1999.

TEIXEIRA, C. Educação e desenvolvimento sustentável na agenda 21 brasileira. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 1, p. 31-48, 2008.

TEIXEIRA, O. P. B. Ética ambiental, direito e estado. **Revista Opinião Filosófica**, v. 11, n. 3, 2020.

UICN/PNUMA/WWF. **Estratégia Mundial para a Conservação**, CESP-S.Paulo, 1980

UN (UNITED NATIONS). **The Future We Want**. 2012.

UN DEVELOPMENT GROUP. **Indicators for Monitoring the Millennium DevelopmentGoals**- Definitions, Rationale, Concepts and Sources. 2003.

UNEP. **Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2022**. Nairobi: UNEP, 2022.

VANDEMOORTELE, J. **The MDG Conundrum**: Meeting the Targets without Missing the point Development Policy Review. 2009.

VENÂNCIO, T. M. *et al.* **Conexões entre agendas global e nacional para o desenvolvimento sustentável**: estudo de caso sobre o período entre a Agenda 21 Brasileira, a Agenda ODM e na transição para a Agenda Global Pós-2015. 2015.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 1998.

VIEGAS, S. F.; CABRAL, E. R. Adesão de uma Universidade Pública à Agenda Ambiental na Administração Pública–A3P. **Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 241-263, 2016.

WAINER, A. H. **Legislação ambiental do Brasil**: subsídios para a história do direito ambiental. Rio de Janeiro: Forense.1991.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001

YUAN, X.; ZUO, J. A critical assessment of the Higher Education for Sustainable Development from Students' perspectives e a chinese study. **Journal of Cleaner Production**, Amsterdam, v.30, p. 1-8, 2012.

ZEITOUNE, Bruno et al. Práticas sustentáveis: adoção de cultura institucional em IES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 150-168, 2019.

ANEXO A – Avaliação sobre os Resultados da Agenda 21 Brasileira

Título	Descrição	Desafios atuais, segundo Cunha e Ashley (2013)	Avaliação por Cunha e Ashley (2013)
Objetivo 01 - Produção e Consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício	<p>O objetivo da produção e consumo sustentáveis busca adotar novos padrões de produção e consumo, com estratégias que privilegiam o emprego de tecnologias limpas, utilização racional dos recursos naturais, a redução da geração de resíduos e o incentivo à certificação da cadeia produtiva a partir de princípios e critérios socioambientais</p>	<p>Com as políticas de combate à exclusão e desigualdade, houve geração de empregos e aumento da renda média dos trabalhadores, gerando um aumento no consumo. A partir daí o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento econômico, do produtivismoconsumismo. Em 2012, passados 20 anos da publicação da Agenda 21 Global a produção e consumo em padrões insustentáveis ainda é uma questão incontornável.</p>	<p>Avançamos pouco ou quase nada, havendo muitos desafios para realizar esse objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>
Objetivo 02 - Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas	<p>O objetivo busca um compromisso da sociedade brasileira em relação à eco-eficiência e à responsabilidade socioambiental das empresas. Relatórios de sustentabilidade, pactos setoriais relacionados à redução das emissões e proteção à biodiversidade, e a ampliação das certificações</p>	<p>O que não chega a ser um desafio, mas sim uma proposta é o programa Compras Públicas Sustentáveis que além de seus objetivos propõe uma política continuada de uso do poder de compra do Estado para desenvolvimento sustentável, de modo a gerar emprego e distribuir renda, apoiar minorias, proteger o meio ambiente, fomentar a inovação internacional da economia brasileira, entre outros</p>	<p>Superamos as expectativas e avançamos muito no alcance desse objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>

	<p>baseadas em princípios e critérios socioambientais demonstram que houve um crescente comprometimento do setor produtivo com os objetivos do desenvolvimento sustentável. A Política Nacional de Resíduos Sólidos já apresenta respostas positivas pela redução do impacto das embalagens, dos resíduos sólidos gerados na fonte e nas responsabilidades de políticas reversas</p>		
<p>Objetivo 03 - Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional</p>	<p>A retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional foi objeto de importantes programas afim de estruturar uma estratégia de enfrentamento das desigualdades brasileiras a partir da movimentação de economia de cada uma das regiões, fortalecendo sua base social. Programas como Política Nacional de Desenvolvimento</p>	<p>Uma proposta que não chega a ser um desafio é que o ZEE pretende ser uma referência para políticas públicas e ter capacidade de oferecer soluções para conflitos de uso dos recursos e ocupação do território.</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>

	Regional e Zoneamento Ecológico-Econômico foram criadas para efetivar ações de planejamento territorial.		
Objetivo 04 - Energia renovável e a biomassa	Uma das grandes conquistas da sociedade brasileira em relação à sustentabilidade foi manter-se como uma das mais limpas matrizes energéticas do mundo. O conjunto de medidas tomadas ao longo dos últimos anos foram responsáveis por tal resultado. Graças a algumas políticas públicas em 2011, a frota de veículos bicombustível atingiu cerca de 11 milhões de carros, sendo que nove entre dez veículos novos eram fabricados com essa tecnologia	O documento não fala sobre os desafios atuais, só fala dos resultados positivos como, por exemplo, a proporção de fontes renováveis na matriz brasileira que alcança aproximadamente 90% da geração.	Superamos as expectativas e avançamos muito no alcance desse objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 05 - Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável	O aumento nos investimentos na geração de conhecimento e na formação de capital humano foram requisitos fundamentais para a transição da trajetória da construção de um modelo de desenvolvimento	Não foram apresentados desafios para o avanço de novos passos nesse objetivo, porém programas, redes e projetos foram criados para informar a sociedade brasileira sobre as questões das tecnologias de Biodiesel, mudanças climáticas, bolsas de estudo, educação ambiental, entre outros.	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira

	<p>sustentável. Algumas iniciativas foram criadas para a melhoria do objetivo que busca a informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável.</p>		
<p>Objetivo 06 - Educação permanente para o trabalho e a vida</p>	<p>No objetivo da educação permanente para o trabalho e vida, a educação é vista como instrumento de promoção da cidadania, fundamental para reduzir desigualdades e consolidar o desenvolvimento social e econômico do País. A fim de democratizar o acesso e garantir o desenvolvimento e permanência das crianças e adolescentes nas escolas, as ações do Governo Federal buscam fortalecer um sistema educacional articulado, integrado e gerido em colaboração entre União, Estados e municípios.</p>	<p>Apesar dos recursos do Fundo e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ter dobrado de 2002 para 2010 de R\$37,5 bilhões para R\$83,8 bilhões, a grande preocupação fica centrada na melhoria contínua da qualidade da educação. Essa meta vem sendo galgada através da Política Nacional do Ensino Fundamental, a partir das seguintes estratégias: ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração; a correção das distorções idade/ciclo/série, ou seja, as repetências e as evasões; a reorganização dos tempos e espaços escolares; a avaliação do desempenho dos alunos (Prova Brasil e Provinha Brasil); e a definição de novas orientações curriculares para o Ensino Fundamental.</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>
<p>Objetivo 07 - Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS</p>	<p>A Política de Saúde no Brasil em 2002, já se fundamentava nos princípios de universalidade, equidade e</p>	<p>Apesar do crescente avanço da saúde ser vista no contexto das políticas sociais e dos direitos da cidadania, sendo considerada no âmbito nacional, compreendendo</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas</p>

	<p>integralidade do atendimento ao cidadão. Porém, ainda haviam graves obstáculos com precariedades técnicas, financeiras e políticas de Estados e Municípios. Na última década, no objetivo de Promover a Saúde e evitar doença, democratizando o SUS, houve um expressivo crescimento das ações em Saúde nas diferentes áreas até a ampliação do atendimento na atenção básica, na vigilância em Saúde e na imunização.</p>	<p>as dimensões sociais, econômica e tecnológica do setor, permanece como desafio a busca de financiamento estável para cumprir o pacto constitucional de universalização da saúde.</p>	<p>relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>
<p>Objetivo 08 - Inclusão social e distribuição de renda</p>	<p>Em 2002, o Brasil apresentava uma situação grave, 55 milhões de brasileiros na pobreza, vivendo com o valor mensal de meio salário mínimo por pessoa, dos quais 24 milhões com menos de 1/4 de salário mínimo, na condição de extrema pobreza. Em 2003, o Governo Federal estabeleceu um novo contrato com metas claras de erradicação da fome, redução da</p>	<p>Algumas Políticas Públicas como o Programa Fome Zero, Programa Bolsa Família e Programa Nacional de Agricultura Familiar tiraram 28 milhões de brasileiros da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média. Entretanto, mesmo com esse esforço, 16 milhões de brasileiros ainda permanecem na pobreza extrema. São populações ainda não alcançadas pelas políticas de inclusão.</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>

	pobreza e crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade.		
Objetivo 09 - Universalizar saneamento ambiental protegendo ambiente e saúde	o Em 2022 10,7% dos domicílios urbanos ainda não tinham acesso ao abastecimento de água potável por rede geral com canalização interna e, aproximadamente, um a cada quatro lares não dispunha de redes coletoras de esgotos sanitários ou fossas sépticas. O objetivo de Universalização do Saneamento busca recuperar esse quadro, com um grande esforço de coordenação das iniciativas, fundado no planejamento conjunto e na definição clara das atribuições de cada um dos órgãos atuantes da área.	Apesar das Políticas Públicas terem ajudado na evolução da distribuição do saneamento ambiental com a proteção do meio ambiente e saúde, a universalização do saneamento ainda é um dos grandes desafios para o Brasil.	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 10 - Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana	- O processo de expansão da urbanização gerou aglomerações urbanas com infraestrutura precária e ocupação inapropriada de áreas ambientalmente frágeis, como mananciais,	Garantir a qualidade de vida nas centros urbanos ainda é um dos grandes desafios para o Brasil no século XXI pois cerca de 80% da população brasileira reside em cidades.	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira

	estuários e territórios de proteção da biodiversidade. O objetivo da gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana é realizar com a criação de planos, políticas e programas uma modificação na dinâmica de urbanização.		
Objetivo 11 - Desenvolvimento sustentável do Brasil rural	O êxodo rural em 2002 era visto como um fenômeno inevitável e irreversível. Passados uma década dessa percepção um novo paradigma de desenvolvimento rural é criado. Políticas públicas elaboradas em estreito diálogo com os movimentos sociais o campo da vida a um novo Brasil rural, com qualidade de vida para suas populações e uso mais sustentável dos recursos naturais.	Não foi apresentado desafio nesse objetivo, mas foi apresentado que os resultados de alguns programas como do Programa de Aquisição de Alimentos, da Política Nacional de Alimentação Escolar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar inverteram o quadro de fenômeno inevitável e irreversível. Na última década, o êxodo rural foi invertido e a agricultura familiar ganhou 412 mil novos estabelecimentos. O emprego assalariado do campo contemplou 577 mil novas famílias e mais de 4,8 milhões de pessoas que viviam em áreas rurais saíram da pobreza	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 12 - Promoção da agricultura sustentável	O objetivo Promoção da Agricultura Sustentável buscou e conseguiu avançar com padrões mais sustentáveis de produção	Não foram apresentados desafios atuais, mas o documento mostra que passados dez anos da Agenda 21 Brasileira, o Brasil consolidou-se como provedor mundial de matérias primas e alimentos. Parte dessa	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse

	<p>agropecuária, com incorporação crescente de tecnologias como sistemas de produção integrada, plantio direto, agricultura orgânica, integração lavourapecuária-floresta, práticas de conservação do solo e metodologias inovadoras e eficientes de recuperação de áreas degradadas e de restauração florestal.</p>	<p>conquista é fruto dos investimentos constantes e crescentes nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, com destaque para os trabalhos da Embrapa, das agências estaduais de pesquisa agropecuária e das universidades e centros tecnológicos</p>	<p>Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>
<p>Objetivo 13 - Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável</p>	<p>Para o governo brasileiro, a construção da Agenda 21 Local é tida como importante instrumento de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável na escala local. Com isso, há uma necessidade da promoção da Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável para o governo e a sociedade utilizarem esse poderoso instrumento de planejamento estratégico participativo para produção de cenários</p>	<p>Desde 2003 há uma preocupação do Governo Federal com a elaboração e implantação das Agenda 21 Locais e apoio à formação continuada em Agenda 21 Local. Um desafio atual para esse objetivo é cumprimento das metas presentes no PPA (2012-2015)</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>

	consensuados, em regime de co-responsabilidade.		
Objetivo 14 - Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável	O objetivo 14 busca implantar o transporte em massa e a mobilidade sustentável visto que em 2002, o Brasil possuía uma frota de da ordem de 23 milhões de automóveis. Dez anos depois esse número cresceu para 45 milhões.	O aumento da frota de automóveis de 23 milhões de 2002 para 45 milhões em 2012 assusta. O grande desafio atual é romper com a cultura do automóvel questão já destacada em 2002 pela Agenda 21 Brasileira, visto que algumas políticas públicas nos últimos anos favoreçam e patrocinam essa expansão do transporte individual.	Avançamos pouco ou quase nada, havendo muitos desafios para realizar esse objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 15 - Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas	Um dos maiores marcos do Objetivo 15 - Preservar a Quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas - que tornou o Brasil um dos países de referência internacional pelo modelo implantado para a governança das águas foi a consolidação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Entre os anos de 2003 e 2010 houve um aumento de 3 para 11 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e de 25 para 150 Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas.	A Agenda 21 Brasileira, em 2002 já havia previsto que um dos principais desafios nos próximos dez anos, seria o de fazer a população participar do destino de seus rios mais próximos, adotá-los como um bem a ser protegido e dotar o Comitê de um corpo representativo	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira

<p>Objetivo 16 - Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade</p>	<p>Pelo acelerado processo de desmatamento houve a necessidade da criação do objetivo de Política Florestal, controle do desmatamento e corredores da biodiversidade, que busca a diminuição dos desmatamentos, com estratégias para o desenvolvimento das áreas florestais e áreas não florestais, a criação de novas Unidades de Conservação, medidas contra o avanço de atividades predatórias, entre outros.</p>	<p>O maior desafio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal é continuar reduzindo o desmatamento.</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>
<p>Objetivo 17 - Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local</p>	<p>O objetivo da Descentralização e o pacto federativo: parceria, consórcios e poder local, é de buscar uma relação mais próxima entre Estado e sociedade civil organizada, assim como o fortalecimento do poder local. O novo pacto federativo privilegiou o fortalecimento do município dentro do chamado 'federativo cooperativo'. Os</p>	<p>O documento não apresenta desafios atuais e mostra que foram criadas instâncias permanentes de diálogo e pactuação de políticas públicas com os entes federados e que diversos sistemas federativos foram reforçados.</p>	<p>Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira</p>

	principais beneficiários foram os municípios pela dimensão territorial e sua maior proximidade da população		
Objetivo 18 - Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos	A partir de 2003 foram empreendidos grandes esforços no resgate da capacidade de planejamento e gestão do Estado e de seus instrumentos de atuação, visto que em 2002 o país vivenciava os sinais de esgotamento de um modelo de gestão influenciado pela valorização do chamado Estado Mínimo, marcante ao longo dos anos 90. Esse objetivo busca o estabelecimento e o cumprimento de metas de modernização da gestão pública	No documento da Agenda 21 Brasileira não são demonstrados desafios atuais. É mostrado como resultado, a conquista de maior eficiência na execução das políticas e programas públicos, onde o Brasil é um dos países líderes do mercado do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e de Redução de emissão projetadas de gases de efeito estufa ocupando o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais.	Superamos as expectativas e avançamos muito no alcance desse objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 19 - Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável	Devido a ocupação do Brasil, proporcional a sua nova dimensão econômica, política e de protagonista frente ao tema sustentabilidade o objetivo das Relações Internacionais e Governança Global para o	O objetivo 19 não apresentou desafios atuais e sim conquistas. O Brasil tem papel de liderança na implantação da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Rio-92, organizou e sediou a 8ª Conferência das Partes de Convenção (COP 8). Esteve à frente da coalizão de países que conseguiu aprovar em	Superamos as expectativas e avançamos muito no alcance desse objetivo da Agenda 21 Brasileira

	Desenvolvimento Sustentável defende a reforma das Nações Unidas, considerando que não é mais justificável que seu Conselho de Segurança continue a ter a mesma composição do fim da Segunda Guerra Mundial.	Nagoya(Japão) acordo internacional que resguarda a soberania nacional sobre a biodiversidade e garante a repartição dos benefícios comerciais derivados da utilização de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados, combatendo a biopirataria.	
Objetivo 20 - Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação	O Objetivo 20 da Agenda 21 Brasileira destaca aspectos da dimensão institucional da sustentabilidade, listando ações prioritárias para o fortalecimento da participação da sociedade civil e do reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, reconhecendo o papel estratégico dos meios de comunicação para ampliação da cidadania e da justiça ambiental.	Não foram apresentados desafios atuais, e sim a criação de novos Conselhos de 2002 à 2012. A ampliação da cidadania e do reconhecimento dos direitos individuais e coletivos foi também objeto de diversas iniciativas ao longo dos últimos dez anos, como por exemplo a criação em 2003 da Secretaria e Políticas para Mulheres.	Houve um razoável avanço e que demonstra que há políticas públicas relacionadas a esse Objetivo da Agenda 21 Brasileira
Objetivo 21 - Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade	O objetivo 21 busca preconizar uma série de recomendações direcionadas à construção de um novo padrão ético, com ações relacionadas aos governos, aos indivíduos e às empresas	Não foram apresentados desafios atuais. Os pontos positivos foram a implantação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção e do Portal da Transparência, que permite a qualquer cidadão acompanhar, via internet, a destinação dos recursos públicos.	Superamos as expectativas e avançamos muito no alcance desse objetivo da Agenda 21 Brasileira

Fonte: Elaborado por Venâncio (2015) com base nas análises e avaliações de Cunha e Ashley (2013).

APÊNCIDE A – Instituições com Termo de Adesão à A3P Vigente (2023)

Instituição	Área	Poder	Estado
Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco	Educação	EXECUTIVO	PE
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ	Educação	EXECUTIVO	RJ
Colégio Militar de Juiz de Fora	Educação	EXECUTIVO	MG
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Educação	EXECUTIVO	CE
Escola Estadual de Ensino Médio Maurício Sirotsky Sobrinho	Educação	EXECUTIVO	RS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (Campus Brusque)	Educação	EXECUTIVO	SC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí	Educação	EXECUTIVO	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE – Campus Palmares	Educação	EXECUTIVO	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Floriano	Educação	EXECUTIVO	PI

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS	Educação	EXECUTIVO	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Educação	EXECUTIVO	GO
Universidade Estadual da Paraíba	Educação	EXECUTIVO	PB
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA	Educação	EXECUTIVO	MA
Universidade Estadual do Norte do Paraná	Educação	EXECUTIVO	PR
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Educação	EXECUTIVO	PB
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL	Educação	EXECUTIVO	MG
Universidade Federal de Catalão	Educação	EXECUTIVO	GO
Universidade Federal de Lavras – UFLA	Educação	EXECUTIVO	MG
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	Educação	EXECUTIVO	MS
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Educação	EXECUTIVO	SC
Universidade Federal de Santa Maria (Campus Palmeira das Missões)	Educação	EXECUTIVO	RS
Universidade Federal de Uberlândia	Educação	EXECUTIVO	MG
Universidade Federal do Cariri – UFCA	Educação	EXECUTIVO	CE
Universidade Federal do Rio Grande	Educação	EXECUTIVO	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Educação	EXECUTIVO	RS
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Educação	EXECUTIVO	RS

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	Educação	EXECUTIVO	PA
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	Educação	EXECUTIVO	RN
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Educação	EXECUTIVO	MS
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	Educação	EXECUTIVO	PE
47º Batalhão de Infantaria	Outros	EXECUTIVO	MS
Advocacia-Geral da União	Outros	EXECUTIVO	DF
Agência da Capitania dos Portos de Camocim/CE	Outros	EXECUTIVO	CE
Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA	Outros	EXECUTIVO	GO
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Outros	LEGISLATIVO	CE
Banco Central do Brasil	Outros	EXECUTIVO	DF
Banco da Amazônia S/A	Outros	EXECUTIVO	PA
Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército – Forte Marechal Rondon	Outros	EXECUTIVO	DF
Casa da Moeda do Brasil	Outros	EXECUTIVO	RJ
Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE Ceará	Outros	EXECUTIVO	CE

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – Superintendência de João Pessoa	Outros	EXECUTIVO	PB
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – Superintendência de Recife	Outros	EXECUTIVO	PE
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP	Outros	EXECUTIVO	CE
Companhia de Docas do Espírito Santo – CODESA	Outros	EXECUTIVO	ES
Companhia de Gestão do Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH	Outros	EXECUTIVO	CE
Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	Outros	EXECUTIVO	CE
Companhia Docas do Pará	Outros	EXECUTIVO	PA
Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói – CLIN	Outros	EXECUTIVO	RJ
Companhia Águas de Joinville	Outros	EXECUTIVO	SC
Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina	Outros	EXECUTIVO	SC
Conselho Regional de Química da 1ª Região	Outros	EXECUTIVO	PE
Consórcio Associação Pública dos Municípios do Maciço de Baturité – AMSA	Outros	EXECUTIVO	CE

Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco Sergipano – CONBASF	Outros	EXECUTIVO	SE
Consórcio Público de Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP	Outros	EXECUTIVO	MG
Consórcio Público de Saneamento Básico da Grande Aracaju – CONSBAJU	Outros	EXECUTIVO	SE
Consórcio Público de Saneamento Básico de Resíduos Sólidos do Sul e Centro Sul Sergipano – CONSCENSUL	Outros	EXECUTIVO	SE
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF	Outros	EXECUTIVO	DF
Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú	Outros	LEGISLATIVO	SC
Câmara dos Deputados	Outros	LEGISLATIVO	DF
Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF	Outros	LEGISLATIVO	DF
Câmara Municipal de Cuiabá	Outros	LEGISLATIVO	MT
Câmara Municipal de Lorena	Outros	LEGISLATIVO	SP
Câmara Municipal de Parnamirim	Outros	LEGISLATIVO	RN
Câmara Municipal de São José do Rio Pardo	Outros	LEGISLATIVO	SP
Câmara Municipal de São José dos Pinhais	Outros	LEGISLATIVO	PR
Câmara Municipal de Ubá	Outros	LEGISLATIVO	MG
Câmara Municipal de Vinhedo	Outros	LEGISLATIVO	SP
Defensoria Pública do Estado da Bahia	Outros	INDEPENDENTE	BA

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso	Outros	INDEPENDENTE	MT
Defensoria Pública do Estado do Goiás	Outros	INDEPENDENTE	GO
Defensoria Pública do Estado do Maranhão	Outros	INDEPENDENTE	MA
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Outros	INDEPENDENTE	RJ
Embrapa Suínos e Aves	Outros	EXECUTIVO	SC
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios	Outros	EXECUTIVO	DF
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS	Outros	EXECUTIVO	PE
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB	Outros	EXECUTIVO	RS
Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP	Outros	EXECUTIVO	MA
Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista – EMURC	Outros	EXECUTIVO	BA
Esquadrão de Saúde de Salvador	Outros	EXECUTIVO	BA
Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Gráfica do Exército	Outros	EXECUTIVO	DF
Estado de Mato Grosso	Outros	EXECUTIVO	MT
Estado do Ceará	Outros	EXECUTIVO	CE
Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ	Outros	EXECUTIVO	SP

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ	Outros	EXECUTIVO	RJ
Fundação Estatal Piauiense de Serviços Hospitalares – FEPISERH	Outros	EXECUTIVO	PI
Fundação Hospital Adriano Jorge	Outros	EXECUTIVO	AM
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC	Outros	EXECUTIVO	CE
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	Outros	EXECUTIVO	RJ
Fundo Municipal do Meio Ambiente de Caldas Novas	Outros	EXECUTIVO	GO
FURNAS Centrais Elétricas S/A	Outros	EXECUTIVO	RJ
Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro	Outros	EXECUTIVO	RJ
Hospital de Guarnição de Florianópolis	Outros	EXECUTIVO	SC
Hospital Federal Cardoso Fontes	Outros	EXECUTIVO	RJ
Hospital Infantil Albert Sabin – HIAS	Outros	EXECUTIVO	CE
Instituto Butantan	Outros	EXECUTIVO	SP
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA	Outros	EXECUTIVO	RN
Instituto de Meio Ambiente do Município de Itapipoca – IMMI	Outros	EXECUTIVO	CE

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ	Outros	EXECUTIVO	RJ
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – IMA	Outros	EXECUTIVO	SC
Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti – Hemorio	Outros	EXECUTIVO	RJ
Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI	Outros	EXECUTIVO	RJ
Instituto Nacional de Tecnologia – INT	Outros	EXECUTIVO	RJ
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	Outros	EXECUTIVO	DF
Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS	Outros	EXECUTIVO	TO
Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe	Outros	EXECUTIVO	SE
Instituto Vital Brazil S.A.	Outros	EXECUTIVO	RJ
Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso	Outros	JUDICIÁRIO	MT
Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso do Sul	Outros	JUDICIÁRIO	MS
Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo	Outros	JUDICIÁRIO	SP
Ministério da Cultura – MinC	Outros	EXECUTIVO	DF
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT	Outros	INDEPENDENTE	DF
Ministério Público do Estado de Alagoas – MPAL	Outros	INDEPENDENTE	AL

Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPMT	Outros	INDEPENDENTE	MT
Ministério Público do Estado do Acre	Outros	INDEPENDENTE	AC
Ministério Público do Estado do Pará	Outros	INDEPENDENTE	PA
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ	Outros	INDEPENDENTE	RJ
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte	Outros	INDEPENDENTE	RN
Ministério Público do Trabalho	Outros	INDEPENDENTE	DF
Município da Estância Turística de Itu	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Abaetetuba	Outros	EXECUTIVO	PA
Município de Alegrete	Outros	EXECUTIVO	RS
Município de Aracaju	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Barcarena	Outros	EXECUTIVO	PA
Município de Barueri	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Bento de Abreu	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Betim	Outros	EXECUTIVO	MG
Município de Boituva	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Bonfinópolis de Minas	Outros	EXECUTIVO	MG
Município de Botucatu	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Carapicuíba	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Carmópolis	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Castilho	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Chorozinho	Outros	EXECUTIVO	CE
Município de Coqueiral	Outros	EXECUTIVO	MG
Município de Cruzeiro do Sul	Outros	EXECUTIVO	AC

Município de Cubatão	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Cuiabá	Outros	EXECUTIVO	MT
Município de Estância	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Ferreira Gomes	Outros	EXECUTIVO	AP
Município de General Maynard	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Granito	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de Gravatá	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de Ibirarema	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Igarapava	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Imperatriz	Outros	EXECUTIVO	MA
Município de Itapiúna	Outros	EXECUTIVO	CE
Município de Itirapina	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Jandaia	Outros	EXECUTIVO	GO
Município de Jaraguá	Outros	EXECUTIVO	GO
Município de Juarina	Outros	EXECUTIVO	TO
Município de Lençóis Paulista	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Lins	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Luís Eduardo Magalhães	Outros	EXECUTIVO	BA
Município de Maruim	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Mesquita	Outros	EXECUTIVO	RJ
Município de Mogi das Cruzes	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Mostardas	Outros	EXECUTIVO	RS
Município de Niterói	Outros	EXECUTIVO	RJ
Município de Nossa Senhora do Socorro	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de Oiapoque	Outros	EXECUTIVO	AP
Município de Osasco	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Pacajus	Outros	EXECUTIVO	CE
Município de Paty do Alferes	Outros	EXECUTIVO	RJ
Município de Pindamonhangaba	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Pojuca	Outros	EXECUTIVO	BA
Município de Pongá	Outros	EXECUTIVO	SP

Município de Ponte Nova	Outros	EXECUTIVO	MG
Município de Porto Alegre	Outros	EXECUTIVO	RS
Município de Porto Ferreira	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Porto Velho	Outros	EXECUTIVO	RO
Município de Recife	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de Redenção	Outros	EXECUTIVO	PA
Município de Rio Negrinho	Outros	EXECUTIVO	SC
Município de Rio Verde	Outros	EXECUTIVO	GO
Município de Sabará	Outros	EXECUTIVO	MG
Município de Santa Helena	Outros	EXECUTIVO	MA
Município de Santa Isabel	Outros	EXECUTIVO	GO
Município de Sapezal	Outros	EXECUTIVO	MT
Município de Serra Talhada	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de Solonópole	Outros	EXECUTIVO	CE
Município de São Bento	Outros	EXECUTIVO	PB
Município de São Cristóvão	Outros	EXECUTIVO	SE
Município de São Gonçalo do Amarante	Outros	EXECUTIVO	RN
Município de São José do Rio Preto	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de São José dos Quatro Marcos	Outros	EXECUTIVO	MT
Município de São Lourenço da Mata	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de São Vicente	Outros	EXECUTIVO	SP
Município de Tartarugalzinho	Outros	EXECUTIVO	AP
Município de Triunfo	Outros	EXECUTIVO	PE
Município de Valparaíso	Outros	EXECUTIVO	SP

Município de Vitória da Conquista	Outros	EXECUTIVO	BA
Município de Várzea Alegre	Outros	EXECUTIVO	CE
Município de Xangri-lá	Outros	EXECUTIVO	RS
Município do Crato	Outros	EXECUTIVO	CE
Município do Rio Grande	Outros	EXECUTIVO	RS
Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro – PAME-RJ	Outros	EXECUTIVO	RJ
Policlínica Militar de Niterói	Outros	EXECUTIVO	RJ
Policlínica Militar de Porto Alegre	Outros	EXECUTIVO	RS
Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF	Outros	EXECUTIVO	DF
Procuradoria da República no Distrito Federal	Outros	INDEPENDENTE	DF
Procuradoria-Geral da República	Outros	INDEPENDENTE	DF
Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul	Outros	INDEPENDENTE	RS
Procuradoria-Geral do Município de Nova Iguaçu	Outros	INDEPENDENTE	RJ
Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A – PROGUARU	Outros	EXECUTIVO	SP
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará	Outros	EXECUTIVO	PA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte	Outros	EXECUTIVO	RN

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte – SEMARH	Outros	EXECUTIVO	RN
Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA II	Outros	EXECUTIVO	PR
Senado Federal	Outros	LEGISLATIVO	DF
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO	Outros	EXECUTIVO	DF
Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA	Outros	EXECUTIVO	AM
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO	Outros	EXECUTIVO	DF
Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebras	Outros	EXECUTIVO	DF
Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA III	Outros	EXECUTIVO	PE
Tribunal de Contas da União – TCU	Outros	LEGISLATIVO	DF
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	Outros	LEGISLATIVO	BA
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	Outros	LEGISLATIVO	PB
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul	Outros	LEGISLATIVO	MS
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	Outros	LEGISLATIVO	SC

Tribunal de Contas do Estado do Amapá	Outros	LEGISLATIVO	AP
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	Outros	LEGISLATIVO	AM
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN	Outros	JUDICIÁRIO	RN
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia	Outros	LEGISLATIVO	BA
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará	Outros	LEGISLATIVO	PA
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF	Outros	JUDICIÁRIO	DF
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Outros	JUDICIÁRIO	RJ
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	DF
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	SP
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	MT
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	SP
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	MG
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	CE
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Outros	JUDICIÁRIO	MG
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	Outros	JUDICIÁRIO	PR
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Outros	JUDICIÁRIO	DF

Tribunal Superior do Trabalho – TST e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT	Outros	JUDICIÁRIO	DF
VALEC Engenharia Construções e Ferrovias S.A.	Outros	EXECUTIVO	DF

Fonte: Autoria própria, elaborado a partir de A3P/DEC/SECEX/MMA.

**MODELO DE ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**
(PREENCHER COM LETRA LEGÍVEL)

Ata nº 25/2024

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Aos 26 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas e 14 minutos, compareceu à sala virtual do Campus Niterói do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o(a) aluno(a) Paulo Borges Mathias Costa do curso de Gestão de Projetos Ambientais, para a defesa de trabalho de conclusão de curso intitulado *IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ARTICULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Niterói*.

O trabalho orientado pelo(a) professor(a) Dsc. Gustavo Simas Pereira – Presidente, foi avaliado pela banca examinadora composta por Profa. Dsc. Biancca Scarpeline de Castro e Prof. Dsc. Pedro Henrique de Almeida Silva. O(a) presidente da banca fez a abertura e passou a palavra para o(a) aluno(a) que fez uma exposição oral de trinta minutos. Após a exposição, o(a) presidente da banca agradeceu ao(à) aluno(a) e passou a palavra para os(as) demais membros da banca que arguíram o(a) aluno(a) por 1:30 minutos. Em seguida, o(a) presidente da banca agradeceu pelas contribuições e sugestões, teceu alguns comentários e pediu ao(à) aluno(a) e aos demais presentes que se retirassem para a deliberação da banca examinadora, que emitiu parecer de **aprovado**. O(a) presidente deu por encerrada a sessão de defesa às 16:05 horas, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os membros da banca examinadora e pelo(a) aluno(a).

Observações:

Documento assinado digitalmente
gov.br GUSTAVO SIMAS PEREIRA
Data: 26/04/2024 16:15:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO BORGES MATHIAS COSTA
Data: 26/04/2024 16:22:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinaturas:

Orientador(a): Prof. Dsc. Gustavo Simas Pereira

Documento assinado digitalmente
gov.br BIANCCA SCARPELINE DE CASTRO
Data: 30/04/2024 15:44:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliador(a): Prof.a Dsc. Biancca Scarpeline de Castro

Avaliador(a): Prof. Dsc. Pedro Henrique De Almeida Silva

Avaliador(a): _____

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA
Data: 30/04/2024 15:18:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aluno(a): Paulo Borges Mathias Costa

Ciente:

Coordenação do Curso: **gov.br** ANDREIA MARIA DA ANUNCIACAO GOMES
Data: 30/04/2024 16:08:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Data: _____